



TJ CE

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 20/07/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **TJ-CE** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/eea089e0-c667-4ae5-b077-a7dcba84924b>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/780ee667-08dd-41ba-8f35-7fac94aaa86e>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

QUESTÃO 01. Marta, passageira de um ônibus coletivo urbano operado pela concessionária Expresso São Jorge Ltda., sofreu uma queda quando o motorista realizou uma freada brusca para evitar a colisão com um ciclista que atravessou repentinamente a via. Durante a freada, a porta traseira do ônibus se abriu inesperadamente, devido a uma falha no mecanismo de travamento, e Marta caiu do veículo, sofrendo lesões graves.

Em ação de indenização, a concessionária alegou que o motorista agiu corretamente ao evitar o atropelamento e que o acidente decorreu de culpa exclusiva do ciclista e da conduta de Marta, que estava em pé próxima à porta, contrariando a sinalização interna. O laudo técnico constatou que o sistema de travamento da porta apresentava defeito mecânico pré-existente, que não havia sido objeto de manutenção adequada.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A concessionária de transporte coletivo somente responderá civilmente pelos danos se for comprovada a culpa do motorista na freada brusca, pois foi a causa direta do acidente, independentemente da falha na trava da porta.

b) Ainda que tenha havido defeito na porta do ônibus, o fato de Marta estar em pé próxima à porta, contrariando as regras de segurança, constitui culpa exclusiva da vítima, rompendo o nexo causal e afastando o dever de indenizar.

c) A responsabilidade da concessionária é objetiva e o defeito no sistema de travamento da porta configura falha na prestação do serviço, mas a conduta imprudente da passageira pode caracterizar culpa concorrente, autorizando a redução proporcional da indenização, mas não a sua exclusão.

d) Como a freada brusca do motorista visava evitar a colisão com um terceiro, trata-se de caso fortuito externo que rompe o nexo de causalidade e isenta a transportadora de qualquer responsabilidade em relação à passageira acidentada.

e) A concessionária somente poderá ser responsabilizada se for demonstrada a sua participação direta na falha de manutenção do veículo, pois a responsabilidade objetiva por vícios do produto recai exclusivamente sobre o fabricante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. A concessionária de transporte coletivo responderá civilmente.

A alternativa B está incorreta. Não há o rompimento do nexo causal.

A alternativa C está correta. A responsabilidade da concessionária é objetiva e o defeito no sistema de travamento da porta configura falha na prestação do serviço, mas a conduta imprudente da passageira pode caracterizar culpa concorrente, autorizando a redução proporcional da indenização, mas não a sua exclusão. Nos termos dos artigos 932, III, 933 e 945 do CC: "Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele; Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos. Art. 945. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano."

A alternativa D está incorreta. O caso não é considerado um fortuito externo, assim não há o rompimento do nexo causal.

A alternativa E está incorreta. A concessionária responderá objetivamente.

QUESTÃO 02. Rogério doou um imóvel de alto padrão localizado no bairro de Meireles, Fortaleza, para a sua sobrinha, Alessandra, por ocasião do seu casamento, sem estipular qualquer encargo específico. Dois anos após a celebração do matrimônio, Alessandra e seu marido passaram, em diversas ocasiões, a injuriar gravemente Rogério, difamando-o perante amigos e familiares e, também, nas redes sociais. Além disso, em uma discussão acalorada, o marido de Alessandra, por ordens dela, agrediu fisicamente Rogério, causando-lhe lesões graves.

Sobre o contrato de doação, considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) Rogério não poderá revogar a doação, tendo em vista que ela foi realizada em razão do casamento, ainda que comprovada a gravidade das lesões corporais sofridas.

b) Rogério poderá revogar a doação por ingratidão, tendo em vista as ofensas físicas e as injúrias graves praticadas por Alessandra contra ele. O prazo para pleitear a revogação é de dois anos a contar da data do casamento.

c) Rogério poderá revogar a doação, já que as ofensas físicas e as injúrias graves configuram atos de ingratidão previstos no Código Civil. A ação de revogação deverá ser ajuizada dentro de um ano, a contar do momento em que Rogério tomou conhecimento dos fatos.

d) Rogério somente poderá revogar a doação se Alessandra se recusar a prestar-lhe alimentos, caso ele venha a necessitar, pois essa é a única hipótese de ingratidão que permite a revogação de doação de imóvel entre padrinhos e afilhados.

e) O direito de Rogério de revogar a doação se transmite automaticamente aos seus herdeiros em caso de seu falecimento antes do ajuizamento da ação, podendo eles ingressar com o pedido de revogação contra Alessandra.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema doação.

A alternativa A está incorreta. Rogério poderá revogar a doação.

A alternativa B está incorreta. O prazo para a revogação é de um ano, nos termos do artigo 559 do CC: "Art. 559. A revogação por qualquer desses motivos deverá ser pleiteada dentro de um ano, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor."

A alternativa C está correta. Rogério poderá revogar a doação, já que as ofensas físicas e as injúrias graves configuram atos de ingratidão previstos no Código Civil. A ação de revogação deverá ser ajuizada dentro de um ano, a contar do momento em que Rogério tomou conhecimento dos fatos. Nos termos dos artigos 557 e 559 do CC: "Art. 557. Podem ser revogadas por ingratidão as doações: I - se o donatário atentou contra a vida do doador ou cometeu crime de homicídio doloso contra ele; II - se cometeu contra ele ofensa física; III - se o injuriou gravemente ou o caluniou; IV - se, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava. Art. 559. A revogação por qualquer desses motivos deverá ser pleiteada dentro de um ano, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor."

A alternativa D está incorreta. A revogação pode ocorrer por outras hipóteses.

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com o artigo 560 do CC: " Art. 560. O direito de revogar a doação não se transmite aos herdeiros do doador, nem prejudica os do donatário. Mas aqueles podem prosseguir na ação iniciada pelo doador, continuando-a contra os herdeiros do donatário, se este falecer depois de ajuizada a lide."

QUESTÃO 03. Uma rede privada de hospitais firmou contrato com uma sociedade empresária para implementar um sistema de inteligência artificial destinado a analisar exames laboratoriais de pacientes. A empresa de tecnologia, com sede no Brasil e controlada por um grupo estrangeiro, passou a receber dados dos pacientes, inclusive dados sensíveis de saúde, para treinar o algoritmo, armazenando-os em servidores situados na Europa.

O hospital não se comunicou previamente com os titulares dos dados sobre essa nova finalidade, tampouco obteve consentimento específico. Depois da investigação instaurada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), apurou-se que os dados estavam sendo usados sem anonimização adequada e sem a adoção de medidas de segurança compatíveis com seu grau de sensibilidade.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a afirmativa correta.

a) Como a empresa de tecnologia atua apenas como operadora de dados, e os dados não foram compartilhados com terceiros não autorizados, não há a violação à LGPD.

b) O tratamento de dados sensíveis exige consentimento expresso e específico do titular, e sua ausência, aliada à falta de medidas de segurança e anonimização, caracteriza infração grave à LGPD.

c) A transferência internacional de dados sensíveis para servidores na Europa é lícita, desde que o país de destino possua legislação semelhante à brasileira, independentemente de consentimento do titular.

d) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados realizados com fins de desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica, desde que os dados sejam pseudonimizados.

e) A responsabilidade pela infração recai exclusivamente sobre o hospital, enquanto controlador, sendo o operador isento de responsabilização por atos realizados no exercício da atividade delegada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema LGPD.

A alternativa A está incorreta. Há sim violação à LGPD.

A alternativa B está correta. O tratamento de dados sensíveis exige consentimento expresso e específico do titular, e sua ausência, aliada à falta de medidas de segurança e anonimização, caracteriza infração grave à LGPD. Conforme o artigo 11, incisos I e II, alínea "c" da LGPD: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas; II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;"

A alternativa C está incorreta. É necessário o consentimento do titular.

A alternativa D está incorreta. A LGPD se aplica ao tratamento de dados realizados com fins de desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade pela infração não recai exclusivamente sobre o hospital, enquanto controlador, assim, o operador não é isento de responsabilização por atos realizados no exercício da atividade delegada.

QUESTÃO 04. Eduardo celebrou, por escrito, contrato de promessa de compra e venda de um imóvel urbano com uma incorporadora, reservando para si, por cláusula expressa, o direito de indicar, no prazo legal, a pessoa que efetivamente assumiria os direitos e as obrigações decorrentes do negócio.

Três dias após a celebração, Eduardo formalizou a nomeação de sua sobrinha Carla, comunicando a nomeação à incorporadora por e-mail assinado digitalmente. No entanto, a

incorporadora se recusou a aceitar a substituição, sob o argumento de que o contrato original exigia forma escrita com assinatura presencial e reconhecimento de firma.

Posteriormente, verificou-se que Carla, embora tenha aceitado a nomeação por documento com firma reconhecida, era insolvente à época da nomeação, fato que Eduardo conhecia, mas que não foi revelado à incorporadora. Esta, ao descobrir a insolvência, notificou Eduardo, declarando inválida a nomeação e exigindo que o contrato fosse cumprido por ele.

Com base nos dispositivos legais pertinentes e na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) A nomeação de Carla é plenamente válida e eficaz, independentemente da sua condição financeira, pois foi realizada dentro do prazo legal e comunicada à parte contrária.
- b) A recusa da incorporadora é inválida, pois a aceitação por e-mail com assinatura digital substitui qualquer formalidade exigida no contrato físico.
- c) A nomeação de Carla é ineficaz, pois não respeitou a forma exigida no contrato, e sua insolvência, conhecida por Eduardo, torna o contrato eficaz apenas entre os contratantes originários.
- d) Eduardo não poderá ser responsabilizado, pois agiu dentro do prazo e comunicou regularmente a indicação, cabendo à incorporadora arcar com os riscos decorrentes da nomeação.
- e) A condição de insolvência de Carla só teria relevância se a incorporadora a desconhecesse, sendo irrelevante a ciência de Eduardo sobre esse fato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema contratos.

A alternativa A está incorreta. A nomeação de Carla é ineficaz.

A alternativa B está incorreta. A recusa é válida.

A alternativa C está correta. A nomeação de Carla é ineficaz, pois não respeitou a forma exigida no contrato, e sua insolvência, conhecida por Eduardo, torna o contrato eficaz apenas entre os contratantes originários. Conforme os artigos 468, 470 inciso II e 471 do CC: "Art. 468. Essa indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de cinco dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado. Parágrafo único. A aceitação da pessoa nomeada não será eficaz se não se revestir da mesma forma que as partes usaram para o contrato. Art. 470. O contrato será eficaz somente entre os contratantes originários: II - se a pessoa nomeada era insolvente, e a outra pessoa o desconhecia no momento da indicação. Art. 471. Se a pessoa a nomear era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato produzirá seus efeitos entre os contratantes originários."

A alternativa D está incorreta. Eduardo poderá sim ser responsabilizado, nos termos do artigo 471 do CC: " Art. 471. Se a pessoa a nomear era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato produzirá seus efeitos entre os contratantes originários."

A alternativa E está incorreta. É relevante a ciência de Eduardo sobre a insolvência, conforme o artigo 470, inciso II do CC: " Art. 470. O contrato será eficaz somente entre os contratantes originários: II - se a pessoa nomeada era insolvente, e a outra pessoa o desconhecia no momento da indicação."

QUESTÃO 05. Em janeiro de 2023, Antônio adquiriu um apartamento situado em um condomínio de luxo em Fortaleza, CE. Ao tomar posse, foi informado de que havia um débito de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) referente a cotas condominiais vencidas durante os anos de 2021 e 2022, período em que o imóvel pertencia ao antigo proprietário, Bernardo. Em razão disso, o condomínio ajuizou ação de cobrança contra Antônio, exigindo o pagamento integral das cotas atrasadas. Antônio contestou, afirmando não ser responsável pelos débitos anteriores à aquisição e sustentando que o imóvel constitui seu único bem de família, o que tornaria impossível a sua penhora.

Paralelamente, o Banco XYZ S.A. executou judicialmente Antônio por dívida oriunda de contrato de mútuo com garantia hipotecária sobre o mesmo imóvel. Durante a execução, o imóvel foi levado à hasta pública e arrematado por Carlos. Após a arrematação, o condomínio busca cobrar de Carlos o saldo remanescente das cotas condominiais anteriores.

Sobre o caso narrado, com base na jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio não responde pelos débitos condominiais anteriores à aquisição, pois o imóvel é impenhorável por ser bem de família.
- b) Antônio não é responsável pelas cotas condominiais vencidas antes da aquisição, considerando a natureza pessoal da obrigação.
- c) Os créditos do mutuante, Banco XYZ S.A., têm preferência em relação às cotas condominiais, por se tratar de contrato real, independentemente da garantia real.
- d) Carlos somente poderá ser responsabilizado pelo saldo remanescente das cotas condominiais anteriores à arrematação se o edital da hasta pública expressamente fizer referência a esse ônus.
- e) O Banco XYZ S.A., como credor hipotecário, possui preferência no recebimento do crédito em relação às cotas condominiais vencidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema condomínio.

A alternativa A está incorreta. Antônio pode responder pelos débitos condominiais anteriores.

A alternativa B está incorreta. A obrigação condominial é propter rem e não pessoal. STJ: "Ao conferir às teses do Tema 886 interpretação compatível com o caráter *propter rem* da dívida condominial, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a legitimidade passiva concorrente entre

vendedor e comprador para responder à ação de cobrança de taxas de condomínio posteriores à imissão do comprador na posse do imóvel, na situação em que o contrato não tenha sido registrado em cartório.”

A alternativa C está incorreta. O crédito do banco não possui preferência: " AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PREFERÊNCIA DO CRÉDITO CONDOMINIAL SOBRE O HIPOTECÁRIO SÚMULA 478 STJ – O débito condominial tem natureza propter rem e se presta a garantir a própria existência e manutenção da coisa; – Nesse contexto, restou assentado o entendimento de que o crédito condominial precede ao crédito hipotecário, conforme a Súmula nº 478 do Colendo Superior Tribunal de Justiça: Súmula nº 478: Na execução de crédito relativo a cotas condominiais, este tem preferência sobre o hipotecário – O entendimento predominante é de que o crédito condominial também precede ao crédito fiduciário. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP – AI: 22428250920218260000 SP 2242825-09.2021.8.26. 0000, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 30/11/2021, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2021).”

A alternativa D está correta. Carlos somente poderá ser responsabilizado pelo saldo remanescente das cotas condominiais anteriores à arrematação se o edital da hasta pública expressamente fizer referência a esse ônus. Em conformidade com o entendimento do STJ: “RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMÓVEL. ARREMATAÇÃO EM HASTA PÚBLICA. DÉBITOS CONDOMINIAIS. EDITAL. PREVISÃO. ADVERTÊNCIA. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. CARÁTER 'PROPTER REM' DA OBRIGAÇÃO. SUCESSÃO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA Nº 284/STF. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.” REsp 2.042.756.

A alternativa E está incorreta. O crédito do banco não possui preferência: " AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PREFERÊNCIA DO CRÉDITO CONDOMINIAL SOBRE O HIPOTECÁRIO SÚMULA 478 STJ – O débito condominial tem natureza propter rem e se presta a garantir a própria existência e manutenção da coisa; – Nesse contexto, restou assentado o entendimento de que o crédito condominial precede ao crédito hipotecário, conforme a Súmula nº 478 do Colendo Superior Tribunal de Justiça: Súmula nº 478: Na execução de crédito relativo a cotas condominiais, este tem preferência sobre o hipotecário – O entendimento predominante é de que o crédito condominial também precede ao crédito fiduciário. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP – AI: 22428250920218260000 SP 2242825-09.2021.8.26. 0000, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 30/11/2021, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2021).”

QUESTÃO 06. Joaquim, locador, celebrou um contrato de locação de um Imóvel residencial em Fortaleza, CE, com Beatriz, locatária, tendo seu amigo Mário como fiador.

No contrato original, o valor do aluguel era de R\$ 2.000,00, com vigência de 30 (trinta) meses. Após 12 (doze) meses de contrato, locador e locatária acordaram, sem a anuência do fiador, em prorrogar o contrato por mais 12 (doze) meses e aumentar o valor do aluguel para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), formalizando essa alteração por meio de um aditamento contratual.

Tempos depois, Beatriz se tornou inadimplente em relação aos aluguéis e encargos referentes aos últimos seis meses do contrato prorrogado. Registra-se que Mário possui um único bem, onde reside com sua família. Além disso, consta que a esposa de Mário, com quem é casado pelo regime da comunhão parcial, não assinou o contrato de fiança, inexistindo, por consequência, a outorga.

Sobre a hipótese apresentada, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A penhora do bem de família de Mário é nula, pois viola literalmente a Lei no 8.009/1990, que oferece proteção ao fiador em contrato de locação residencial.

b) Mário responde pelas obrigações resultantes do aditamento ao qual não anuiu, sendo sua responsabilidade aos termos do contrato original e posteriores alterações.

c) A ausência de outorga da esposa de Mário torna a fiança totalmente ineficaz, salvo se o fiador emitiu declaração falsa, ocultando seu estado civil de casado.

d) A inexistência de outorga conjugal torna a fiança anulável, sendo que a ineficácia será relativa, atingindo, apenas, a meação de Mário.

e) A penhora do bem de família do fiador é inválida, pois a proteção ao bem de família se estende ao fiador em contratos de locação por respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema contrato de locação.

A alternativa A está incorreta. É possível a penhora do bem de família do fiador no contrato de locação, conforme entendimento do STJ: "É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial. STF. Plenário. RE 1.307.334/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/3/2022 (Repercussão Geral – Tema 1127)."

A alternativa B está incorreta. Mário não responde pelas obrigações resultantes do aditamento ao qual não anuiu.

A alternativa C está correta. A ausência de outorga da esposa de Mário torna a fiança totalmente ineficaz, salvo se o fiador emitiu declaração falsa, ocultando seu estado civil de casado. Conforme a Súmula 332 do STJ conjugada com entendimento jurisprudencial do STJ: "Súmula 332-STJ: A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia." "Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, a fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia (Súmula 332/STJ), salvo se o fiador emitir declaração falsa, ocultando seu estado civil de casado. A Corte Estadual reconheceu a má-fé do devedor, ora recorrente, que omitiu seu estado civil, objetivando frustrar a garantia. STJ. 4ª Turma. AgInt no REsp 1533161/SP, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 23/08/2018."

A alternativa D está incorreta. Assertiva em desconformidade com a Súmula 332 do STJ: "Súmula 332-STJ: A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia."

A alternativa E está incorreta. É possível a penhora do bem de família de fiador no contrato de locação, conforme entendimento do STJ: "É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial. STF. Plenário. RE 1.307.334/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/3/2022 (Repercussão Geral – Tema 1127)."

QUESTÃO 07. Francisco é proprietário do terreno denominado Sítio Flores, localizado no município de Sobral, CE, sem acesso direto à via pública.

Historicamente, para acessar a estrada principal, Francisco usava uma passagem que atravessava a propriedade vizinha, denominada Fazenda Bela Visto, pertencente a Gustavo. Essa passagem tem sido usada de forma contínua, pacífica e visível por Francisco e seus antecessores há mais de 20 anos, sem oposição dos proprietários anteriores ou do próprio Gustavo.

Recentemente, Gustavo decidiu construir um muro impedindo a passagem, sustentando que não há acordo formal para a servidão e que a utilização sempre ocorreu por mera tolerância. Francisco alegou possuir direito de passagem forçada e, alternativamente, argumentou que adquiriu uma servidão de trânsito pela utilização prolongada.

Sobre servidões, à luz do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) Francisco não tem direito à passagem forçada, pois existe o caminho pela Fazenda Bela Vista, que o atende satisfatoriamente.**
- b) Francisco pode obter a constituição de servidão de passagem por meio da usucapião, mediante indenização a Gustavo, que será arbitrado judicialmente.**
- c) Francisco, para que ocorra a usucapião, deverá demonstrar que a servidão é não titulada, além de apresentar a comprovação de benfeitorias necessárias e úteis.**
- d) Francisco possui direito de passagem forçada, pois seu imóvel está encravado e a servidão deve ser estabelecida pelo caminho natural e menos gravoso ao prédio serviente, mediante indenização a Gustavo.**
- e) Francisco somente teria direito à servidão de passagem se houvesse um título expresso, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, outorgado por Gustavo ou seus antecessores.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema servidão.

A alternativa A está incorreta. Francisco tem direito à passagem forçada. Se o único acesso possível é pela Fazenda Bela Vista, e Gustavo impediu esse acesso, então o imóvel está encravado de fato. A passagem não está mais disponível de forma satisfatória. O direito à passagem forçada não depende de conveniência do vizinho, mas da necessidade do proprietário encravado.

A alternativa B está incorreta. Francisco tem direito à passagem forçada.

A alternativa C está incorreta. Francisco tem direito à passagem forçada.

A alternativa D está correta. Francisco possui direito de passagem forçada, pois seu imóvel está encravado e a servidão deve ser estabelecida pelo caminho natural e menos gravoso ao prédio serviente, mediante indenização a Gustavo. Conforme o artigo 1.285 caput e § 1º do CC: “Art. 1.285. O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário. § 1º Sofrerá o constrangimento o vizinho cujo imóvel mais natural e facilmente se prestar à passagem.”

A alternativa E está incorreta. Francisco tem direito à passagem forçada.

QUESTÃO 08. Eduarda faleceu em 2024, sem deixar descendentes e sem testamento. Era casada com Lúcia, sob o regime da separação convencional de bens desde 2012. No entanto, na data do óbito, estavam separadas de fato há dois anos e Eduarda residia sozinha, mantendo apenas contatos esporádicos com a cônjuge sobrevivente. Lúcia ajuizou o inventário, pleiteando o reconhecimento do direito real de habitação sobre o único Imóvel deixado por Eduarda, que servira de residência comum até a separação de fato e o recebimento da herança em concorrência com os pais vivos da falecida. Os pais de Eduarda contestaram ambos os pedidos, alegando que a separação de fato há mais de dois anos impediria a sucessão de Lúcia e que o direito de habitação não subsistiria após a separação.

Sobre a hipótese apresentada, com base nos dispositivos legais pertinentes e na jurisprudência aplicável, assinale a afirmativa correta.

- a) Lúcia terá direito ao usufruto do imóvel enquanto viver, mesmo sendo excluída da sucessão, por ser cônjuge sobrevivente em regime de separação convencional.
- b) Lúcia tem direito à herança em concorrência com os ascendentes, pois a separação de fato só impede a sucessão se houver também sentença de separação judicial.
- c) Lúcia será excluída da sucessão por estar separada de fato há mais de dois anos e não demonstrar que a ruptura da convivência foi causada exclusivamente por Eduarda.
- d) Lúcia fará jus à totalidade da herança, pois, no regime de separação convencional, o cônjuge tem direito sucessório integral na ausência de descendentes, independentemente da separação de fato.
- e) Lúcia terá direito ao quinhão hereditário em concorrência com os ascendentes, mas não ao direito real de habitação, pois este só é assegurado quando o imóvel ainda serve de residência ao cônjuge sobrevivente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema sucessão.

A alternativa A está incorreta. Lúcia não terá direito ao usufruto, pois os bens fazem parte da sucessão e ela é excluída da sucessão.

A alternativa B está incorreta. Lúcia não tem direito à herança em concorrência com os ascendentes, pois a separação de fato impede a sucessão. Assertiva em desconformidade com o artigo 1.830 do CC: " Art. 1.830. Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente."

A alternativa C está correta. Lúcia será excluída da sucessão por estar separada de fato há mais de dois anos e não demonstrar que a ruptura da convivência foi causada exclusivamente por Eduarda. Conforme o artigo 1.830 do CC: " Art. 1.830. Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente."

A alternativa D está incorreta. Lúcia não terá direito à sucessão.

A alternativa E está incorreta. Lúcia não terá direito à sucessão.

QUESTÃO 09. Em julho de 2023, Júlia adquiriu, por contrato escrito, um cavalo de raça para as competições esportivas de hipismo, por R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), firmado com cláusula expressa de garantia por 90 (noventa) dias. O animal, aparentemente saudável, foi entregue no dia seguinte à celebração.

Em setembro de 2023, durante a preparação para uma competição, um veterinário detectou doença degenerativa óssea pré-existente, que tornava o animal inapto para o esporte de alto desempenho, mas que não afetava sua função reprodutiva.

Júlia notificou o vendedor 20 (vinte) dias após a descoberta, solicitando a devolução do valor pago e das despesas médicas, com base em vício oculto. O vendedor recusou o pedido, argumentando que o prazo para redibição estava esgotado, que o vício era irrelevante por não comprometer todas as finalidades do animal e que não havia má-fé da sua parte.

Sobre a hipótese, com base nos dispositivos legais e na jurisprudência aplicável, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido de redibição é indevido, pois o vício não compromete todas as utilidades do bem e, portanto, não se configura vício redibitório, segundo o Código Civil.

b) Júlia tem direito à redibição, pois notificou o alienante dentro do prazo legal e o vício tornou o animal impróprio para o uso específico para o qual fora adquirido, mesmo que mantenha outras utilidades.

c) A cláusula de garantia por 90 (noventa) dias afasta automaticamente a aplicação do regime dos vícios redibitórios, sendo necessária uma ação própria de indenização por inadimplemento contratual.

d) A ausência de má-fé do vendedor impede o pedido de redibição, restringindo o direito de Júlia ao abatimento proporcional do preço.

e) O pedido de redibição está prescrito, pois foi ultrapassado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias previsto em lei para o vício redibitório em animais, segundo o uso local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre tema vício redibitório.

A alternativa A está incorreta. O pedido de redibição é devido.

A alternativa B está correta. Júlia tem direito à redibição, pois notificou o alienante dentro do prazo legal e o vício tornou o animal impróprio para o uso específico para o qual fora adquirido, mesmo que mantenha outras utilidades. Conforme os artigos 445 e 446 do CC: "Art. 445. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade. § 1º Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis. § 2º Tratando-se de venda de animais, os prazos de garantia por vícios ocultos serão os estabelecidos em lei especial, ou, na falta desta, pelos usos locais, aplicando-se o disposto no parágrafo antecedente se não houver regras disciplinando a matéria. Art. 446. Não correrão os prazos do artigo antecedente na constância de cláusula de garantia; mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante nos trinta dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência."

A alternativa C está incorreta. A cláusula de garantia por 90 (noventa) dias não afasta automaticamente a aplicação do regime dos vícios redibitórios.

A alternativa D está incorreta. A ausência de má-fé do vendedor não impede o pedido de redibição, nos termos do artigo 444 do CC: "Art. 444. A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição."

A alternativa E está incorreta. O prazo de redibição é decadencial.

QUESTÃO 10. Marcos, empresário em situação financeira delicada, decide transferir formalmente a propriedade de dois imóveis comerciais para seus filhos, Ana e Lucas, por meio de escritura pública de doação registrada no cartório competente. Contudo, os imóveis continuam sob a posse direta e exclusiva de Marcos, que permanece auferindo os aluguéis e administrando os contratos locatícios, inclusive com emissão de recibos em seu nome.

Alguns meses depois, diante do ajuizamento de execução fiscal pela Fazenda Nacional, esta sustenta que a doação foi simulada, com o objetivo de impedir a satisfação do crédito tributário. Em contestação, Marcos alega que, embora tenha realizado o registro da transferência, não teve a intenção de efetivamente alienar os bens, tratando-se apenas de um planejamento patrimonial preventivo, não passível de questionamento.

Considerando o caso narrado e as disposições do Código Civil de 2002, da Jurisprudência do STJ e da teoria das nulidades, assinale a afirmativa correta.

- a) A nulidade do negócio jurídico simulado somente pode ser alegada pela parte não participante da simulação, como a Fazenda Nacional, devendo ser proposta ação própria para tanto.
- b) O fato de Marcos continuar na posse dos imóveis e administrar os contratos não é suficiente para configurar simulação, pois a escritura pública registrada prevalece como manifestação formal de vontade.
- c) Ainda que se reconheça a simulação, o negócio jurídico não poderá ser desfeito após a lavratura da escritura e o registro, pois a prescrição quinquenal já terá se iniciado com a prática do ato.
- d) A jurisprudência majoritária entende que, em caso de simulação, as partes que participaram do ato não podem jamais alegar sua nulidade, em razão do princípio "a ninguém (...) é dado beneficiar-se da própria torpeza."
- e) A simulação, por ser causa de nulidade absoluta, pode ser alegada pela Fazenda Nacional inclusive na fase de execução, sem necessidade de ação autônoma, e o Juiz poderá reconhecê-la de ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema negócio jurídico simulado.

A alternativa A está incorreta. A nulidade do negócio jurídico simulado pode ser alegado por quem participou. "Legitimidade dos contratantes para invocar a nulidade do ato simulado. A ministra Nancy Andrighi, em voto proferido como relatora do REsp 441.903, afirmou ser possível que um dos contratantes, com base na existência de simulação, requeira contra o outro a anulação judicial do contrato."

A alternativa B está incorreta. É possível configurar simulação.

A alternativa C está incorreta. O negócio jurídico simulado é nulo e não se sujeita a prazo prescricional. "Outro importante aspecto sobre o negócio jurídico simulado, a partir da vigência do CC/2002, é que ele não se submete aos institutos da prescrição ou da decadência. Ao analisar o AgInt no REsp 1.388.527, de relatoria do ministro Villas Bôas Cueva, a Terceira Turma confirmou a tese de que a simulação é insuscetível de prescrição ou de decadência, por ser causa de nulidade absoluta do negócio jurídico, nos termos dos artigos 167 e 169 do código. Esse também foi o entendimento dos ministros Raul Araújo (AgInt no AREsp 1.557.349), Marco Aurélio Bellizze (AgInt no REsp 1.783.796), Antonio Carlos Ferreira

(EDcl no AgRg no Ag 1.268.297) e Paulo de Tarso Sanseverino (AgInt no REsp 1.577.931).” <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/15052022-Simulacao-do-negocio-juridico-a-evolucao-do-tema-na-jurisprudencia-do-STJ.aspx>>

A alternativa D está incorreta. As partes podem alegar sua nulidade.

A alternativa E está correta. A simulação, por ser causa de nulidade absoluta, pode ser alegada pela Fazenda Nacional inclusive na fase de execução, sem necessidade de ação autônoma, e o Juiz poderá reconhecê-la de ofício. Conforme entendimento do STJ: " Ao julgar o REsp 1.582.388, a Primeira Turma entendeu que a discussão acerca da simulação do negócio jurídico prescinde de ação própria e pode ocorrer, inclusive, na fase de execução. Na origem do caso analisado pelo colegiado, a Fazenda Nacional, no curso de uma execução fiscal, sustentou a simulação em negócio no qual um contribuinte, supostamente, teria transferido bens a seus netos com o intuito de impedir a satisfação do crédito tributário. O juiz, mesmo reconhecendo má-fé e ilicitude na transmissão dos bens, indicou que tal questão não poderia ser dirimida na execução, devendo ser proposta ação própria. A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5). Relator do recurso no STJ, o ministro Napoleão Nunes Maia Filho (aposentado) lembrou que a simulação, com o CC/2002, passou a ser considerada causa de nulidade do negócio jurídico e que, segundo a jurisprudência do STJ, a nulidade absoluta é insanável, de forma que poderá ser declarada de ofício."

QUESTÃO 11. Em 2023, a sociedade empresária Alfa Serviços Ltda., atuante no setor de logística, passou a ser acionada judicialmente por diversos fornecedores, os quais alegavam inadimplemento contratual. Durante a instrução de uma dessas ações, constatou-se que Alfa não possui patrimônio suficiente para satisfazer as obrigações contraídas, tendo inclusive encerrado suas operações físicas sem formalizar a dissolução societária.

Verificou-se também que o único sócio administrador de Alfa, Sr. Bruno havia transferido parte expressiva do patrimônio da empresa para uma nova sociedade, chamada Bravo Distribuição Ltda., da qual ele também era sócio majoritário, logo após o ajuizamento da primeira ação judicial. Ademais, Alfa continuava a arcar com as despesas pessoais de Bruno, como o pagamento mensal do aluguel de sua residência.

Diante desses fatos, o Juiz, a pedido do autor da ação, desconsiderou a personalidade jurídica da Alfa para alcançar o patrimônio de Bruno, com base no Art. 50 do Código Civil. Bruno, por sua vez, interpôs recurso sustentando que a medida era indevida, pois não houve prova de fraude e nem Alfa estava inativa formalmente.

Com base na situação narrada e no ordenamento jurídico vigente, assinale a alternativa correta.

a) A desconsideração foi indevida, pois não se comprovou a inatividade da pessoa jurídica nem a existência de grupo econômico fraudulento, requisitos essenciais para aplicação do art. 50 do Código Civil.

b) A desconsideração foi correta, pois restou caracterizado o desvio de finalidade e a confusão patrimonial, bastando para tanto a demonstração de uso abusivo da personalidade jurídica, independentemente do encerramento formal das atividades empresariais.

c) A desconsideração só poderia ocorrer se a Alfa estivesse dissolvida ou com falência decretada, o que não ocorreu, tornando a decisão judicial nula de pleno direito.

d) A responsabilidade de Bruno só poderia ser apurada em ação própria de responsabilização civil, sendo vedado ao Juiz decidir nos autos da ação principal sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

e) A desconsideração só seria cabível se houvesse comprovação de que a nova empresa Bravo Distribuição Ltda. também praticou atos ilícitos, o que não foi demonstrado no processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. A desconsideração foi devida.

A alternativa B está correta. A desconsideração foi correta, pois restou caracterizado o desvio de finalidade e a confusão patrimonial, bastando para tanto a demonstração de uso abusivo da personalidade jurídica, independentemente do encerramento formal das atividades empresariais. Conforme o artigo 50 do CC: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. § 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. § 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica. § 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. § 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.”

A alternativa C está incorreta. A decisão judicial não é nula e a desconsideração foi correta.

A alternativa D está incorreta. Não é necessária apuração em ação própria de responsabilização civil.

A alternativa E está incorreta. A desconsideração é cabível.

QUESTÃO 12. Em 2023, Cláudia, com 50 anos, ajuizou ação de investigação de paternidade post mortem, alegando ser filha de José, falecido em 1998.

À época da morte de José, Cláudia já era maior de idade, mas alegou ter descoberto apenas em 2022, por meio de declarações de familiares, a possível relação biológica com o falecido.

A sentença, proferida em 2025, confirmou a paternidade com base em prova genética produzida por meio de exame realizado com um irmão unilateral. Após o trânsito em julgado, Cláudia ajuizou ação de petição de herança para reivindicar sua parte na sucessão, cuja partilha foi realizada entre os filhos reconhecidos em 2000.

Os herdeiros contestaram, alegando que a pretensão de Cláudia estaria prescrita, já que transcorreram mais de dez anos desde o falecimento de José. A autora, por sua vez, alegou que o prazo prescricional só poderia se iniciar com o trânsito em julgado da sentença que reconheceu sua filiação.

Sobre a hipótese, com base na jurisprudência do STJ e no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação de petição de herança é imprescritível, pois decorre diretamente do direito de personalidade vinculado à filiação.
- b) O prazo prescricional da petição de herança é de dez anos, mas seu curso é suspenso enquanto pendente a ação de reconhecimento de paternidade.
- c) O reconhecimento judicial da filiação tem efeitos retroativos, de modo que Cláudia terá direito à herança, não havendo prescrição enquanto a paternidade não for declarada judicialmente.
- d) O prazo prescricional da ação de petição de herança é de dez anos e tem como termo inicial a abertura da sucessão, ainda que a paternidade só tenha sido reconhecida posteriormente.
- e) Como Cláudia não teve ciência da sua condição de filha antes de 2022, aplica-se a teoria subjetiva da actio nata, fazendo com que o prazo prescricional só comece a fluir a partir da data de sua descoberta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre investigação de paternidade.

A alternativa A está incorreta. A ação de petição de herança não é imprescritível, e seu prazo prescricional é de 10 anos.

A alternativa B está incorreta. O prazo prescricional da petição de herança é de dez anos, mas seu curso não é suspenso enquanto pendente a ação de reconhecimento de paternidade.

A alternativa C está incorreta. No presente caso ocorreu a prescrição da ação de petição de herança.

A alternativa D está correta. O prazo prescricional da ação de petição de herança é de dez anos e tem como termo inicial a abertura da sucessão, ainda que a paternidade só tenha sido reconhecida posteriormente. Conforme entendimento do STJ e o artigo 205 do CC: "O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão, cuja fluência não é impedida,

suspensa ou interrompida pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação, independentemente do seu trânsito em julgado. STJ. 2ª Seção. REsps 2.029.809-MG e 2.034.650-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 22/5/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1200) (Info 813). Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor”.

A alternativa E está incorreta. O STJ não aplica a teoria subjetiva da actio nata, nesse caso. "O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão, cuja fluência não é impedida, suspensa ou interrompida pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação, independentemente do seu trânsito em julgado. STJ. 2ª Seção. REsps 2.029.809-MG e 2.034.650-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 22/5/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 1200) (Info 813)."

QUESTÃO 13. Maria reside há 12 anos em um terreno de 250 m² no município de Caucaia, CE. Desde que assumiu a posse do terreno, estabeleceu moradia com sua família, realizou benfeitorias e efetuou regularmente o pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel. A posse foi obtida mediante contrato particular de promessa de compra e venda firmado com João, que se dizia proprietário, embora o contrato nunca tenha sido registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

Recentemente, Maria recebeu notificação da Prefeitura de Caucaia informando que o terreno é, na realidade, terra devoluta e determinando a desocupação, visto inexistir Inscrição no Registro Geral de Imóveis.

Buscando garantir sua propriedade, Maria procurou a assessoria Jurídica para verificar a possibilidade de ajuizar ação de usucapião. Durante a análise jurídica, constatou-se que, antes da posse exercida por João, o imóvel estava gravado com hipoteca em favor do Banco XYZ.

Considerando a hipótese apresentada, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e os requisitos legais relativos à usucapião de bens imóveis, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato particular de promessa de compra e venda não constitui justo título para fins de usucapião, uma vez que inexistente o registro formal da transferência da propriedade.
- b) Maria não poderá adquirir o imóvel por usucapião, pois o prazo de 12 anos é insuficiente para a modalidade própria na situação, que é a extraordinária.
- c) Caso Maria utilize exclusivamente para a moradia familiar e não possua outros imóveis, o prazo para a usucapião especial urbana é 10 anos e independe do contrato particular.
- d) Ainda que Maria demonstre todos os requisitos necessários à usucapião, a existência de hipoteca anterior impede a aquisição por usucapião em respeito ao direito real de garantia do Banco Estadual do Ceará.
- e) O contrato particular de promessa de compra e venda constitui justo título hábil para fundamentar pedido de usucapião, desde que comprovada boa-fé, posse mansa, pacífica e ininterrupta pelo prazo aplicável à modalidade adequada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre usucapião.

A alternativa A está incorreta. O contrato particular de promessa de compra e venda constitui justo título para fins de usucapião.

A alternativa B está incorreta. No caso a modalidade de usucapião não é a extraordinária, assim não se aplica os requisitos do artigo 1.238 do CC: "Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo."

A alternativa C está incorreta. Esse prazo pode ser reduzido para 5 anos, conforme o artigo 1.242, parágrafo único do CC: "Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos. Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico."

A alternativa D está incorreta. A existência de hipoteca anterior não impede a aquisição por usucapião em respeito ao direito real de garantia do Banco Estadual do Ceará.

A alternativa E está correta. O contrato particular de promessa de compra e venda constitui justo título hábil para fundamentar pedido de usucapião, desde que comprovada boa-fé, posse mansa, pacífica e ininterrupta pelo prazo aplicável à modalidade adequada. Conforme entendimento do STJ: "A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que a falta de registro do compromisso de compra e venda não é suficiente para descaracterizar o justo título – requisito necessário ao reconhecimento da usucapião ordinária."

QUESTÃO 14. Mariana, aos 25 anos de idade, sempre se sentiu desconfortável com seu prenome de registro, embora não haja qualquer motivo pejorativo ou vexatório. Ela deseja realizar a alteração para um nome com o qual se identifique mais. Mariana também deseja incluir o sobrenome de seu bisavô materno, além da exclusão do sobrenome de seu pai, com quem não tem contato desde os seis meses de idade, por vontade exclusiva do genitor, apesar de todas as tentativas de aproximação.

Considerando as disposições da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973), assinale a alternativa correta.

a) Mariana só poderá alterar seu prenome por meio de processo judicial, comprovando justo motivo e com a concordância do Ministério Público, por se tratar de alteração no registro civil.

b) Mariana poderá, por via extrajudicial, alterar seu prenome apenas uma vez, diretamente no cartório de registro civil, com a exclusão do sobrenome paterno, porém sem a possibilidade da inclusão do sobrenome de seu bisavô.

c) Mariana poderá requerer pessoalmente a exclusão do sobrenome paterno pela via extrajudicial, desde que comprovado o abandono afetivo por meio de provas documentais e testemunhais.

d) A jurisprudência brasileira consolidou o entendimento da inalterabilidade absoluta do direito ao nome, sendo irrelevante a conduta dos genitores para fins de utilização do sobrenome familiar.

e) Mariana poderá alterar seu prenome de forma imotivada apenas uma vez, diretamente no cartório de registro civil, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o direito ao nome.

A alternativa A está incorreta. Mariana poderá alterar seu prenome por meio extrajudicial.

A alternativa B está incorreta. Mariana poderá incluir o sobrenome de seu bisavô. Conforme o artigo 57 da Lei de Registros Públicos: Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: I - inclusão de sobrenomes familiares; II - inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; III - exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas; IV - inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. § 1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional. § 2º Os conviventes em união estável devidamente registrada no registro civil de pessoas naturais poderão requerer a inclusão de sobrenome de seu companheiro, a qualquer tempo, bem como alterar seus sobrenomes nas mesmas hipóteses previstas para as pessoas casadas. § 3º (Revogado). § 3º-A O retorno ao nome de solteiro ou de solteira do companheiro ou da companheira será realizado por meio da averbação da extinção de união estável em seu registro. § 4º (Revogado). § 5º (Revogado). § 6º (Revogado). § 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração. § 8º O enteado ou a enteada, se houver motivo justificável, poderá requerer ao oficial de registro civil que, nos registros de nascimento e de casamento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus sobrenomes de família.”

A alternativa C está incorreta. Mariana poderá requerer judicialmente a exclusão do sobrenome paterno, desde que comprove o abandono afetivo por meio de provas documentais e testemunhais.

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência brasileira não consolidou o entendimento da inalterabilidade absoluta do direito ao nome.

A alternativa E está incorreta. Mariana poderá alterar seu prenome de forma imotivada apenas uma vez, diretamente no cartório de registro civil, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico. Conforme o artigo 56 da Lei nº 6.015/73: "Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico. § 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial. § 2º A averbação de alteração de prenome conterà, obrigatoriamente, o prenome anterior, os números de documento de identidade, de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de passaporte e de título de eleitor do registrado, dados esses que deverão constar expressamente de todas as certidões solicitadas. § 3º Finalizado o procedimento de alteração no assento, o ofício de registro civil de pessoas naturais no qual se processou a alteração, a expensas do requerente, comunicará o ato oficialmente aos órgãos expedidores do documento de identidade, do CPF e do passaporte, bem como ao Tribunal Superior Eleitoral, preferencialmente por meio eletrônico. § 4º Se suspeitar de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade ou simulação quanto à real intenção da pessoa requerente, o oficial de registro civil fundamentadamente recusará a retificação."

QUESTÃO 15. Em um primeiro processo, o autor da ação, na respectiva petição inicial, pleiteou a prolação de sentença que declarasse que a relação jurídico-contratual ali mencionada estava sujeita a uma determinada condição resolutiva, e não a um termo final.

Em um segundo feito, o autor da demanda, embora já dispusesse de um título executivo extrajudicial, pugnou pela condenação do réu a pagar a dívida ali representada.

Sobre os fatos apresentados, assinale a afirmativa correta.

- a) Em ambas as demandas, as respectivas petições iniciais devem ser indeferidas, estando ausente o interesse de agir.**
- b) Em ambas as demandas, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, estando presente, numa e noutra, o interesse de agir.**
- c) Na primeira demanda, deve haver o juízo positivo de admissibilidade, devendo ser indeferida a petição inicial da segunda, por estar ausente o interesse de agir.**
- d) Na segunda demanda, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, devendo ser indeferida a petição inicial da primeira, por estar ausente o Interesse de agir.**
- e) Na segunda demanda, deve haver a determinação judicial de oferecimento de emenda à petição inicial para que seja ela convertida em ação de execução, devendo ser indeferida a petição inicial da primeira, por estar ausente o interesse de agir.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o juízo de admissibilidade.

A alternativa A está incorreta. Em ambas as demandas, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, estando presente, numa e noutra, o interesse de agir.

A alternativa B está correta. Em ambas as demandas, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, estando presente, numa e noutra, o interesse de agir. Conforme os artigos 19, inciso I, 20 e 785 do CPC: “Art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; Art. 20. É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito. Art. 785. A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.”

A alternativa C está incorreta. Em ambas as demandas, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, estando presente, numa e noutra, o interesse de agir.

A alternativa D está incorreta. Em ambas as demandas, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, estando presente, numa e noutra, o interesse de agir.

A alternativa E está incorreta. Em ambas as demandas, deve haver o Juízo positivo de admissibilidade, estando presente, numa e noutra, o interesse de agir.

QUESTÃO 16. Um servidor público municipal ajuizou ação de mandado de segurança, pleiteando a invalidação de ato administrativo que lhe impusera uma sanção pelo cometimento de ilícito funcional. Como causa de pedir, alegou o impetrante que não praticara qualquer irregularidade e que a pena aplicada, de qualquer modo, era flagrantemente desproporcional. Distribuída a petição inicial a um órgão judicial dotado de competência fazendária, o Juiz deferiu a medida liminar ali requerida, consubstanciada na suspensão da eficácia da sanção disciplinar, além de proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda. Vindo aos autos as informações da autoridade impetrada, a peça impugnativa da pessoa jurídica de direito público e a manifestação conclusiva do Ministério Público, o Magistrado proferiu sentença por meio da qual denegava a segurança vindicada, revogando a liminar anteriormente deferida. Entendeu o Juiz que a infração disciplinar tinha ficado configurada e que, ademais, a pena imposta em desfavor do impetrante era proporcional e razoável.

Sem que tivesse sido interposto recurso de apelação, os autos foram arquivados.

Um ano e dois meses depois do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo relativo ao mandado de segurança, o servidor público intentou ação rescisória, alegando que a sentença que lhe denegara a ordem havia incorrido em manifesta violação a uma determinada norma jurídica.

A respeito desse quadro, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão que, nos autos da ação de mandado de segurança, deferiu a liminar requerida pelo impetrante era impugnável pelo recurso de agravo de instrumento.

b) A sentença denegatória da segurança, independentemente da não interposição do recurso de apelação, deveria ter ensejado a remessa necessária ao tribunal.

c) A ação rescisória manejada é incabível, pois a sentença impugnada não é de mérito, não tendo ensejado, portanto, a formação de coisa julgada material.

d) A ação rescisória manejada é incabível, pois não houve interposição, no processo originário, de recurso de apelação.

e) A ação rescisória manejada é incabível, haja vista a inexistência de prova legal para a sua propositura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. A decisão que, nos autos da ação de mandado de segurança, deferiu a liminar requerida pelo impetrante era impugnável pelo recurso de agravo de instrumento. Conforme o artigo 7, § 1º da Lei nº 12.016/2009: "Art. 7, § 1º Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil."

A alternativa B está incorreta. Em desconformidade com o artigo 14, § 1º da Lei nº 12.016/2009: "Art. 14. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação. § 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição."

A alternativa C está incorreta. Em desconformidade com o artigo 487, inciso I do CPC: "Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;"

A alternativa D está incorreta. É possível a ação rescisória, conforme a Súmula 514 do STF: "Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos."

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com o artigo 975 do CPC: "Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo."

QUESTÃO 17. Em um processo em curso perante a Justiça Estadual, o Juiz da causa, atentando para a especificidade do tema objeto da demanda e para a repercussão social da controvérsia, determinou, de ofício, a intervenção no feito de uma entidade autárquica federal, a título de amicus curiae, tendo definido, também, os seus poderes processuais.

Nesse contexto, sobre a decisão proferida, assinale a afirmativa correta. a) Foi equivocada, já que o amicus curiae só pode ser órgão ou ente despersonalizado, caso tenha representatividade adequada.

b) Foi equivocada, já que a intervenção como amicus curiae só pode ter lugar nos feitos em curso perante os tribunais.

c) Foi equivocada, já que a intervenção como amicus curiae só pode ter lugar se for requerida por uma das partes originárias.

d) Não terá o condão de ensejar o declínio da competência em favor da Justiça Federal.

e) É impugnável pelo recurso de agravo de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre amicus curiae.

A alternativa A está incorreta. A decisão foi correta, nos termos do caput do artigo 138 do CPC: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

A alternativa B está incorreta. A decisão foi correta, nos termos do caput do artigo 138 do CPC: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

A alternativa C está incorreta. A decisão foi correta, nos termos do caput do artigo 138 do CPC: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

A alternativa D está correta. A decisão proferida não terá o condão de ensejar o declínio da competência em favor da Justiça Federal. Conforme o artigo 138, § 1º do CPC: "§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º."

A alternativa E está incorreta. A decisão é irrecorrível, nos termos do caput do artigo 138 do CPC: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

QUESTÃO 18. No curso de um processo, depois de deferida a produção da prova pericial e de juntado aos autos o correspondente laudo, o Juiz da causa observou que a parte autora carecia de interesse processual.

Assim, o Magistrado, após ter ordenado a intimação das partes para que se manifestassem sobre o ponto, proferiu sentença por meio da qual extinguiu o feito sem resolução do mérito.

Inconformado, o autor, por meio de seu advogado, interpôs apelação, protocolizando a sua peça recursal 20 (vinte dias) úteis depois de sua intimação, o que foi certificado pela serventia.

Tomando contato com as razões recursais do demandante, o Juiz, analisando melhor o caso, concluiu que, na realidade, não havia como se cogitar a falta de interesse de agir.

Nesse cenário, é correto afirmar que o Juiz

a) não poderia ter pronunciado a carência de ação, uma vez que a fase da instrução probatória já havia sido concluída.

b) poderá se retratar da sentença e determinar o prosseguimento do feito, rumo à solução do mérito da causa.

c) deverá pronunciar a intempestividade da apelação e ordenar à serventia que certifique o trânsito em julgado da sentença.

d) deverá pronunciar a falta de interesse recursal e ordenar à serventia que certifique o trânsito em julgado da sentença.

e) deverá ordenar a remessa dos autos ao órgão ad quem, a fim de que seja apreciado o recurso de apelação interposto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o tema recursos.

A alternativa A está incorreta. O juiz poderia ter pronunciado a carência da ação.

A alternativa B está incorreta. A intempestividade da apelação desautoriza o órgão a quo a proferir juízo positivo de retratação. Assim, diante de apelação intempestiva, o juiz deve limitar-se a não retratar-se (a intempestividade da apelação pode ser o único fundamento da decisão de não retratação) e remeter a apelação ao tribunal, a quem compete decidir pelo não conhecimento do recurso, se for o caso. “Enunciado 68, I JDPC do CJF: A intempestividade da apelação desautoriza o órgão a quo a proferir juízo positivo de retratação.” “Enunciado 293, FPPC: (arts. 331, 332, § 3º, 485, § 7º, 1.010, § 3º) O juízo de retratação, quando permitido, somente poderá ser exercido se a apelação for tempestiva.”

A alternativa C está incorreta. O juiz deverá ordenar a remessa dos autos ao órgão ad quem.

A alternativa D está incorreta. O juiz deverá ordenar a remessa dos autos ao órgão ad quem.

A alternativa E está correta. O juiz deverá ordenar a remessa dos autos ao órgão ad quem, a fim de que seja apreciado o recurso de apelação interposto. Nos termos do artigo 1.010, § 3º do CPC: “Art. 1.010, § 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.” “Enunciado 99, FPPC: (art. 1.010, § 3º) O órgão a quo não fará juízo de admissibilidade da apelação.”

QUESTÃO 19. Carlos intentou ação reivindicatória em face de Daniel, alegando que este ocupava indevidamente imóvel de sua propriedade, o qual se situava em área pertencente à Comarca X. A petição inicial, distribuída a um Juízo Cível da Comarca Y, onde Carlos tinha domicílio, foi instruída com diversos documentos, mas não com a certidão da serventia imobiliária comprobatória da propriedade do autor em relação ao bem que era objeto da demanda.

Nesse panorama, o Juiz deverá

- a) indeferir de plano a petição inicial, por não ter sido instruída com documentos indispensáveis à propositura da ação.
- b) determinar a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, anexe o documento faltante.
- c) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, determinando a citação da parte ré.
- d) declinar de ofício da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X.
- e) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, mas declinar da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X, se o réu arguir tal preliminar em sua contestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. O juiz deverá declinar de ofício da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X. Em desconformidade com o artigo 321 e 64 do CPC: “Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.”

“Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. § 2º Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência. § 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente. § 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.”

A alternativa B está incorreta. O juiz deverá declinar de ofício da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X. Em desconformidade com o artigo 64 do CPC: "Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. § 2º Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência. § 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente. § 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente."

A alternativa C está incorreta. O juiz deverá declinar de ofício da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X.

A alternativa D está correta. O juiz deverá declinar de ofício da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X, conforme o artigo 47 do CPC: " Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. § 1º O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova. § 2º A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta." "Na ação reivindicatória, é necessário que o autor prove a propriedade do bem, a posse injusta e a perfeita individuação do imóvel. STJ, AgInt no REsp 1637951."

A alternativa E está incorreta. O juiz deverá declinar de ofício da competência em favor de um Juízo Cível da Comarca X, pois o juiz pode agir de ofício, nos termos do artigo 64, § 1º do CPC: "Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício."

QUESTÃO 20. Ajuizada ação de cobrança de obrigação derivada de um contrato em face dos devedores Álvaro, Bruno e Carlos, apenas os dois primeiros réus ofertaram peças contestatórias, o que resultou na decretação da revelia de Carlos.

Na sequência, o Juiz da causa proferiu sentença por meio da qual condenava os três demandados a, solidariamente, pagar a obrigação contratual referida na petição inicial.

Álvaro e Bruno interpuuseram recursos de apelação, mas o órgão ad quem, embora delas tenha conhecido, negou-lhes provimento, confirmando a sentença de piso.

Com o advento do trânsito em julgado, o credor deflagrou a fase de cumprimento de sentença em desfavor dos três réus.

Depois da intimação dos três executados, apenas Carlos apresentou, no prazo legal, impugnação ao cumprimento de sentença, alegando que não havia sido citado na fase de conhecimento do processo, o que acabou por dar azo, indevidamente, à sua revelia. Carlos também requereu, em sua peça de impugnação, a atribuição de efeito suspensivo, garantindo o juízo com penhora suficiente.

É correto afirmar, nesse cenário, que o Juiz

a) não poderá conhecer do fundamento invocado na impugnação ao cumprimento de sentença, por falta de previsão legal.

b) não poderá atribuir efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença, por falta de previsão legal.

c) poderá atribuir efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença, o que importará na suspensão da execução deflagrada em desfavor dos três réus.

d) poderá deferir, ainda que atribua efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença, a efetivação de atos de reforço da penhora e de avaliação dos bens.

e) deverá suspender o processo pelo prazo máximo de três meses, até que o réu-impugnante ajuíze ação de querela nullitatis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa A está incorreta. Em desconformidade com o artigo 525 § 1º, inciso I do CPC: “§ 1º Na impugnação, o executado poderá alegar: I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;”

A alternativa B está incorreta. Em desconformidade com o artigo 525 §6º do CPC: “§ 6º A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.”

A alternativa C está incorreta. Em desconformidade com o artigo 525 §9º do CPC: “§ 9º A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não impugnaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao impugnante.”

A alternativa D está correta. O juiz poderá deferir, ainda que atribua efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença, a efetivação de atos de reforço da penhora e de avaliação dos bens. Conforme o artigo 525, § 7º do CPC: “§ 7º A concessão de efeito suspensivo a que se refere o § 6º não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens”

A alternativa E está incorreta. Não há previsão legal nesse sentido de que deverá suspender o processo pelo prazo máximo de três meses, até que o réu-impugnante ajuíze ação de querela nullitatis.

QUESTÃO 21. No que se refere à *restauração de autos*, assinale a afirmativa correta.

a) O órgão judicial pode de ofício promover a medida, independentemente da legitimidade *ad causam* das partes.

b) O Ministério Público não tem legitimidade *ad causam* para promover a medida.

c) Depois de ofertada pelo interessado a petição inicial, a parte contrária será citada para contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias.

d) Havendo necessidade de repetição das provas produzidas em audiência, caso seja impossível reinquirir a mesma testemunha, não será cabível a sua substituição.

e) Se o desaparecimento dos autos tiver ocorrido no Tribunal, o processo de restauração deverá ser distribuído a um relator diverso do primitivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema restauração dos autos.

A alternativa A está incorreta. Na restauração dos autos o órgão judicial pode de ofício promover a medida, independentemente da legitimidade *ad causam* das partes. Conforme o artigo 712 do CPC: "Art. 712. Verificado o desaparecimento dos autos, eletrônicos ou não, pode o juiz, de ofício, qualquer das partes ou o Ministério Público, se for o caso, promover-lhes a restauração."

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público possui legitimidade, conforme o artigo 712 do CPC: "Art. 712. Verificado o desaparecimento dos autos, eletrônicos ou não, pode o juiz, de ofício, qualquer das partes ou o Ministério Público, se for o caso, promover-lhes a restauração."

A alternativa C está incorreta. O prazo é de 5 dias, nos termos do artigo 714 do CPC: "Art. 714. A parte contrária será citada para contestar o pedido no prazo de 5 (cinco) dias, cabendo-lhe exhibir as cópias, as contraféis e as reproduções dos atos e dos documentos que estiverem em seu poder."

A alternativa D está incorreta. Excepcionalmente é possível a substituição da testemunha, conforme o artigo 715, § 1º do CPC: "Art. 715. Se a perda dos autos tiver ocorrido depois da produção das provas em audiência, o juiz, se necessário, mandará repeti-las. § 1º Serão reinquiridas as mesmas testemunhas, que, em caso de impossibilidade, poderão ser substituídas de ofício ou a requerimento."

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com o artigo 717 do CPC: "Art. 717. Se o desaparecimento dos autos tiver ocorrido no tribunal, o processo de restauração será distribuído, sempre que possível, ao relator do processo."

QUESTÃO 22. Alex, entendendo ter sido vítima de um grave erro médico, ajuizou demanda em face do Hospital Geral e do médico Benício, que ali o atendera. O autor, assistido pelo órgão da Defensoria Pública, pleiteou a condenação de ambos os réus a lhe pagarem, solidariamente, a quantia correspondente a 300 (trezentos) salários-mínimos, a título de danos morais.

Instaurado o processo em autos eletrônicos, após o juízo positivo de admissibilidade da ação, o hospital e o médico ofertaram as respectivas contestações, por meio de advogados distintos e integrantes de escritórios diferentes.

Concluídas as fases postulatória e da instrução probatória, o Juiz da causa proferiu sentença por meio da qual julgava parcialmente procedente o pleito indenizatório de Alex, condenando os demandados a lhe pagarem, solidariamente, a importância equivalente a 100 (cem) salários-mínimos.

O Hospital Geral interpôs recurso de apelação 15 (quinze) dias úteis depois de efetivada regularmente a sua intimação, pugnando pela reforma da sentença para o fim de se julgar improcedente o pedido ou, alternativamente, para se reduzir a verba indenizatória ali arbitrada. O autor apresentou as suas contrarrazões ao apelo do nosocômio.

Benício, por sua vez, interpôs apelação, na qual também pugnou pela improcedência do pleito ou, ao menos, pela redução do montante indenizatório, protocolizando a sua peça recursal vinte dias úteis depois de sua regular intimação.

Intimado para responder ao recurso de Benício, Alex apresentou as suas contrarrazões 25 (vinte e cinco) dias úteis depois da intimação pessoal do defensor público e, simultaneamente, protocolizou recurso de apelação na forma adesiva. Por meio desse recurso, o autor requereu a majoração da verba indenizatória, de modo a ser fixada no valor correspondente a 300 (trezentos) salários-mínimos, tal como pleiteado em sua petição inicial.

Nesse cenário, é correto afirmar que

- a) apenas os recursos de Alex e do Hospital Geral deverão ser conhecidos.
- b) apenas os recursos de Alex e de Benício deverão ser conhecidos.
- c) apenas o recurso do Hospital Geral deverá ser conhecido.
- d) os três recursos deverão ser conhecidos.
- e) nenhum dos três recursos deverá ser conhecido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema recursos.

A alternativa A está correta. Apenas os recursos de Alex e do Hospital Geral deverão ser conhecidos. O recurso de Benício é intempestivo. Hospital Geral: interpôs recurso de apelação 15 (quinze) dias úteis depois de efetivada regularmente a sua intimação. Benício: Foi protocolizando a sua peça recursal vinte dias úteis depois de sua regular intimação, ele excedeu o prazo de 15 dias úteis. Alex: apresentou as suas contrarrazões 25 (vinte e cinco) dias úteis depois da intimação pessoal do defensor público, como é assistido pela Defensoria Pública o prazo de 15 dias úteis é contado em dobro. Conforme os artigos 186 e 1003, § 5º do CPC: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas

manifestações processuais.” “Art. 1003, § 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.”

A alternativa B está incorreta. Apenas os recursos de Alex e do Hospital Geral deverão ser conhecidos. O recurso de Benício é intempestivo.

A alternativa C está incorreta. Apenas os recursos de Alex e do Hospital Geral deverão ser conhecidos. O recurso de Benício é intempestivo.

A alternativa D está incorreta. Apenas os recursos de Alex e do Hospital Geral deverão ser conhecidos. O recurso de Benício é intempestivo.

A alternativa E está incorreta. Apenas os recursos de Alex e do Hospital Geral deverão ser conhecidos. O recurso de Benício é intempestivo.

QUESTÃO 23. Nos autos de um mandado de segurança em curso em órgão fracionário do Tribunal, que detinha a competência originária para processá-lo e julgá-lo, foi proferido acórdão por meio do qual se concedia a ordem vindicada pelo impetrante.

Regularmente intimado, o órgão de representação jurídica do ente federativo que figurava no polo passivo da ação mandamental interpôs recurso extraordinário, alegando que o aresto contra o qual se insurgia, ao violar uma determinada norma de Lei Ordinária Federal, atentara contra o princípio constitucional da legalidade.

A peça recursal foi protocolizada 28 (vinte e oito) dias úteis depois da intimação pessoal do órgão de representação jurídica da Fazenda Pública.

Sobre o recurso extraordinário interposto, assinale a afirmativa correta.

- a) É tempestivo, não havendo óbice a que seja admitido pelo Supremo Tribunal Federal.**
- b) É intempestivo, razão pela qual deverá ser inadmitido pelo Supremo Tribunal Federal.**
- c) É incabível, razão pela qual deverá ser inadmitido pelo Supremo Tribunal Federal, sendo a via recursal adequada o recurso ordinário constitucional.**
- d) É incabível, razão pela qual deverá ser inadmitido pelo Supremo Tribunal Federal, sendo a via recursal adequada o recurso especial.**
- e) É incabível, embora o Supremo Tribunal Federal possa adotar as medidas que viabilizem a sua remessa ao Superior Tribunal de Justiça, para fins de julgamento como recurso especial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema recurso extraordinário.

A alternativa A está incorreta. No presente caso não é cabível recurso extraordinário, porquanto a ofensa não foi direta à constituição, mas sim à lei ordinária federal.

A alternativa B está incorreta. Não é intempestivo, conforme o artigo 183 do CPC: “Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.”

A alternativa C está incorreta. A via recursal adequada é o Recurso Especial. As decisões concessivas de mandados de segurança julgados em única instância não são atacáveis pela via do recurso ordinário, já que este exige a denegação da ordem. Então, cabe o manejo dos recursos excepcionais: recurso extraordinário para o STF ou do recurso especial para o STJ. Como tais recursos possuem fundamentação vinculada, não basta a mera sucumbência, fazendo-se necessário que também estejam presentes as hipóteses de cabimento previstas, respectivamente, no art. 102, III, ‘a’, ‘b’, ‘c’, ou ‘d’, no caso de RE.

A alternativa D está incorreta. Resposta parcialmente certa, mas a letra E está mais completa.

A alternativa E está correta. “A jurisprudência do STF orienta-se no sentido de que não cabe recurso extraordinário por ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal, da coisa julgada, do direito adquirido, entre outros, se, para apreciá-la, for necessária a interpretação de legislação ordinária (AgRg no AG 135.632-RS, Primeira Turma, DJ 3/9/1999). Os conceitos de direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada são dados por lei ordinária (art. 6º da LINDB), sem aptidão, portanto, para inibir o legislador infraconstitucional. Assim, se a lei ordinária contiver regra de cujo texto se extraia ordem de retroatividade, em prejuízo de situação jurídica anteriormente constituída, a ofensa será direta ao art. 5º, XXXVI, da CF, passível de exame em recurso extraordinário. Diversamente, caso se cuide de decidir acerca da aplicação da lei nova a determinada relação jurídica existente quando de sua edição, a questão será infraconstitucional, impugnável mediante recurso especial. STJ, REsp 1.124.859-MG, Rel. originário Min. Salomão, Rel. para acórdão Min. Maria Gallotti, d.j. 26/11/14 (info 556)”

QUESTÃO 24. Ana celebrou contrato de locação com Bruna e Carla, tendo constatado, três meses depois do início do vínculo contratual, que Bruna, sem a ciência da locatária, havia cometido infração a uma das cláusulas da avença.

Na sequência, Ana tentou ação de despejo para obter a rescisão do contrato e a desocupação do imóvel, tendo incluído apenas Bruna no polo passivo da demanda.

Apreciando a petição inicial, caberá ao Juiz

a) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que a hipótese não é de litisconsórcio passivo.

b) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que a hipótese seria de litisconsórcio passivo facultativo.

c) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que, mesmo sendo a hipótese de litisconsórcio passivo necessário, a sua inobservância deverá ser arguida na contestação da ré.

d) incluir *ex officio* no polo passivo a litisconsorte necessária faltante e, então, proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação.

e) assinar prazo à autora para emendar a petição inicial, incluindo no polo passivo a litisconsorte necessária faltante e, não requerida a sua citação, sob pena de extinção do feito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema intervenção de terceiros.

A alternativa A está incorreta. É hipótese de litisconsórcio passivo necessário, nos termos do artigo 114 do CPC: "Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes."

A alternativa B está incorreta. O litisconsórcio é necessário, nos termos do artigo 114 do CPC: "Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes."

A alternativa C está incorreta. O juiz neste caso não pode proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, nos termos do artigo 115, parágrafo único do CPC: "Art. 115, Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo."

A alternativa D está incorreta. O juiz não pode incluir de ofício, nos termos do artigo 115, parágrafo único do CPC: "Art. 115, Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo."

A alternativa E está correta. Caberá ao juiz assinar prazo à autora para emendar a petição inicial, incluindo no polo passivo a litisconsorte necessária faltante e, não requerida a sua citação, sob pena de extinção do feito. Nos termos do artigo 115, parágrafo único do CPC: "Art. 115, Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo."

QUESTÃO 25. No que se refere à indisponibilidade de bens do réu, no âmbito da ação de improbidade administrativa, é correto afirmar que

a) não há previsão, na lei em vigor, para a decretação da medida.

b) a medida pode ser decretada sem a prévia oitiva da parte demandada.

c) a medida não pode ter por objeto um bem de família, em qualquer hipótese.

d) a medida não pode ter por objeto a quantia de até 60 salários mínimos depositada em conta-corrente.

e) a decisão que defere a medida é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, não o sendo a que a indefere.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. Há previsão em lei para a decretação da medida. Nos termos do caput do artigo 16 da LIA: “Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.”

A alternativa B está correta. No caso de indisponibilidade de bens do réu, no âmbito da ação de improbidade administrativa a medida pode ser decretada sem a prévia oitiva da parte demandada. Conforme o artigo 16 § 3º e § 4º da LIA: “Art. 16, § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias. § 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.”

A alternativa C está incorreta. A medida pode ter por objeto bem de família, nos termos do artigo 16, § 14 da LIA: “§ 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei.”

A alternativa D está incorreta. Até 40 salários-mínimos, conforme o artigo 16, § 13 da LIA: “Art. 16, § 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.”

A alternativa E está incorreta. Da decisão que defere ou indefere é cabível o agravo de instrumento, conforme o artigo 16, § 9º da LIA: “§ 9º Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”

QUESTÃO 26. A hipótese em que o recurso de apelação interponível é dotado de efeito suspensivo automático, assim impedindo a deflagração de cumprimento provisório, é a da sentença que

a) condena o réu ao pagamento de alimentos em favor de demandante capaz.

- b) extingue, sem resolução do mérito, os embargos do executado.**
- c) acolhe o pedido de indenização de danos materiais formulado por incapaz.**
- d) acolhe o pedido formulado em ação de mandado de segurança.**
- e) confirma a tutela antecipada de urgência deferida initio litis pelo órgão judicial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema recursos.

A alternativa A está incorreta. É uma hipótese de exceção ao efeito suspensivo automático na apelação. “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: II - condena a pagar alimentos;”

A alternativa B está incorreta. É uma hipótese de exceção ao efeito suspensivo automático na apelação. “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;”

A alternativa C está correta. A hipótese em que o recurso de apelação interponível é dotado de efeito suspensivo automático, assim impedindo a deflagração de cumprimento provisório, é a da sentença que acolhe o pedido de indenização de danos materiais formulado por incapaz. Assim, não está prevista no artigo 1.012 § 1º do CPC: “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; II - condena a pagar alimentos; III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição.”

A alternativa D está incorreta. É uma hipótese de exceção ao efeito suspensivo automático na apelação. Conforme a Lei nº 12.016/2009, em seu artigo 14, § 1º: “Art. 14, § 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.”

A alternativa E está incorreta. É uma hipótese de exceção ao efeito suspensivo automático na apelação. “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;”

QUESTÃO 27. No que concerne à técnica de ampliação do órgão colegiado para votação não unânime, ela não incide no julgamento de

a) agravo de instrumento interposto contra a decisão que julgou parcialmente o mérito, se a votação majoritária for no sentido da reforma do provimento recorrido.

b) ação rescisória que impugne a sentença, se a votação majoritária for no sentido da rejeição do pedido de rescisão.

c) apelação interposta contra a sentença concessiva da ordem, em ação de mandado de segurança.

d) apelação interposta contra a sentença denegatória da ordem, em ação de mandado de segurança.

e) apelação interposta contra a sentença extintiva do feito sem resolução do mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema técnica de julgamento.

A alternativa A está incorreta. Incidirá no agravo de instrumento interposto contra a decisão que julgou parcialmente o mérito, se a votação majoritária for no sentido da reforma do provimento recorrido. Conforme o artigo 942, § 3º, inciso II do CPC: “§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.”

A alternativa B está correta. No que concerne à técnica de ampliação do órgão colegiado para votação não unânime, ela não incide no julgamento de ação rescisória que impugne a sentença, se a votação majoritária for no sentido da rejeição do pedido de rescisão. Conforme o artigo 942, § 3º, inciso I do CPC: “Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores. § 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno;”

A alternativa C está incorreta. Na apelação interposta contra sentença concessiva ou denegatória de ordem do mandado de segurança aplica-se a técnica de julgamento ampliado: “A técnica de ampliação do colegiado, prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), também se aplica ao julgamento não unânime de apelação interposta em mandado de segurança.” <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/13052021-Cabe-ampliacao-do-colegiado-em-julgamento-nao-unanime-de-apelacao-em-mandado-de-seguranca.aspx>>

A alternativa D está incorreta. Na apelação interposta contra sentença concessiva ou denegatória de ordem do mandado de segurança aplica-se a técnica de julgamento ampliado: “A técnica de ampliação do colegiado, prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), também se aplica ao julgamento não unânime de apelação interposta em mandado de segurança.” <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/13052021-Cabe-ampliacao-do-colegiado-em-julgamento-nao-unanime-de-apelacao-em-mandado-de-seguranca.aspx>>

A alternativa E está incorreta. Ainda que a sentença seja extintiva do feito sem o julgamento do mérito poderá ser cabível o julgamento ampliado. "No info 639, o STJ salientou que a técnica de ampliação de julgamento deve ser utilizada quando o resultado da apelação for não unânime, independentemente de ser julgamento que reforma ou mantém a sentença impugnada (STJ, REsp 1.733.820-SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, por maioria, d.j. 02/10/18, info 639)." "Indo além, referida técnica não se aplica apenas em relação às questões de mérito. Incidirá o art. 942 quando não houver unanimidade no juízo de admissibilidade recursal (STJ. 3ª T. REsp 1798705-SC, Rel. Min. Sanseverino, d.j. 22/10/19 (Info 659)" "Enunciado 193, III JDPC do CJF: A técnica de ampliação do colegiado é aplicável a qualquer hipótese de divergência no julgamento da apelação, seja no juízo de admissibilidade ou no de mérito."

QUESTÃO 28. No que diz respeito à audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que o Juiz da causa

- a) pode determinar a sua realização antes da produção da prova pericial, caso as peculiaridades do caso assim recomendem.**
- b) não pode tentar conciliar as partes, caso outros métodos de solução consensual da lide já tenham se frustrado.**
- c) não pode ouvir o perito nem os assistentes técnicos, aos quais incumbe manifestar-se apenas por escrito nos autos.**
- d) deve ordenar que se retirem do recinto aqueles que se comportarem de modo inconveniente, embora lhe seja vedado requisitar força policial.**
- e) não pode, após finda a instrução, substituir o debate oral por razões finais escritas, cabendo-lhe proferir a sentença no próprio ato.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema audiência de instrução e julgamento.

A alternativa A está correta. Na audiência de instrução e julgamento, o juiz pode determinar a sua realização antes da produção da prova pericial, caso as peculiaridades do caso assim recomendem. Conforme o artigo 139, inciso VI do CPC: "Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;" "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS. ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. DEFERIMENTO DA PROVA ORAL . DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. INDEFERIMENTO TÁCITO DA PROVA PERICIAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO JUIZ SOBRE REFERIDA PROVA. ALEGAÇÃO DE IMPRESCINDIBILIDADE DA PROVA. RECURSO PROVIDO. 1. De acordo com a norma processual, ressalvadas raríssimas exceções, o pedido de prova pericial deve ser apreciado antes da Audiência de Instrução e Julgamento, uma vez que nesta, geralmente, encerra a instrução do processo. 2 . Ao julgador cabe decidir a pretensão da parte de produzir prova pericial, antes de designar audiência de instrução e julgamento, sob pena de inversão procedimental e até mesmo eventual cerceamento de defesa. 3.

Quando o juiz, na oportunidade própria, não se manifesta sobre o pedido de prova pericial, segundo já se decidiu, é porque o rejeitou tacitamente. (RT 635/266) . 4. Recurso Provido. (TJ-MG - AI: 10433130281788003 MG, Relator.: Marcos Lincoln, Data de Julgamento: 27/04/2016, Data de Publicação: 06/05/2016)”

A alternativa B está incorreta. Assertiva em desconformidade com o artigo 359 do CPC: "Art. 359. Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem."

A alternativa C está incorreta. Assertiva em desconformidade com o artigo 361 do CPC: " Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente: I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, caso não respondidos anteriormente por escrito; II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais; III - as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas."

A alternativa D está incorreta. Assertiva em desconformidade com o artigo 360, inciso II do CPC: "Art. 360. O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe: III - requisitar, quando necessário, força policial;"

A alternativa E está incorreta. Assertiva em desconformidade com o artigo 364, § 2º do CPC: "Art. 364, § 2º Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, que serão apresentadas pelo autor e pelo réu, bem como pelo Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, assegurada vista dos autos."

QUESTÃO 29. Uma associação de defesa do consumidor, regularmente constituída há mais de um ano e com finalidade institucional voltada à proteção dos direitos dos consumidores, ajuizou Ação Civil Pública contra uma rede nacional de supermercados. A ação visa à reparação de danos materiais e morais sofridos por centenas de consumidores que adquiriram produtos alimentícios com prazo de validade expirado, comercializados pela referida rede. A associação busca, ainda, a condenação da ré em danos morais coletivos.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/1990) e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

a) A associação possui legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública, e a sentença proferida produzirá efeitos erga omnes, independentemente do resultado, alcançando todos os consumidores lesados.

b) A associação não possui legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública, pois apenas o Ministério Público pode atuar na defesa de interesses individuais homogêneos dos consumidores.

c) A associação possui legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública, e a sentença proferida produzirá efeitos erga omnes apenas em caso de procedência do pedido, beneficiando todos os consumidores lesados.

d) A associação possui legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública, mas a sentença proferida produzirá efeitos apenas entre as partes do processo, não alcançando os demais consumidores lesados.

e) A associação possui legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública, e a sentença proferida produzirá efeitos erga omnes em qualquer hipótese, vedando a propositura de ações individuais pelos consumidores lesados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda os efeitos da sentença envolvendo direitos individuais homogêneos.

A alternativa A está incorreta. Tratando-se de direito individual homogêneo (art. 81, Parágrafo Único, III, do CDC), a sentença fará coisa julgada erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores (art. 103, III, do CDC).

A alternativa B está incorreta. A associação possui legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública, conforme art. 82, IV, do CDC.

A alternativa C está correta. Tratando-se de direito individual homogêneo (art. 81, Parágrafo Único, III, do CDC), a sentença fará coisa julgada erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores (art. 103, III, do CDC).

A alternativa D está incorreta. A sentença beneficiará todas as vítimas e seus sucessores (art. 103, III, do CDC).

A alternativa E está incorreta. Tratando-se de direito individual homogêneo (art. 81, Parágrafo Único, III, do CDC), a sentença fará coisa julgada erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido (art. 103, III, do CDC).

QUESTÃO 30. Júlia adquiriu um refrigerador novo de uma loja de eletrodomésticos, com nota fiscal e garantia de fábrica de 12 meses. O produto, no entanto, apresentou problemas de resfriamento logo no segundo mês de uso. A assistência técnica autorizada realizou três reparos, mas o defeito persistiu. Júlia, então, solicitou a substituição do refrigerador, mas a loja alegou que apenas a fabricante deveria arcar com a troca.

A consumidora, inconformada, ajuizou ação pleiteando a substituição imediata do produto por outro da mesma espécie, a restituição do valor pago e uma indenização por danos morais. Sobre a solicitação de Júlia, com base no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

a) Júlia somente poderá exigir a substituição do produto se provar que a fabricante agiu com dolo ou culpa, já que a responsabilidade pelo vício não é objetiva nesse caso.

b) A loja vendedora não pode ser responsabilizada porque apenas intermediou a venda, devendo a fabricante arcar sozinha com a substituição do bem.

c) Júlia tem o direito de escolher entre a substituição do produto, a restituição do valor pago ou o abatimento proporcional do preço, sendo a responsabilidade solidária entre todos os fornecedores.

d) A consumidora não tem direito à restituição do valor, pois a garantia legal é de apenas 90 dias, e esse prazo já havia se passado desde a compra.

e) O fornecedor pode se eximir da responsabilidade ao alegar que desconhecia o vício de fabricação, uma vez que a ignorância afasta a sua responsabilidade civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre vício do produto.

A alternativa A está incorreta. Tratando-se de vício do produto (art. 18 do CDC), a responsabilidade do fabricante é objetiva, independente de dolo ou culpa.

A alternativa B está incorreta. Tratando-se de vício do produto (art. 18 do CDC), os fornecedores respondem solidariamente.

A alternativa C está correta. Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço.

A alternativa D está incorreta. Tratando-se de produto durável, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias (art. 26, II do CDC). Como o problema ocorreu no segundo mês de uso, observa-se que o prazo não foi ultrapassado. Ademais, analisando o enunciado, verifica-se que foi oferecida garantia contratual, a qual é complementar à legal (art. 50 do CDC).

A alternativa E está incorreta. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade (art. 23 do CDC).

QUESTÃO 31. Sobre o conceito de consumidor por equiparação (bystander) e sua aplicação, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

a) Aplica-se o conceito de consumidor por equiparação nas hipóteses em que um terceiro sofre prejuízos em razão de vício do produto ou do serviço, podendo buscar reparação nos termos do Código de Defesa do Consumidor, mesmo sem vínculo direto com o fornecedor.

b) É cabível a equiparação do terceiro como consumidor sempre que ele demonstrar ter sofrido qualquer tipo de prejuízo decorrente da má prestação de um serviço, independentemente da existência de relação jurídica entre ele e o fornecedor.

c) A jurisprudência do STJ admite a aplicação do conceito de consumidor por equiparação nos casos de vício do produto ou do serviço, desde que o vício resulte em lesão patrimonial significativa ao terceiro.

d) O conceito de consumidor por equiparação restringe-se aos casos de fato do produto ou do serviço que acarrete risco ou lesão à integridade física ou psíquica do consumidor ou de terceiros, não se aplicando, como regra, às hipóteses de vício do produto ou do serviço.

e) Nas hipóteses de vício do produto, o consumidor por equiparação é presumido pelo CDC como parte legítima para requerer indenização por danos morais ou materiais, mesmo que o vício não represente qualquer risco à sua saúde ou segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o conceito de consumidor por equiparação(bystander), previsto no art. 17 do CDC.

A alternativa A está incorreta. Com esteio no art. 17 do CDC, observa-se que o conceito de consumidor por equiparação(bystander) não é aplicável no caso de vício do produto, restringindo-se aos casos de acidente de consumo (fato do produto ou serviço). Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

A alternativa B está incorreta. É preciso existir acidente de consumo(fato do produto ou serviço), não bastando a mera má prestação de um serviço.

A alternativa C está incorreta. Com esteio no art. 17 do CDC, observa-se que o conceito de consumidor por equiparação(bystander) não é aplicável no caso de vício do produto, restringindo-se aos casos de acidente de consumo (fato do produto ou serviço).

A alternativa D está correta. O CDC, em seu art. 17, ao tratar da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, ampliou o conceito de consumidor, de forma a abranger todas as vítimas do evento danoso (consumidor por equiparação ou bystander).

A alternativa E está incorreta. Com esteio no art. 17 do CDC, observa-se que o conceito de consumidor por equiparação(bystander) não é aplicável no caso de vício do produto, restringindo-se aos casos de acidente de consumo (fato do produto ou serviço).

QUESTÃO 32. Carlos, servidor público, sem qualquer formação ou experiência no setor imobiliário, adquiriu duas unidades residenciais na planta com o objetivo de revendê-las após a entrega. Como a incorporadora atrasou a obra em mais de dois anos, sem justificativa plausível, Carlos ajuizou uma ação pleiteando a indenização e a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A incorporadora contestou, alegando que Carlos é um investidor e, por isso, não pode ser qualificado como consumidor. A respeito da situação narrada, com base nas teorias aplicáveis ao conceito de consumidor e no entendimento do STJ, assinale a afirmativa correta.

a) Carlos não pode ser considerado consumidor, pois segundo a teoria finalista mitigada, adotada pelo STJ, o adquirente- investidor, por não ser o destinatário final e visar o lucro, não é caracterizado como consumidor.

b) Carlos poderá ser considerado consumidor, desde que seja demonstrada sua vulnerabilidade técnica, jurídica ou informacional, nos termos da teoria finalista mitigada adotada pela jurisprudência, mesmo na qualidade de investidor.

c) Na situação narrada, o STJ aplica a teoria maximalista, razão pela qual Carlos será considerado consumidor bystander podendo pleitear a reparação pelos danos sofridos com base no CDC.

d) A aplicação do CDC em contratos de aquisição de imóveis na planta limita-se aos casos em que o comprador comprove ser o destinatário final do bem, sendo irrelevante a análise da vulnerabilidade técnica ou informacional.

e) Para que o adquirente do imóvel na planta seja considerado consumidor, é imprescindível demonstrar ausência de finalidade lucrativa com a aquisição do bem independentemente de conhecimentos técnicos sobre mercado imobiliário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a teoria finalista mitigada ou aprofundada, conforme entendimento do STJ.

A alternativa A está incorreta. Carlos pode ser considerado consumidor, por apresentar vulnerabilidade frente ao fornecedor.

A alternativa B está correta. A jurisprudência do STJ, tomando por base o conceito de consumidor por equiparação previsto no art. 29 do CDC, tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado, consistente em se admitir que, em determinadas hipóteses, a pessoa jurídica adquirente de um produto ou serviço pode ser equiparada à condição de consumidora, por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade, que constitui o princípio-motor da política nacional das relações de consumo, premissa expressamente fixada no art. 4º, I, do CDC, que legitima toda a proteção conferida ao consumidor. A doutrina tradicionalmente aponta a existência de três modalidades de vulnerabilidade: técnica (ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo), jurídica (falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo) e fática (situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor). Mais recentemente, tem se incluído também a vulnerabilidade informacional (dados insuficientes sobre o produto ou serviço capazes de influenciar

no processo decisório de compra). (REsp 1195642/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 21/11/2012)

A alternativa C está incorreta. Conforme exposto na alternativa B, no caso narrado aplica-se a teoria finalista mitigada.

A alternativa D está incorreta. Segundo a jurisprudência do STJ, "o adquirente de unidade imobiliária, mesmo não sendo o destinatário final do bem e apenas possuindo o intuito de investir ou auferir lucro, poderá encontrar abrigo da legislação consumerista com base na teoria finalista mitigada se tiver agido de boa-fé e não detiver conhecimentos de mercado imobiliário nem expertise em incorporação, construção e venda de imóveis, sendo evidente a sua vulnerabilidade. Em outras palavras, o CDC poderá ser utilizado para amparar concretamente o investidor ocasional (figura do consumidor investidor)" (REsp n. 1.785.802/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/2/2019, DJe 6/3/2019).

A alternativa E está incorreta. Conforme exposto na alternativa acima, o adquirente de unidade imobiliária, mesmo não sendo o destinatário final do bem e apenas possuindo o intuito de investir ou auferir lucro, poderá encontrar abrigo da legislação consumerista com base na teoria finalista mitigada se tiver agido de boa-fé e não detiver conhecimentos de mercado imobiliário nem expertise em incorporação, construção e venda de imóveis.

QUESTÃO 33. Joana, professora aposentada, encontra-se em situação de superendividamento. Ao longo de cinco anos, ela contraiu diversos empréstimos consignados e cartões de crédito, compromissando mais de 70% de sua renda líquida mensal. Com dificuldades para arcar com suas despesas básicas, Joana procurou o Juízo competente e requereu a instauração de processo de repactuação de dívidas com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), apresentando plano de pagamento com prazo de cinco anos e indicando a necessidade de preservar o valor mínimo para sua subsistência. Um dos credores, uma Instituição financeira, foi regularmente intimado, mas não compareceu à audiência, nem justificou sua ausência.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) O não comparecimento injustificado do credor impede a continuidade do processo e torna inviável a homologação do plano de pagamento, devendo o consumidor ajuizar nova ação exclusivamente contra esse credor.

b) O Juiz poderá homologar o plano de pagamento apresentado por Joana com eficácia de título executivo judicial, somente se todos os credores estiverem presentes e anuírem expressamente com seus termos.

c) A ausência injustificada do credor sujeita-o compulsoriamente ao plano de pagamento, desde que o montante devido seja certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ocorrer após o pagamento aos credores presentes.

d) A ausência injustificada do credor enseja a suspensão da exigibilidade do débito, bem como a interrupção dos encargos da mora, mas o credor permanece livre para não se submeter ao plano apresentado.

e) O plano de pagamento judicial, ainda que homologado, não pode modificar prazos, encargos ou condições previamente pactuadas, exceto se houver concordância expressa de todos os credores ausentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre o processo de repactuação de dívidas, previsto no art. 104-A do CDC.

A alternativa A está incorreta. O não comparecimento injustificado do credor não impede a continuidade do processo (art. 104-A, § 2º, do CDC).

A alternativa B está incorreta. Eventual ausência de um credor não impede a homologação judicial (art. 104-A, § 2º, do CDC).

A alternativa C está correta. O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação do processo de repactuação de dívidas, acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória (art. 104-A, § 2º, do CDC).

A alternativa D está incorreta. O não comparecimento injustificado de qualquer credor acarretará a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida (art. 104-A, § 2º, do CDC).

A alternativa E está incorreta. O plano de pagamento judicial pode modificar prazos, encargos ou condições previamente pactuadas (art. 104-A, § 4º, do CDC).

QUESTÃO 34. Mariana, 38 anos, realizou cirurgia bariátrica custeada por seu plano de saúde, devido a um quadro de obesidade mórbida. Após o sucesso da operação, passou a apresentar excesso de pele em diversas regiões do corpo, o que lhe causou dores, infecções recorrentes e abalo psicológico severo, atestado por seu médico assistente. Esse profissional indicou a necessidade de realização de cirurgias plásticas reparadoras com finalidade funcional e terapêutica, contudo, a operadora do plano de saúde negou a cobertura, alegando se tratar de procedimentos estéticos, não previstos no rol de procedimentos obrigatórios da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Sobre o caso narrado, considerando o entendimento Jurisprudencial consolidado e a legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a) A operadora do plano de saúde tem obrigação de cobrir as cirurgias plásticas indicadas, por se tratar de etapa integrante do tratamento da obesidade mórbida, com finalidade funcional e reparadora.

b) A negativa da operadora é legítima, pois apenas os procedimentos expressamente listados no rol da ANS obrigam a cobertura, sendo dispensável a análise da finalidade médica da Intervenção.

c) As cirurgias plásticas pós-bariátricas, ainda que recomendadas por profissional médico, são consideradas estéticas por natureza e, por isso, estão fora do alcance de cobertura obrigatória pelo plano.

d) A operadora só estará obrigada a custear os procedimentos após a decisão judicial definitiva que reconheça o caráter não estético da intervenção, mesmo havendo prescrição médica.

e) A cobertura de cirurgias plásticas com finalidade terapêutica, mesmo indicadas após a cirurgia bariátrica, depende de cláusula expressa no contrato, não havendo obrigatoriedade de cobertura na omissão contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Trata-se de entendimento sedimentado no STJ, conforme Tema 1.069 dos Recursos Repetitivos. Veja-se: “(i) É de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente, em paciente pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida. (ii) Havendo dúvidas justificadas e razoáveis quanto ao caráter eminentemente estético da cirurgia plástica indicada ao paciente pós cirurgia bariátrica, a operadora de plano de saúde pode se utilizar do procedimento da junta médica, formada para dirimir a divergência técnico assistencial, desde que arque com os honorários dos respectivos profissionais e sem prejuízo do exercício do direito de ação pelo beneficiário, em caso de parecer desfavorável à indicação clínica do médico assistente, ao qual não se vincula o julgador”.

A alternativa B está incorreta. Conforme entendimento do STJ, é de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente, em paciente pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida

A alternativa C está incorreta. Segundo o STJ, não se trata de mera cirurgia estética, mas sim de cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional.

A alternativa D está incorreta. Por se tratar de hipótese de cobertura obrigatória, desnecessária decisão judicial definitiva.

A alternativa E está incorreta. Não há necessidade de cláusula expressa, visto se tratar de hipótese de cobertura obrigatória.

QUESTÃO 35. Segundo o Art. 5º, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

No que diz respeito ao direito das crianças e dos adolescentes, assinale a afirmativa correta.

a) A veiculação de identidade ou de imagem de criança sem autorização do responsável não configura dano moral in re ipsa, devendo ser demonstrado o dano alegado.

b) O Estatuto da Criança e do Adolescente, em alinhamento às normas internacionais, veda a divulgação de qualquer elemento que permita a identificação, direta ou indireta, da criança ou do adolescente a que se atribua ato infracional.

c) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou ao adolescente a que se atribua ato infracional configura crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

d) Qualquer notícia a respeito de ato infracional não poderá identificar o suposto autor, vedando-se a publicação de fotografia, nome ou apelido, devendo-se identificá-lo somente por referência às iniciais do nome e sobrenome.

e) O direito de imagem da criança é extensão do direito da personalidade de seus pais ou responsáveis, de modo que eventual violação somente autoriza o ajuizamento de ação pela Curadoria Especial se houver repercussão patrimonial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a inviolabilidade da intimidade, vida privada, a honra e a imagem no âmbito dos direitos das crianças e adolescentes.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Jurisprudência firmada pelo STJ, que determina: "3. A veiculação de identidade ou de imagem de menor de idade, sem autorização do responsável, configura dano moral presumido (in re ipsa)." (Vide Jurisprudência em Teses N. 137 - TEMA 9).

A alternativa B está correta, por ser o que determina o art. 143, parágrafo único do ECA, veja: "É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome."

A alternativa C está incorreta, pois não se trata de crime, mas de infração administrativa prevista no ECA: "Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência."

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 143, p.u. do ECA, cujas vedações incluem referência às iniciais do nome e sobrenome, veja: "É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome."

A alternativa E está incorreta, pois a criança é sujeito de direitos, de modo que seu direito de imagem não é extensão do direito da personalidade de seus pais ou responsáveis, estando aqueles mesmos resguardados pela CF e pelo ECA, independente de repercussão patrimonial. Veja os artigos 15 e 17 do ECA: "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis."; "Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais".

QUESTÃO 36. Lana, de 17 anos, foi vítima de estupro, mas teve medo de contar à sua família. Não procurou a polícia ou os serviços de saúde. Um mês depois, para seu desespero, descobriu que estava grávida.

Lana, cansada de sofrer de forma tão solitária, contou para seus pais, que, para sua surpresa, prestaram a ela todo o suporte emocional e material. Ciente do direito ao aborto legal, optou por não exercê-lo em razão de convicções pessoais. Porém, sabia que a maternidade dificultaria o sonho de cursar a faculdade. No curso pré-vestibular, conheceu Alice, de 22 anos, que também estava grávida. Logo ficaram amigas e, semanas depois, Alice contou a Lana que pretendia entregar o filho para a adoção de forma regular, eis que havia se separado do namorado, o que despertou o interesse de Lana em fazer o mesmo.

Sobre o direito da gestante ou da mãe em entregar o filho para adoção, assinale a afirmativa correta.

- a) Lana poderá realizar a entrega protegida, direito esse que não abarca a situação de Alice.**
- b) À mãe que realizar a entrega protegida é garantido o direito ao sigilo sobre o nascimento, oponível inclusive em relação ao filho biológico.**
- c) O sigilo da entrega voluntária se estende ao pai e à família extensa, protegendo-se o melhor interesse do recém-nascido e assegurando o respeito à vida e à convivência familiar afetiva.**
- d) O direito à entrega protegida somente pode ser exercido por Lana se a equipe técnica do Juízo da Infância entender que ela não possui condições psicológicas ou materiais de exercer a maternidade.**
- e) Se a opção pela entrega voluntária for manifestada ainda durante a gravidez, é vedada a realização de audiência posteriormente ao nascimento da criança, garantindo-se assim o respeito à escolha da gestante.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre o direito da adolescente gestante ou mãe em entregar o filho para adoção.

A alternativa A está incorreta, pois tanto Lana quanto Alice poderão realizar a entrega protegida, nos termos do art. 19-A do ECA: "A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude." Veja também a Lei nº 13.257, de 8/3/2016: "Art. 19. O art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. § 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade."

A alternativa B está incorreta, pois há a seguinte ressalva no ECA: "Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (...) § 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei." Tal artigo, por sua vez, prevê: "Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos."

A alternativa C está correta, pois é o que determina o art. 19-A, §§ 4º e 9º, do ECA bem como o entendimento do STJ, no REsp 2.086.404/MG, Rel. Min. Moura Ribeiro, Info 835, veja: "Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (...) § 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional. § 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei. "; e no que diz respeito ao suposto genitor e à família ampla, a gestante ou parturiente tem direito ao sigilo judicial em torno do nascimento e da entrega da criança, nos termos do REsp 2.086.404/MG, Rel. Min. Moura Ribeiro, Info 835.

A alternativa D está incorreta, pois a Lei supracitada não prevê tal requisito, determinando o seguinte trâmite: "Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. § 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. § 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado".

A alternativa E está incorreta, pois, como supracitado, a realização da audiência ocorrerá tanto para a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento.

QUESTÃO 37. Em maio de 2020, foi proferida sentença que julgou procedente o pedido em face de Júlio, de 15 anos de idade, por ato infracional análogo ao crime de latrocínio, fixando-se medida socioeducativa. A sentença transitou em julgado logo em seguida, não tendo sido interposto recurso. Júlio, contudo, respondia ao processo em liberdade e não foi localizado para iniciar o cumprimento da medida. Em abril de 2025, quando voltava do trabalho, Júlio foi parado em uma blitz, quando enfim o mandado de busca e apreensão foi cumprido.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) A pretensão socioeducativa está extinta pela prescrição.
- b) Júlio deverá ser liberado, já que o cumprimento da medida foi indevido, em razão de já ter sido atingida a maioridade.
- c) A medida socioeducativa poderá ser convertida em pena privativa de liberdade a critério do Juízo da execução.
- d) Após seis meses de cumprimento, a medida socioeducativa de internação deverá ser substituída por semiliberdade.
- e) Considerando o decurso do prazo de mais de três anos sem que iniciado o cumprimento, a medida será substituída por semiliberdade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a prescrição das medidas socioeducativas.

A alternativa A está correta, pois a Súmula 338 do STJ determina: "A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas." Assim sendo, nos termos dos arts. 109, IV e 115 do Código Penal, a pretensão socioeducativa está extinta pela prescrição. Veja: "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;" e "Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher." Por esse motivo, as demais alternativas B, C, D e E estão, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 38. João, de 16 anos, após uma acalorada discussão na escola, chutou Pietro, seu colega de turma, na perna. Alguns dias depois, eles pediram desculpas um ao outro. A direção, porém, já havia registrado a ocorrência. Sem que a vítima e seus familiares fossem ouvidos em delegacia ou gabinete, o Ministério Público ofereceu representação socioeducativa em face de João, tendo por base o relato escolar.

Produzida a prova oral em audiência, após a confissão de João, o(a) Promotor(a) de Justiça em atuação entendeu que a conduta não seria tão grave e postulou pela concessão de remissão cumulada com liberdade assistida.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A representação socioeducativa deveria ter sido rejeitada em razão da ausência de representação da vítima.

b) O princípio da insignificância não se aplica, uma vez que o processo socioeducativo possui caráter eminentemente pedagógico.

c) Para a concessão da remissão, é necessário que o adolescente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de ato infracional análogo à infração penal sem violência ou grave ameaça, desde que a medida seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção.

d) A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.

e) Discordando da proposta de remissão feita pelo Promotor ao fim da instrução, a autoridade judiciária fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, que oferecerá representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará o arquivamento ou a remissão, que só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da remissão, no que diz respeito ao ECA.

A alternativa A está incorreta, pois a ação socioeducativa é de natureza pública, de modo que o Ministério Público pode iniciar o processo sem depender da vontade ou representação da vítima, nos termos do ECA: "Art. 182. Se, por qualquer razão, o representante do Ministério Público não promover o arquivamento ou conceder a remissão, oferecerá representação à autoridade judiciária, propondo a instauração de procedimento para aplicação da medida sócio-educativa que se afigurar a mais adequada. (...) § 2º A representação independe de prova pré-constituída da autoria e materialidade."

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o STF, o princípio da insignificância se aplica ao processo socioeducativo. Nesse sentido: STF, HC 112.400/RS, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 22/05/2012.

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do art. 127 do ECA, a remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, de modo que é dispensado que o adolescente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de ato infracional: "A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação."

A alternativa D está correta, pois é o que prevê o art. 127 do ECA: "A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação."

A alternativa E está incorreta, pois, no caso da remissão pré-processual, ela ocorrerá como forma de exclusão do processo, nos termos do ECA, veja: "Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional."

QUESTÃO 39. Catarina, de 15 anos, conhece Belisário, de 55 anos, por meio de um aplicativo de relacionamentos. Ele oferece a ela viagens e apoio financeiro para que ela curse faculdade em troca de relações sexuais. Empolgada, ela aceita a oferta: pega um ônibus sem comunicar a sua família e cruza o Estado até a capital para encontrá-lo em um hotel de luxo, onde passam o final de semana juntos.

Diante dos fatos narrados, avalie as afirmativas a seguir.

I. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere não configura crime, mas infração administrativa.

II. A idade mínima para que a adolescente viaje desacompanhada para fora da comarca onde reside, independentemente de autorização judicial ou escrita, é/de 14 anos.

III. A conduta praticada por Belisário é atípica.

Está correto o que se afirma em

a) I, somente.

b) II, somente.

c) III, somente.

d) I e II, somente.

e) I e III, somente.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre a hospedagem e viagem de crianças e adolescentes menores de 16 anos para fora de sua comarca e ao crime do artigo art. 218-B do CP.

A afirmação I é verdadeira, é o que determina o art. 250 do ECA: "Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere: Pena – multa."

A afirmação II é falsa, pois será de 16 anos, nos termos do art. 83 do ECA: "Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial."

A afirmação III é falsa, pois é crime, nos termos do art. 218-B, § 2º, I do CP; STJ, EREsp 1.530.637/SP e REsp 1.963.590/SP., vejamos: "Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos. § 2º Incorre nas mesmas penas: I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo;"

Assim sendo, a alternativa A está correta, por ser a única a conter somente a afirmativa I, estando as demais letras, B, C, D e E, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 40. O Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente decorrem de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pela democracia participativa.

Busca-se, assim, efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação das políticas públicas no local, como reconhece a Resolução Conanda nº 231, de 28 de dezembro de 2022.

Acerca desse tema, assinale a afirmativa correta.

- a) O Conselho Tutelar é o órgão permanente e auxiliar do Poder Judiciário, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, democratizando-se a prestação jurisdicional.**
- b) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, exige-se nível superior, idade superior a 21 anos e residência no Município há, no mínimo, quatro anos.**
- c) O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constitui serviço público relevante e não remunerado, estabelecendo-se presunção de idoneidade moral.**
- d) As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu Presidente. As medidas de caráter emergencial, se realizadas durante os plantões pelos demais membros da equipe, serão comunicadas ao Presidente no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.**
- e) As eleições para o Conselho Tutelar devem garantir o sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo Município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, vedada a composição de chapas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do Conselho Tutelar.

A alternativa A está incorreta, pois o Conselho Tutelar é órgão autônomo, nos termos do ECA, veja: "Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei."

A alternativa B está incorreta, pois os requisitos são, nos termos do ECA: "Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I - reconhecida idoneidade moral; II - idade superior a vinte e um anos; III - residir no município."

A alternativa C está incorreta, pois é um serviço remunerado, veja: "Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: (...) Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares."

A alternativa D está incorreta, pois as decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, bem como as medidas de caráter emergencial, que deverão ser comunicadas ao mesmo, de acordo com a Resolução CONANDA nº 170/2014, veja: "Art. 21. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno. §1º As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação."

A alternativa E está correta, pois está em conformidade com o art. 5º da Resolução CONANDA nº 170/2014, vejamos: "Art. 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes: I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente; II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; III - fiscalização pelo Ministério Público; e IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha."

QUESTÃO 41. Matheus, primário e portador de bons antecedentes, foi condenado pela prática de determinado crime no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Contudo, o Juízo sentenciante suspendeu a execução da pena privativa de liberdade por dois anos, determinando que, no primeiro ano do prazo, o apenado prestasse serviços à comunidade.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código Penal, analise as situações fáticas a seguir.

I. Condenação, em sentença irrecorrível, por crime doloso ou culposos.

II. Frustração, embora solvente, da execução de pena de multa ou não efetuação, sem motivo justificado, da reparação do dano.

III. Descumprimento das condições fixadas pelo juiz em relação à prestação de serviços à comunidade.

Considerando as disposições do Código Penal, a citada suspensão da execução da pena privativa de liberdade será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário Matheus incorrer na(s) hipótese(s) elencada(s) em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o sursis.

O item I está incorreto. Segundo o art. 81, I, do Código Penal, o sursis será obrigatoriamente revogado se, durante o período de prova, o beneficiário for condenado definitivamente por outro crime doloso. Já no caso de crime culposos, a revogação não é obrigatória, mas facultativa, ou seja, o juiz poderá ou não revogar, conforme a gravidade e o contexto do novo crime (art. 81, §1º, CP). “Art. 81 - A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984 I - é condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) II - frustra, embora solvente, a execução de pena de multa ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) III - descumpre a condição do § 1º do art. 78 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984). Revogação facultativa § 1º - A suspensão poderá ser revogada se o condenado descumpre qualquer outra condição imposta ou é irrecorrivelmente condenado, por crime culposos ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.”

O item II está correto. De acordo com o art. 81, II, do CP, o sursis será revogado obrigatoriamente se o condenado frustrar, embora solvente, a execução da pena de multa ou não efetuar, sem justificativa, a reparação do dano, desde que essa reparação tenha sido imposta como condição da suspensão.

O item III está correto. Conforme o art. 81, II, do CP, também será revogado obrigatoriamente o sursis se o beneficiário descumprir qualquer das condições da sentença, como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade, que é uma das condições mais comuns quando se trata de sursis com regime especial de cumprimento (sursis especial do art. 78, §2º, CP).

QUESTÃO 42. Lucas, reincidente em crime doloso e agindo com dolo, ingressou em um supermercado localizado em Fortaleza/CE, ocasião em que colocou, em sua mochila, três litros de azeite e cinco diferentes garrafas de bebidas destiladas.

Na sequência, o agente passou pelo caixa do estabelecimento comercial sem efetuar o pagamento. Registre-se que, já no estacionamento, Lucas foi abordado e contido pelo segurança do local, ocasião em que os bens recuperados foram avaliados em R\$ 900,00 (novecentos reais).

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Lucas

a) responderá pelo crime de furto simples, não podendo o Juiz substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, nem tampouco aplicar somente a pena de multa.

b) responderá pelo crime de furto qualificado, sendo certo que o Juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

c) responderá pelo crime de furto simples, sendo certo que o Juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

d) não responderá na seara penal, salvo se o supermercado representar, criminalmente, em seu detrimento.

e) não responderá criminalmente, em razão da atipicidade material da conduta perpetrada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o entendimento jurisprudencial em relação ao crime de furto.

No caso apresentado, Lucas, reincidente em crime doloso, furtou bens avaliados em R\$ 900,00 de um supermercado. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e as disposições do Código Penal, a situação não se enquadra no furto privilegiado, pois um dos requisitos para tal é a primariedade do agente, além do pequeno valor do bem furtado, que deve ser inferior ao salário mínimo vigente à época dos fatos (STJ, AgRg no REsp 1785985/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 09/09/2019). Além disso, a jurisprudência do STJ tem se posicionado no sentido de que a reincidência e o valor dos bens furtados podem impedir a aplicação do princípio da insignificância, que poderia levar à atipicidade material da conduta, conforme se extrai do STJ. 6ª Turma. AgRg no REsp 1986729-MG, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 28/06/2022 (Info 744). No caso de Lucas, o valor dos bens furtados (R\$ 900,00) é significativo e ele é reincidente, o que afasta a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Portanto, Lucas responderá pelo crime de furto simples, conforme a alternativa (A), e o juiz não poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, nem diminuí-la de um a dois terços, nem tampouco aplicar somente a pena de multa, devido à reincidência e ao valor dos bens furtados. Nesse sentido, dispõe o art. 155 do CP: “ Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (...) § 2º -

Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.”

QUESTÃO 43. Em julho de 2024, Carlos, primário e portador de bons antecedentes, praticou o crime de estupro de vulnerável em detrimento de sua enteada. Após a observância do devido processo legal, o acusado foi condenado, definitivamente, ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado.

Sobre a situação de Carlos, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, assinale a afirmativa correta.

a) Ele poderá progredir de regime após cumprir, ao menos, cinquenta por cento da pena, desde que ostente boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, facultando-se a realização de exame criminológico.

b) Ele poderá progredir de regime após cumprir, ao menos, cinquenta por cento da pena, desde que ostente boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico.

c) Ele poderá progredir de regime após cumprir, ao menos, quarenta por cento da pena, desde que ostente boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico.

d) Ele não poderá progredir de regime, por estar cumprindo pena pela prática de crime hediondo, vedando-se, ainda, o livramento condicional.

e) Ele não poderá progredir de regime, por estar cumprindo pena pela prática de crime hediondo, admitindo-se, contudo, o livramento condicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a progressão de regime de pena.

Carlos, primário e de bons antecedentes, foi condenado definitivamente à pena privativa de liberdade em regime fechado pela prática do crime de estupro de vulnerável, que é considerado crime hediondo, conforme o artigo 1º, inciso VI, da Lei nº 8.072/1990. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), especificamente o artigo 112, inciso V, com as alterações trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o condenado por crime hediondo ou equiparado que seja primário poderá progredir de regime após cumprir pelo menos 40% da pena. Assim dispõe a LEP: “Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (...) V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)”.

QUESTÃO 44. Lucas responde, em juízo, pela prática do crime de furto qualificado pela fraude.

Ao tomar ciência sobre a designação da audiência de instrução e julgamento, Matheus, dolosamente, procurou o acusado — seu vizinho — afirmando que conhece, de longa data, uma das testemunhas de acusação. Solicitou, assim, o recebimento de cinco salários-mínimos, a pretexto de influir no depoimento da referida testemunha, insinuando que parte dos valores também seria a ela destinada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus responderá pelo crime de:

- a) exploração de prestígio, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- b) exploração de prestígio, na modalidade qualificada, com incidência de uma causa de aumento de pena.
- c) tráfico de influência, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- d) tráfico de influência, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- e) exploração de prestígio, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de crimes contra a administração pública.

No caso apresentado, Matheus, ao solicitar dinheiro a Lucas com a intenção de influenciar o depoimento de uma testemunha, incorre no crime de exploração de prestígio, previsto no artigo 357 do Código Penal. Esse crime ocorre quando alguém solicita ou recebe, para si ou para terceiro, dinheiro ou qualquer outra vantagem, alegando que possui influência junto a juiz, jurado, membro do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, para conseguir uma determinada decisão ou vantagem em processo judicial ou administrativo. No presente caso, Matheus não apenas pediu dinheiro a Lucas, mas também insinuou que parte desse valor seria destinada à testemunha que ele supostamente poderia influenciar. Tal conduta enquadra-se no parágrafo único do artigo 357, que prevê uma causa de aumento de pena: se o agente insinua ou alega que parte da vantagem será repassada a qualquer das pessoas mencionadas (juiz, testemunha, etc.), a pena será aumentada em um terço. Portanto, considerando os elementos do caso, Matheus responderá pelo crime de exploração de prestígio na sua modalidade simples, mas com a incidência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 357, devido à insinuação de que parte do dinheiro seria destinada à testemunha. Dessa forma, a alternativa correta é a letra A: exploração de prestígio, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, nos termos do art. 357 do CP: “- Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão

do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa. Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.”

QUESTÃO 45. Matheus, servidor público federal, agindo com dolo e violando o dever de sigilo, entregou a agentes de governo estrangeiro, em desacordo com determinação legal e regulamentar, documentos classificados, nos termos da lei, como secretos, sendo certo que a revelação destes pode colocar em perigo a preservação da soberania nacional.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção que indica o crime pelo qual Matheus responderá:

- a) Atentado à integridade nacional, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.**
- b) Espionagem, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena.**
- c) Atentado à integridade nacional, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.**
- d) Atentado à soberania, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.**
- e) Espionagem, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.**

Comentários

A alternativa correta é **a letra E**. A questão trata sobre o crime de espionagem.

Matheus, ao entregar documentos classificados como secretos a agentes de governo estrangeiro, em desacordo com determinação legal e regulamentar, comete o crime de "espionagem", conforme previsto no Código Penal Brasileiro. O crime de espionagem está tipificado no artigo 359-K do CP, que prevê pena para quem entrega a governo estrangeiro, ou a organização estrangeira ou internacional, documentos ou informações sigilosas que possam colocar em perigo a soberania nacional. A modalidade qualificada ocorre quando a revelação dos documentos pode, de fato, colocar em perigo a preservação da soberania nacional, como é o caso descrito. Não há menção a causas de aumento de pena específicas para essa situação no contexto apresentado. Portanto, a resposta correta é a alternativa (E) Espionagem, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena.

Dispõe o Código Penal: “Art. 359-K. Entregar a governo estrangeiro, a seus agentes, ou a organização criminosa estrangeira, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, documento ou informação classificados como secretos ou ultrassecretos nos termos da lei, cuja revelação possa colocar em perigo a preservação da ordem constitucional ou a soberania nacional: (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) Pena - reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) § 1º Incorre na mesma pena quem presta auxílio a espião, conhecendo essa circunstância, para subtraí-lo à ação da autoridade pública. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) §

2º Se o documento, dado ou informação é transmitido ou revelado com violação do dever de sigilo: (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) § 3º Facilitar a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo mediante atribuição, fornecimento ou empréstimo de senha, ou de qualquer outra forma de acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações: (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência) § 4º Não constitui crime a comunicação, a entrega ou a publicação de informações ou de documentos com o fim de expor a prática de crime ou a violação de direitos humanos. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021)”.

QUESTÃO 46. João e Matheus, policiais militares do Estado Alfa, mediante emprego de arma de fogo e agindo com dolo, reuniram-se e utilizaram de determinado quartel para uma ação militar, em desobediência a uma ordem superior.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é correto afirmar que João e Matheus responderão pelo crime de:

a) omissão de lealdade militar.

b) insubmissão.

c) conspiração.

d) revolta.

e) motim

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes militares.

João e Matheus, policiais militares do Estado Alfa, reuniram-se dolosamente e, armados com arma de fogo, utilizaram um quartel militar para realizar uma ação em desobediência a uma ordem superior. Nessa situação, a conduta praticada por ambos configura o crime de revolta, previsto no artigo 150 do Código Penal Militar. Esse dispositivo tipifica como crime o ato de militares se reunirem armados com a finalidade de desobedecer a ordem de autoridade militar ou de agir contra ela, utilizando-se de armas de fogo ou outras armas letais. A diferença essencial entre os crimes de motim e revolta está no uso de armas: enquanto o motim, previsto no artigo 149 do mesmo código, envolve a desobediência coletiva sem o emprego de armas, a revolta exige o uso efetivo ou a posse de armas pelos militares reunidos com o intuito de se oporem à hierarquia militar ou imporem sua vontade. No caso apresentado, como João e Matheus estavam armados e agiram deliberadamente em desobediência à autoridade, a infração penal cometida por eles é, de forma inequívoca, o crime de revolta, e não de motim. Portanto, a alternativa correta é a letra D. Segue redação literal: “Motim - Art. 149. Reunirem-se militares: (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023) I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;

II - recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência; III - assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior; IV - ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer deles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar: Pena - reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um terço para os cabeças. Revolta - Parágrafo único. Se os agentes estavam armados: Pena - reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um terço para os cabeças.”

QUESTÃO 47. Ao analisar o acervo processual de sua serventia, Felipe, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza/CE, constatou que Celso responde, em juízo, pela prática do crime de extorsão mediante sequestro.

Por sua vez, Lucas é réu em ação penal pelo cometimento do crime de roubo circunstanciado pela restrição da liberdade da vítima.

Por derradeiro, Matheus ocupa o polo passivo em persecução penal que apura a infração penal de organização criminosa direcionada à prática de centenas de estelionatos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, assinale a afirmativa correta:

a) Celso e Lucas respondem, em juízo, pela prática de crimes hediondos. Contudo, Matheus não incorreu no cometimento de delito hediondo.

b) Celso e Matheus respondem, em juízo, pela prática de crimes hediondos. Contudo, Lucas não incorreu no cometimento de delito hediondo.

c) Lucas responde, em juízo, pela prática de crime hediondo. Contudo, Celso e Matheus não incorreram no cometimento de delito hediondo.

d) Lucas e Matheus respondem, em juízo, pela prática de crimes hediondos. Contudo, Celso não incorreu no cometimento de delito hediondo.

e) Celso, Lucas e Matheus respondem, em juízo, pela prática de crimes hediondos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o crime de extorsão mediante sequestro.

Celso responde em juízo pela prática do crime de extorsão mediante sequestro, tipificado como crime hediondo pela Lei nº 8.072/1990. Lucas é réu por roubo circunstanciado pela restrição da liberdade da vítima, conduta que também é considerada crime hediondo segundo a mesma lei, que prevê como hediondos os roubos qualificados quando ocorre a restrição da liberdade da vítima. Por sua vez,

Matheus responde por organização criminosa voltada à prática de estelionatos, sendo que a organização criminosa, isoladamente, não é tipificada como crime hediondo, especialmente quando associada a crimes como estelionato, que também não são hediondos. Dessa forma, Celso e Lucas respondem por crimes hediondos, enquanto Matheus não incorreu em delito hediondo, tornando correta a alternativa A.

QUESTÃO 48. O Ministério Público Estadual recebeu relatório final de inquérito policial que investigava um crime de estelionato, cuja pena mínima é de um ano de reclusão, praticado por determinado indivíduo que, durante toda a investigação, permaneceu em silêncio, não confessando a prática delitiva.

O Promotor de Justiça, apesar de verificar estarem presentes os requisitos objetivos para o oferecimento do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP – Art. 28-A do Código de Processo Penal), deixou de oferecer a proposta de acordo, sob o fundamento exclusivo da falta de confissão do investigado durante o inquérito policial.

A defesa do investigado requereu ao Juiz a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público (Art. 28-A, § 14, do CPP).

A respeito da hipótese apresentada, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) O Juiz deve indeferir, pois a confissão é requisito legal expresso do Art. 28-A do CPP, validando a recusa do MP por ausência de confissão no inquérito policial.

b) O Juiz deve deferir e remeter ao órgão superior do MP, pois a confissão no inquérito policial não é exigência do Art. 28-A do CPP para o ANPP. A confissão pode ser formalizada na assinatura do acordo.

c) O Juiz deve indeferir, pois a confissão é requisito legal expresso e indispensável do Art. 28-A do CPP. A ausência de confissão no inquérito policial impede a oferta do acordo, justificando a recusa do MP, sem revisão judicial.

d) O Juiz deve determinar que o MP ofereça o ANPP, sem remessa, pois a confissão pode ser feita a qualquer tempo, inclusive após condenação, antes do trânsito em julgado.

e) O Juiz deve determinar que o MP ofereça o ANPP, sem remessa, pois a confissão pode ser feita a qualquer tempo, inclusive após a condenação, antes do trânsito em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

A alternativa A está incorreta. O artigo 28-A do Código de Processo Penal (CPP) não exige que a confissão ocorra durante o inquérito policial para que o ANPP seja oferecido. O STJ, no Informativo 843, consolidou o entendimento de que a ausência de confissão prévia não impede o oferecimento do acordo, já que a confissão pode ser formalizada no momento da assinatura do acordo. Portanto, a negativa do MP exclusivamente pela falta de confissão no inquérito não é válida.

A alternativa B está correta. Esta alternativa está em conformidade com a jurisprudência do STJ. A confissão é um requisito subjetivo para a celebração do ANPP, mas pode ser formalizada no momento da assinatura do acordo, mesmo que não tenha ocorrido durante o inquérito policial. A remessa ao órgão superior do MP é prevista para reavaliar a recusa injustificada do Promotor.

A alternativa C está incorreta. O requisito da confissão não está condicionado ao momento da fase inquisitorial, e a recusa do MP pode ser revisada judicialmente, conforme previsão do §14 do art. 28-A do CPP. Além disso, o STJ já decidiu que a ausência de confissão no inquérito não impede o acordo. Vejamos:” Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) (...) § 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos ao órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.”

A alternativa D está incorreta. A confissão pode ser formalizada até a assinatura do acordo, que ocorre antes da condenação e do trânsito em julgado, não depois. Além disso, a remessa ao órgão superior do MP é o meio adequado para reverter a negativa do Promotor, não uma ordem direta do juiz para oferecimento imediato.

A alternativa E está incorreta. Mesma análise do item (D). A confissão deve ocorrer antes do acordo e da sentença condenatória, e o procedimento adequado para questionar a recusa do MP é a remessa dos autos ao órgão superior, não a determinação direta pelo juiz.

QUESTÃO 49. Mévio cometeu estelionato em fevereiro de 2019. Satisfeitas todas as condições de procedibilidade, a denúncia foi oferecida e recebida em fevereiro de 2020 (já em vigor a Lei 13.964/2019). O réu confessou o crime e, antes das alegações finais, a defesa pediu remessa ao MP para a proposta de ANPP (Acordo de Não Persecução Penal), mesmo após o recebimento da denúncia. O Juiz negou, alegando inaplicabilidade após o recebimento da denúncia.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

a) O ANPP pode ser oferecido em qualquer fase, inclusive após o trânsito em julgado, dentro do prazo prescricional, pela retroatividade da lei mais benéfica, permitindo a sua aplicação mesmo na execução penal.

b) O ANPP não pode ser oferecido após o recebimento da denúncia, sendo instituto pré-processual, aplicável apenas na fase investigativa, antes da ação penal. O STJ reforça essa limitação temporal.

c) O ANPP pode ser oferecido até o recebimento da denúncia para os fatos anteriores à Lei nº 13.964/2019, e até a sentença para os fatos posteriores, diferenciando-se por adaptação do sistema.

d) O ANPP pode ser oferecido em processos em curso (fatos anteriores à Lei 13.964/2019), mesmo após recebimento da denúncia, desde que antes do trânsito em julgado, conforme o entendimento do STJ.

e) O ANPP não pode ser oferecido para fatos anteriores à Lei 13.964/2019, independentemente da fase, pois é norma mista e a regra é a irretroatividade, impedindo a sua aplicação a fatos pretéritos.

Comentários

A alternativa correta é **a letra D**. A questão trata sobre ANPP.

A alternativa A está incorreta. O ANPP é um instrumento de natureza pré-processual ou processual inicial, e sua aplicação após o trânsito em julgado não é permitida. A lei não prevê a possibilidade de acordo após sentença condenatória definitiva. Além disso, a retroatividade da lei mais benéfica não se aplica para ampliar a possibilidade de celebração do ANPP para fases avançadas do processo ou execução penal.

A alternativa B está incorreta. Embora o ANPP tenha natureza inicial, o entendimento majoritário do STJ é que o acordo pode ser celebrado até antes da sentença (ou seja, após o recebimento da denúncia), desde que preenchidos os requisitos legais. Portanto, não é limitado exclusivamente à fase investigativa.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal expressa que estabeleça tal diferenciação para fatos anteriores e posteriores à lei, com distinção quanto ao momento da oferta. O entendimento predominante é que, para fatos anteriores à Lei 13.964/2019, o ANPP pode ser oferecido mesmo após o recebimento da denúncia, desde que antes do trânsito em julgado, conforme a adaptação jurisprudencial do STJ.

A alternativa D está correta. Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a aplicação do ANPP é admitida para fatos ocorridos antes da vigência da Lei 13.964/2019 mesmo em processos já em curso, inclusive após o recebimento da denúncia, desde que o acordo seja celebrado antes do trânsito em julgado da sentença. Essa interpretação tem caráter de adaptação para garantir a aplicação do instituto aos processos em andamento, respeitando o princípio da legalidade e da retroatividade benéfica. Nesse sentido: STJ. 6ª Turma. AgRg-REsp 1.970.975; Proc. 2021/0367791-4; SP Rel. Min. Sebastião Reis Júnior; DJE 29/08/2022. Além disso, O Superior Tribunal de Justiça, por meio do Informativo 831, firmou entendimento no sentido de que é cabível a aplicação retroativa do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal, mesmo em casos de processos que já estavam em andamento quando da entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, o

chamado Pacote Anticrime. Isso porque a norma que institui o ANPP possui natureza híbrida — ou seja, contém aspectos materiais e processuais — e, por essa razão, deve se submeter ao princípio da retroatividade da norma penal mais benéfica, conforme previsto no artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal. Assim, mesmo que o réu não tenha confessado o delito durante o inquérito policial ou que a denúncia já tenha sido recebida, a celebração do ANPP ainda é possível, desde que o pedido seja feito antes do trânsito em julgado da sentença condenatória e que o réu aceite os termos do acordo, incluindo a confissão formal no momento da assinatura. Esse entendimento garante a ampla aplicação do instituto e reforça seu caráter de alternativa penal legítima e constitucionalmente adequada para evitar perseguições penais desnecessárias em crimes de menor gravidade, preservando os direitos fundamentais do acusado.

A alternativa E está incorreta. Embora a regra geral seja a irretroatividade da lei penal, o STJ tem entendido que o ANPP pode ser aplicado a fatos anteriores à sua vigência, desde que respeitados os limites temporais mencionados (antes do trânsito em julgado). Assim, a aplicação do ANPP não é vedada automaticamente para fatos pretéritos.

QUESTÃO 50. Em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Juiz de Direito recebeu os autos de inquérito policial concluído, no qual se apurou a prática de crime de lesão corporal leve (Art. 129, § 9º, do Código Penal) supostamente cometido por Tício contra sua companheira, Ana. Ela comparecera à Delegacia, ocasião em que narrou os fatos, solicitou medidas protetivas de urgência e manifestou expressamente o desejo de representar criminalmente contra Tício.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra Tício pela prática do referido crime. Não há, em nenhuma peça dos autos, qualquer manifestação posterior de Ana indicando desejo de retratar-se da representação oferecida na fase policial. O Magistrado, antes de decidir sobre o recebimento da denúncia, resolve analisar a necessidade de designar a audiência prevista no Art. 16 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Considerando a situação hipotética e o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção que apresenta a decisão correta do Magistrado.

a) Designar, de ofício, a audiência prevista no Art. 16 da Lei Maria da Penha, por ser ato processual obrigatório em crimes de lesão corporal leve no âmbito doméstico, visando confirmar a representação da vítima antes do recebimento da denúncia.

b) Intimar o Ministério Público para que requeira a designação da audiência do Art. 16, pois, embora necessária para confirmar a representação, sua designação não pode ocorrer de ofício pelo Juiz, dependendo de provocação ministerial.

c) Intimar pessoalmente a vítima Ana para que compareça em cartório e ratifique sua representação ou manifeste eventual desejo de retratação, condicionando o recebimento da denúncia a essa nova manifestação.

d) Prosseguir com a análise dos requisitos para o recebimento da denúncia oferecida, sem designar a audiência do Art. 16, uma vez que esta só é necessária caso a vítima manifeste previamente o desejo de se retratar, o que não ocorreu nos autos.

e) Determinar o arquivamento do inquérito policial, pois a ausência de manifestação expressa da vítima sobre o desejo de retratação impede a designação da audiência do Art. 16, tornando inviável o prosseguimento da ação penal por falta de condição de procedibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa está incorreta porque a audiência do art. 16 não é ato processual obrigatório em todos os casos de lesão corporal leve no contexto da Lei Maria da Penha. Segundo o STJ, quando a vítima já manifestou expressamente a representação na fase policial e não há indícios de retratação, não é necessário que o juiz a convoque de ofício para ratificar essa representação antes do recebimento da denúncia.

A alternativa B está incorreta. A designação da audiência prevista no art. 16 da Lei Maria da Penha não depende de provocação do Ministério Público. O juiz pode designar a audiência quando entender necessária, mas, novamente, sua realização não é obrigatória se não houver indícios de retratação. Além disso, no caso não há necessidade da audiência, pois a vítima manifestou o desejo de representar e não se retratou.

A alternativa C está incorreta. O juiz não está obrigado a condicionar o recebimento da denúncia à ratificação formal da representação, especialmente se não houver indícios de retratação. A Lei Maria da Penha prevê a possibilidade da audiência para ratificação, mas não exige que isso seja feito antes do recebimento da denúncia, se a vítima já expressou claramente a vontade de representar e não houve nenhuma manifestação posterior contrária.

A alternativa D está correta. De acordo com o entendimento do STJ (Tema 1167 do STJ), se a vítima manifestou expressamente a vontade de representar na fase policial e não há indícios de retratação, o juiz pode prosseguir com o recebimento da denúncia sem designar a audiência prevista no art. 16 da Lei Maria da Penha. A audiência é necessária apenas para confirmar a retratação quando há suspeita ou indicação de que a vítima queira desistir da ação penal.

A alternativa E está incorreta. A ausência de manifestação expressa da vítima sobre o desejo de retratação não impede a designação da audiência, nem impede o prosseguimento da ação penal. Pelo contrário, no caso, a vítima já manifestou a vontade de representar e não houve retratação. O arquivamento só seria possível se houvesse a retratação e não houvesse interesse do Ministério Público em prosseguir, o que não é o caso.

QUESTÃO 51. Um indivíduo praticou roubo majorado pelo emprego de arma de fogo contra uma agência (correspondente bancário) da Caixa Econômica Federal, localizada em uma loja de

conveniência. Segundo o apurado, o agente subtraiu R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) pertencentes ao correspondente bancário da Caixa Econômica Federal, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) do caixa da loja de conveniência e um aparelho celular da empregada da Caixa Econômica Federal que estava prestando serviço no local e foi ameaçada com arma de fogo durante a ação criminosa.

O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia perante a Vara Criminal da Comarca local. A defesa do acusado apresentou exceção de incompetência para o declínio em favor da Justiça Federal, pelos fundamentos a seguir:

(i) Uma parte do valor subtraído pertencia ao correspondente bancário da Caixa Econômica Federal, empresa pública federal.

(ii) A vítima da grave ameaça era funcionária da Caixa Econômica Federal.

(iii) O crime afetou o serviço bancário prestado pela Caixa Econômica Federal por meio de seu correspondente.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta:

a) A competência é da Justiça Federal, pois o crime foi praticado contra funcionária da Caixa Econômica Federal no exercício de suas funções, configurando uma clara ofensa direta a um interesse específico da União (Art. 109, inciso IV, da Constituição Federal). Essa circunstância, por si só, atrai a competência federal especializada.

b) A competência é da Justiça Estadual, pois o estabelecimento onde ocorreu o delito, não obstante realize operações bancárias como correspondente da Caixa Econômica Federal, com ela não se confunde, não havendo a ofensa a bens, serviços ou interesses da União que justifique a competência federal.

c) A competência deve ser dividida entre as esferas federal e estadual, cabendo à Justiça Federal processar e julgar o crime exclusivamente quanto à subtração dos valores pertencentes ao correspondente bancário da Caixa Econômica Federal e à Justiça Estadual quanto à subtração dos demais bens (dinheiro da loja e celular da funcionária).

d) A competência é da Justiça Federal, pois o crime afetou o serviço bancário prestado pela Caixa Econômica Federal, independentemente de quem seja o proprietário dos valores subtraídos.

e) A competência será definida pela análise quantitativa do prejuízo: será da Justiça Estadual apenas se o montante subtraído do correspondente bancário for superior ao prejuízo total sofrido pelos particulares (loja e funcionária). Caso contrário, se o prejuízo da empresa pública federal for inferior, a competência desloca-se para a Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre competência.

No caso apresentado, em que um indivíduo praticou roubo majorado pelo emprego de arma de fogo contra uma loja de conveniência que atuava como correspondente bancário da Caixa Econômica Federal, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é firme ao reconhecer que a competência para julgar esse tipo de crime é da Justiça Estadual. Isso porque o correspondente bancário, embora preste serviços vinculados a uma empresa pública federal, é uma entidade privada e não se confunde com a Caixa Econômica Federal. Assim, não há ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União, o que afasta a competência da Justiça Federal, conforme previsto no art. 109, IV, da Constituição Federal. Ademais, o simples fato de uma funcionária da Caixa Econômica Federal ter sido vítima da ameaça durante o crime não altera essa conclusão, uma vez que não se demonstrou prejuízo direto ao serviço público federal ou ao patrimônio da União. Essa orientação está consolidada em precedentes como o AgRg no HC 878.040/SP (STJ, Quinta Turma, julgado em 30/10/2024), em que se reafirmou que a atuação em correspondente bancário não atrai, por si só, a competência federal. Portanto, como não houve lesão direta a interesse federal e o estabelecimento é privado, a Justiça Estadual é competente para processar e julgar o crime.

QUESTÃO 52. Uma Delegacia recebeu e-mail anônimo detalhando esquema criminoso (estelionato/lavagem). O e-mail indicava envolvidos e contas bancárias. Ciente da vedação ao anonimato, o Delegado iniciou Verificação Preliminar de Informações (VPI). A VPI, com diligências discretas (consultas a bases públicas), corroborou parcialmente as informações, revelando operações atípicas. Após a VPI e corroboração, o Delegado representou pela quebra de sigilo bancário, deferida pelo Juízo.

Considerando a situação hipotética e a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade de investigações iniciadas a partir de denúncias anônimas, assinale a afirmativa correta:

a) A quebra do sigilo é nula, pois a investigação originou-se de denúncia anônima, viciando irremediavelmente todos os atos. A vedação constitucional ao anonimato é absoluta, impedindo que informações não identificadas sirvam de base para atos investigativos ou cautelares, configurando nulidade insanável.

b) A VPI foi irregular, pois denúncia anônima, por si só, não autoriza qualquer ato investigativo, nem mesmo preliminar. A Constituição exige fonte identificada para procedimentos estatais que afetem direitos. Assim, a VPI baseada em comunicação apócrifa deveria ter sido arquivada de plano.

c) A denúncia anônima pode deflagrar investigação e justificar medidas invasivas se for detalhada e com elementos verossímeis. Nesses casos, a riqueza de detalhes supriria a

necessidade de diligências preliminares, permitindo representação direta por medidas cautelares.

d) A quebra do sigilo é válida. Embora a denúncia anônima não fundamente a instauração de inquérito isoladamente, ela pode motivar diligências preliminares para apurar a verossimilhança. Se essas diligências confirmarem indícios por fontes independentes, a investigação prossegue validamente, incluindo possíveis medidas cautelares, como a quebra de sigilo.

e) A validade da quebra de sigilo dependeria da identificação posterior do autor da denúncia anônima. Somente assim afastaria a vedação ao anonimato e garantiria contraditório/ampla defesa. A confirmação da identidade do denunciante é requisito essencial para convalidar atos investigativos originados de informação apócrifa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre quebra de sigilo.

A alternativa A está incorreta. A vedação constitucional ao anonimato não é absoluta a ponto de invalidar todos os atos investigativos originados de denúncia anônima. O STF admite diligências preliminares para apuração da verossimilhança, conforme HC 180709/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 5.5.2020. (HC-180709).

A alternativa B está incorreta. A VPI não é irregular, pois a legislação e o entendimento do STF permitem diligências preliminares para confirmar as informações anônimas, desde que não haja medidas invasivas neste momento, nos termos do RE 638.115 – STF.

A alternativa C está incorreta. Embora uma denúncia anônima detalhada possa justificar diligências, não se permite a adoção direta de medidas invasivas sem confirmação prévia. Ou seja, a representação direta por medidas cautelares somente pode ocorrer após confirmação da verossimilhança.

A alternativa D está correta. Segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), a simples denúncia anônima não é suficiente para fundamentar, isoladamente, a instauração de um inquérito policial ou a adoção de medidas invasivas, como a quebra de sigilo bancário. Contudo, a denúncia anônima pode servir como ponto de partida para diligências preliminares, como a Verificação Preliminar de Informações (VPI), com o objetivo de apurar a verossimilhança e a consistência das informações recebidas. No caso apresentado, o Delegado realizou uma VPI baseada em informações anônimas, adotando diligências discretas que confirmaram parcialmente os fatos e revelaram operações atípicas. Com base nesses indícios obtidos por fontes independentes, ele representou pela quebra do sigilo bancário, que foi deferida pelo Juízo. Tal procedimento está alinhado ao entendimento do STF, que permite o prosseguimento válido da investigação e a adoção de medidas cautelares desde que a denúncia anônima seja confirmada por diligências subsequentes. Assim, a investigação originada de denúncia anônima não é nula nem irregular, desde que observados os requisitos de confirmação por meios independentes antes da adoção de medidas invasivas. Nesse sentido, HC nº 84.827/TO.

A alternativa E está incorreta. A identificação do autor da denúncia anônima não é requisito essencial para convalidar atos investigativos, desde que haja confirmação da verossimilhança das informações por fontes independentes e observância do contraditório e ampla defesa no processo.

QUESTÃO 53. Um indivíduo foi investigado pela prática do crime racial (Art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989 — injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional). Pena: reclusão, de dois a cinco anos, e multa, por ter proferido ofensas de cunho racial contra a vítima em local público.

A pena mínima cominada ao delito é inferior a 4 anos, o investigado é primário, com bons antecedentes e nada indica conduta criminal habitual, reiterada ou profissional.

O Promotor de Justiça afirmou que, embora presentes os requisitos objetivos do Art. 28-A do Código de Processo Penal, o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) não seria cabível em razão da natureza do crime praticado, e deixou de oferecer a proposta.

O denunciado requereu a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público, na forma do Art. 28 do CPP, alegando constrangimento ilegal pela não oferta do ANPP, pois a vedação não está expressa na lei, e a interpretação deve ser favorável ao réu.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta:

a) Assiste razão à defesa, pois o Art. 28-A do CPP não veda expressamente o ANPP para os crimes raciais, sendo ilegal a recusa do Ministério Público baseada apenas na natureza do delito, quando preenchidos os requisitos legais.

b) O ANPP é cabível apenas para os crimes previstos na Lei nº 7.716/1989, mas não para o crime do Art. 140, § 3º, do CP, pois este último possui natureza jurídica distinta e admite o acordo.

c) O ANPP não se aplica aos crimes raciais, incluindo a injúria racial, pois tal vedação decorre de interpretação axiológica conforme a Constituição Federal e os compromissos internacionais do Brasil no combate à discriminação, não havendo ilegalidade na recusa do Ministério Público.

d) A decisão sobre o cabimento do ANPP em crimes raciais é discricionária do Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário revisar o mérito da decisão, mesmo que a recusa se baseie apenas na natureza do crime.

e) O ANPP é cabível em crimes raciais, incluindo a injúria racial, desde que a pena mínima cominada ao delito seja igual ou inferior a um ano, não havendo ilegalidade na recusa do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é **a letra C**. A questão trata sobre ANPP.

A alternativa A está incorreta. Embora o artigo 28-A do CPP não proíba expressamente o ANPP para crimes raciais, a interpretação constitucional e o entendimento jurisprudencial admitem que, por sua gravidade e relevância social, crimes dessa natureza podem justificar a recusa do MP (STF, HC 222.599). Portanto, a recusa do Ministério Público não é necessariamente ilegal apenas porque a vedação não consta expressamente na lei. Essa alternativa ignora a possibilidade de interpretação axiológica e o princípio da proteção aos direitos fundamentais.

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa mistura conceitos e está incorreta, pois o crime do Art. 140, §3º do CP (injúria racial) é previsto na Lei nº 7.716/1989 e não há distinção nesse sentido. Contudo, o argumento de que há vedação implícita por interpretação axiológica e constitucional é correto, o que torna a alternativa parcialmente verdadeira em parte do raciocínio, mas falha na parte do cabimento limitado ao crime da Lei nº 7.716/1989.

A alternativa C está correta. A decisão sobre propor ou não o ANPP é sim discricionária do Ministério Público, que tem autonomia para avaliar a conveniência e oportunidade da medida. O Judiciário geralmente não revisa o mérito dessa decisão, exceto em casos de abuso ou ilegalidade patente.

A alternativa D está incorreta. o requisito do art. 28-A do CPP é que a pena mínima não seja superior a 4 anos, não 1 ano. Além disso, a injúria racial tem pena mínima de 2 anos, não inferior a 1 ano.

A alternativa E está incorreta. A afirmativa de que o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é cabível em crimes raciais, incluindo a injúria racial, desde que a pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano, está incorreta. Isso porque o artigo 28-A do Código de Processo Penal estabelece que o ANPP pode ser aplicado somente em crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a quatro anos, e não um ano. Além disso, a injúria racial, prevista no artigo 2º-A da Lei nº 7.716/1989, geralmente possui pena mínima superior a esse limite, o que impede a aplicação do ANPP. Também é importante destacar que, devido à gravidade e relevância social dos crimes raciais, há entendimento consolidado no Ministério Público e na jurisprudência para restringir a aplicação do ANPP a esses casos, mesmo quando presentes os requisitos formais. Portanto, não há ilegalidade na recusa do Ministério Público em propor o ANPP para crimes dessa natureza, tornando incorreta a afirmação de que o ANPP seria cabível desde que a pena mínima seja igual ou inferior a um ano.

QUESTÃO 54. No curso de uma investigação que apura um complexo esquema de crimes que resultaram em prejuízo para a Fazenda Pública e lavagem de dinheiro supostamente operado por Mévio, empresário individual, a autoridade policial representou pela decretação de medidas assecuratórias sobre diversos bens, incluindo um imóvel de alto valor registrado em nome da pessoa jurídica Alfa Empreendimentos Ltda.

Embora a sociedade empresária não figure formalmente como investigada no inquérito policial, foram apresentados robustos indícios de que a pessoa jurídica foi constituída e utilizada por Mévio especificamente para ocultar e dissimular a origem ilícita de valores provenientes de crimes antecedentes, sendo o imóvel adquirido com tais recursos.

A defesa da sociedade Alfa Empreendimentos Ltda. opôs-se à medida, argumentando que

(i) a pessoa jurídica não é investigada;

(ii) não houve instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica; e

(iii) a constrição sobre bens de pessoa jurídica estranha à investigação configuraria uma violação ao princípio da intranscendência da pena.

Sobre as medidas assecuratórias em crimes que resultam em prejuízo à Fazenda Pública e de lavagem de dinheiro, considerando a situação hipotética e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção que apresenta a decisão judicial correta a ser tomada em relação ao pedido de constrição sobre o imóvel registrado em nome da Alfa Empreendimentos Ltda.:

a) Indeferir o pedido de medida assecuratória sobre o imóvel, pois os bens de pessoa jurídica somente podem ser objeto de constrição se a própria empresa figurar como investigada ou ré na ação penal, o que não ocorre no caso.

b) Indeferir o pedido de medida assecuratória sobre o imóvel, pois a constrição de bens registrados em nome de pessoa jurídica exige a prévia instauração e decisão favorável em incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme o Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente.

c) Deferir o pedido de medida assecuratória (sequestro/indisponibilidade) sobre o imóvel, pois, havendo indícios veementes de que a pessoa jurídica foi utilizada como instrumento para a prática de crimes que resultam em prejuízo para a Fazenda Pública e ocultação de ativos ilícitos, a constrição pode recair sobre seu patrimônio, independentemente da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

d) Deferir o pedido de medida assecuratória sobre o imóvel, mas somente após o recebimento da denúncia contra Mévio, pois as medidas assecuratórias que atingem bens de terceiros só podem ser decretadas na fase processual e não durante o inquérito policial.

e) Deferir o pedido de medida assecuratória sobre o imóvel, condicionando, contudo, a sua manutenção à inclusão formal da pessoa jurídica Alfa Empreendimentos Ltda. no polo passivo da investigação ou da futura ação penal no prazo de 60 (sessenta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre as medidas assecuratórias.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência do STJ entende que, em casos de lavagem de dinheiro e crimes conexos, os bens de pessoa jurídica que, mesmo sem ser formalmente investigada, foram usados para ocultar a origem ilícita dos valores, podem ser constritos para garantir a efetividade da investigação e futura reparação do dano. Não é obrigatório que a empresa figure formalmente no polo passivo para a decretação da medida assecuratória, nos termos do AgRg no REsp 1712934/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019 e REsp 1640707/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, publicado em 10/12/2018.

A alternativa B está incorreta. O STJ tem decidido que não é necessária a instauração prévia de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica para fins de medidas assecuratórias quando há indícios veementes de que a pessoa jurídica é mero instrumento para ocultação de bens ilícitos. A medida pode ser decretada para assegurar o resultado útil da investigação e futura reparação do dano, independentemente desse procedimento civil (STJ: RMS 74444).

A alternativa C está correta. O STJ entende que, diante de fortes indícios de que a pessoa jurídica foi utilizada para ocultar valores provenientes de crimes, é legítima a decretação de medidas assecuratórias sobre os bens da empresa, mesmo sem que tenha sido formalmente incluída no polo passivo da investigação ou da ação penal. Isso visa garantir a efetividade das medidas penais e a reparação dos danos causados, conforme julgados indicados na alternativa “a”. Vejamos os art. 125 e 127 do CP: “Art. 125. Caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro. Art. 127. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.”

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência permite a decretação de medidas assecuratórias na fase de investigação (inquérito policial), especialmente em crimes complexos como lavagem de dinheiro e crimes contra a Fazenda Pública, para evitar a dilapidação do patrimônio e garantir a eficácia da persecução penal. A limitação apenas para a fase processual é muito restritiva e não encontra respaldo na jurisprudência atual, conforme julgados indicados na alternativa “a”.

A alternativa E está incorreta. Embora seja razoável a inclusão formal da pessoa jurídica na investigação para assegurar o contraditório e a ampla defesa, a manutenção da medida assecuratória não depende necessariamente dessa inclusão. A jurisprudência admite a constrição mesmo antes dessa formalização, considerando a urgência e necessidade da medida para preservar o resultado útil da persecução penal.

QUESTÃO 55. Antônio, Pedro e João, dirigentes dos partidos políticos Alfa e Beta, iniciaram debates em relação à possibilidade de realizar uma aliança partidária, visando atender aos objetivos idealizados por cada um deles.

Antônio deseja formar uma aliança que permita a união dos partidos políticos com a apresentação de candidaturas conjuntas nas eleições majoritárias de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal. A aliança desejada por Pedro exige a presença de apenas dois partidos políticos, mas não há óbice a que tenha outros mais. Por fim, na aliança proposta por João, caso um dos partidos políticos decida não mais integrá-la, antes de decorrido o prazo mínimo exigido, ficará impedido de integrar outra aliança da mesma natureza pelo prazo legal.

Em relação aos posicionamentos dos dirigentes, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) Todos se harmonizam com a figura da coligação.**
- b) Todos se harmonizam com a figura da Federação.**
- c) Apenas o de Pedro se harmoniza com a figura da coligação.**
- d) Apenas o de Pedro se harmoniza com a figura da Federação.**
- e) Apenas os de Antônio e João se harmonizam com a figura da Federação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Partidos Políticos (Federações Partidárias).

Dispõe a Lei nº 14.208/2021: “Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A: ‘Art. 11-A. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. § 1º Aplicam-se à federação de partidos todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária. § 2º Assegura-se a preservação da identidade e da autonomia dos partidos integrantes de federação. § 3º A criação de federação obedecerá às seguintes regras: I – a federação somente poderá ser integrada por partidos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral; II – os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos; III – a federação poderá ser constituída até a data final do período de realização das convenções partidárias; IV – a federação terá abrangência nacional e seu registro será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.” E, ainda: “Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A: ‘Das Federações Art. 6º-A Aplicam-se à federação de partidos de que trata o art. 11-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), todas as normas que regem as atividades dos partidos políticos no que diz respeito às eleições, inclusive no que se refere à escolha e registro de candidatos para as eleições majoritárias e proporcionais, à arrecadação e aplicação de recursos em campanhas eleitorais, à propaganda eleitoral, à contagem de votos, à obtenção de cadeiras, à prestação de contas e à convocação de suplentes. Parágrafo único. É vedada a formação de federação de partidos após o prazo de realização das convenções partidárias.” Assim, o desejo de Antônio de unir os partidos para candidaturas conjuntas em todos os âmbitos (nacional, estadual e municipal) é a essência da atuação de uma federação. A proposta de Pedro, que exige no mínimo dois partidos, atende ao requisito basilar para a formação de uma federação. A aliança de João, que prevê sanção para o partido que se desliga antes do prazo, reflete a regra da federação, que exige um vínculo de, no mínimo, 4 (quatro) anos, com penalidades para a retirada precoce.

A alternativa A está incorreta. A figura da coligação é permitida apenas para as eleições majoritárias e não possui o caráter de permanência mínima obrigatória, nem a atuação unificada em todas as esferas, como desejado por Antônio e João.

A alternativa B está correta. Todos os posicionamentos se harmonizam com a figura da Federação Partidária (Lei nº 14.208/2021), que funciona como uma única agremiação em todo o território nacional.

A alternativa C está incorreta. O desejo de Pedro é compatível com a federação, e os de Antônio e João não se harmonizam com a coligação.

A alternativa D está incorreta. Os desejos de Antônio e João também se harmonizam com a figura da Federação.

A alternativa E está incorreta. O desejo de Pedro também é compatível com a figura da Federação.

QUESTÃO 56. Um grupo de parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado Sigma apresentou projeto de lei dispondo sobre o fornecimento gratuito de análogos de insulina pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nas unidades hospitalares estaduais, aos inscritos em programa de educação para diabéticos.

O objetivo descrito na justificativa é o de oferecer uma nova opção terapêutica, cuja eficácia é reconhecida pelas autoridades competentes, além de ser utilizada em diversos níveis do próprio SUS, sendo essas informações verídicas. Na ocasião, não foi indicada qualquer fonte de custeio.

Ao analisar a proposição, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Sigma concluiu, corretamente, que a prpposição

a) apresenta vício de iniciativa.

b) não apresenta qualquer vício.

c) afronta os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) afronta a exigência de equilíbrio atuarial do Sistema de Seguridade Social.

e) pressupõe a existência de lei complementar da União autorizando que Sigma legisle sobre a matéria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Controle de Constitucionalidade e Competência Legislativa em Matéria de Saúde.

Segundo o STF: “É constitucional — por não apresentar vício de iniciativa e estar em conformidade com a competência legislativa concorrente dos estados para dispor sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, CF/88) — lei estadual de origem parlamentar que prevê a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de análogos de insulina a portadores de diabetes (ADI 5.758/SC)”.

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não há vício de iniciativa em lei de origem parlamentar que estabeleça diretrizes gerais para a prestação de serviços de saúde, pois se insere na competência concorrente dos Estados para legislar sobre proteção e defesa da saúde (CRFB/88, Art. 24, XII).

A alternativa B está correta. A proposição não apresenta vício, pois os Estados possuem competência para legislar sobre saúde de forma suplementar. Além disso, o STF já decidiu na ADI 5758 que a ausência de indicação da fonte de custeio em lei que cria despesa não a torna, por si só, inconstitucional, cabendo ao Poder Executivo alocar os recursos necessários no orçamento.

A alternativa C está incorreta. O fornecimento de uma nova opção terapêutica eficaz, como análogos de insulina, visa aprimorar o tratamento de diabéticos, o que se alinha aos princípios do SUS de universalidade e integralidade da assistência.

A alternativa D está incorreta. A exigência de equilíbrio atuarial é um princípio específico do regime de previdência social, não se aplicando diretamente às políticas de assistência à saúde da forma como colocada.

A alternativa E está incorreta. A competência para legislar sobre saúde é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Não há exigência de lei complementar da União para que o Estado legisle sobre a matéria no âmbito de sua competência suplementar.

QUESTÃO 57. O Estado Alfa, à falta de norma específica da União a respeito da temática, editou a Lei nº Y, estabelecendo uma política pública especificamente direcionada à preservação de uma espécie da fauna que se mostrava abundante em seu território.

Pouco tempo depois, a União editou a Lei nº W, que buscou estabelecer as bases para um tratamento uniforme da matéria em âmbito nacional, vindo a discipliná-la em sentido contrário ao da Lei nº Y.

Para o Partido Político Alfa, com representação no Congresso Nacional, as Leis nº Y e W colidiram com normas constitucionais de eficácia limitada e princípio programático, tendo cogitado ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), as tendo como objeto.

No que tange à situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) Como a Lei nº W revogou a Lei nº Y, somente ela pode ser objeto de ADI.**
- b) A Lei nº Y afrontou competência legislativa privativa da União para legislar sobre a matéria.**
- c) Enquanto a Lei nº W estiver em vigor, a Lei nº Y não produz efeitos, logo, não pode ser objeto de ADI.**
- d) As normas constitucionais indicadas não podem ser usadas como únicos paradigmas de confronto na ADI.**

e) A Lei nº Y não invadiu competência legislativa privativa da União e, apesar de não produzir efeitos, pode ser objeto de ADI.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Competência Legislativa Concorrente e Controle de Constitucionalidade.

Dispõe a Constituição Federal: “Art. 24 [...] § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.

A alternativa A está incorreta. A superveniência de lei federal geral (Lei nº W) sobre o tema não revoga a lei estadual (Lei nº Y), mas apenas suspende sua eficácia no que lhe for contrário (Art. 24, § 4º, da CRFB/88). Ambas as leis, portanto, podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

A alternativa B está incorreta. A competência para legislar sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza” é concorrente entre a União e os Estados (Art. 24, VI, da CRFB/88). Na ausência de norma geral da União, o Estado pode exercer a competência legislativa plena (Art. 24, § 3º, da CRFB/88), portanto, a Lei nº Y não afrontou a competência da União.

A alternativa C está incorreta. O STF admite o ajuizamento de ADI contra lei cuja eficácia esteja suspensa, pois a norma continua integrando o ordenamento jurídico e pode voltar a produzir efeitos caso a lei federal seja revogada.

A alternativa D está incorreta. Normas constitucionais de eficácia limitada e princípios programáticos podem, sim, servir como paradigma para o controle de constitucionalidade, especialmente para aferir a inconstitucionalidade por omissão ou para verificar se o legislador ordinário atuou em sentido contrário ao programa definido pelo constituinte.

A alternativa E está correta. A Lei nº Y foi editada no exercício da competência concorrente e suplementar do Estado Alfa e, portanto, não invadiu a competência da União. Mesmo com sua eficácia suspensa pela Lei nº W, ela pode ser objeto de ADI.

QUESTÃO 58. Após inspeção do Tribunal de Contas do Estado Alfa, foi constatado que o Município Sigma, nos últimos dois anos, vinha regularmente deixando de realizar o pagamento, sem motivo de força maior, da dívida pública contraída para ser amortizada em prazo inferior a doze meses.

Ao tomar conhecimento do resultado da inspeção, o Partido Político Delta, de oposição ao Prefeito de Sigma, solicitou que fosse decretada a intervenção estadual no referido Município. Sobre a solicitação sugerida, o Chefe do Poder Executivo Estadual consultou a sua assessoria.

Assinale a opção que indica, corretamente, o esclarecimento prestado pela assessoria.

- a) A situação descrita não permite a decretação da intervenção alvitrada.
- b) A afronta aos princípios sensíveis é causa eficiente para a decretação da intervenção, espontânea ou provocada.
- c) É possível a decretação de intervenção espontânea, pela autoridade competente, com base no resultado da inspeção.
- d) É possível a decretação de intervenção provocada, sendo necessário que a Assembleia Legislativa aprobe previamente a sua decretação.
- e) A decretação da intervenção pressupõe o provimento de representação interventiva pelo Tribunal de Justiça, sendo que o decreto deve ser apreciado pela Assembleia Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Intervenção Estadual em Município.

Segundo a CRFB/88: “Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada”. E, ainda: “Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses”. Senão, vejamos:

A alternativa A está correta. A Constituição Federal, em seu Art. 35, I, autoriza a intervenção estadual no município que "deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada". A dívida descrita na questão, a ser amortizada em prazo inferior a doze meses, classifica-se como dívida flutuante, e não como dívida fundada. Logo, o pressuposto material para a intervenção não foi preenchido.

A alternativa B está incorreta. O não pagamento de dívida flutuante não constitui afronta aos "princípios sensíveis" elencados no Art. 34, VII, da Constituição, que justificariam outro tipo de intervenção.

A alternativa C está incorreta. A decretação de intervenção não seria possível por ausência do requisito constitucional, tornando irrelevante a discussão sobre ser espontânea.

A alternativa D está incorreta. A intervenção por inadimplemento da dívida fundada (que não é o caso) não exige aprovação prévia da Assembleia Legislativa, mas sim um controle sucessivo.

A alternativa E está incorreta. A representação ao Tribunal de Justiça é o procedimento para a intervenção por ofensa a princípios sensíveis (Art. 35, IV), não sendo aplicável à hipótese de inadimplência de dívida.

QUESTÃO 59. Durante um deslocamento de navio, Ana, filha de Martina, de nacionalidade russa, e de João, de nacionalidade angolana, nasceu em alto-mar em navio de bandeira estrangeira. Logo após o nascimento, em razão da proximidade e da necessidade de Ana ser submetida a cuidados médicos, a família veio para o território brasileiro, aqui permanecendo por dois meses. Em seguida, deslocaram-se para Angola, onde fixaram residência. Ao completar 18 anos, Ana, que tinha nacionalidade angolana e russa, fixou residência no território brasileiro. Dois anos depois, em razão de sua idoneidade moral e reputação ilibada, além do domínio da língua, foi convencida por amigos a se informar sobre a possibilidade de concorrer a um cargo eletivo, o que exigia reflexões quanto à sua nacionalidade.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, é correto afirmar que Ana

- a) brasileira nata, logo, pode concorrer ao cargo eletivo.
- b) pode optar pela nacionalidade brasileira, o que se dará sem prejuízo de sua polipatria.
- c) deve se naturalizar brasileira, nos termos da lei, já tendo cumprido os requisitos exigidos.
- d) deve se naturalizar brasileira, nos termos da lei, o que pressupõe a renúncia às outras nacionalidades que possui.
- e) deve se naturalizar brasileira, nos termos da lei, o que pressupõe que venha a residir no território brasileiro por mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. Ana não é brasileira nata. Ela não nasceu em território brasileiro nem é filha de pais brasileiros ou de estrangeiros a serviço do Brasil, que são os critérios para a nacionalidade originária previstos no Art. 12, I, da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. O direito de optar pela nacionalidade brasileira (Art. 12, I, 'c', da CRFB/88) é destinado a pessoas nascidas no estrangeiro, filhas de pai ou mãe brasileiros, o que não é o caso de Ana.

A alternativa C está correta. Como estrangeira residente no Brasil que preenche os requisitos de idoneidade moral e domínio da língua, o caminho para Ana adquirir a nacionalidade brasileira é a naturalização, nos termos da lei (Art. 12, II, da CRFB/88).

A alternativa D está incorreta. A Constituição permite a manutenção de outra nacionalidade quando esta decorre do reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira. Como Ana possui as nacionalidades russa e angolana, provavelmente por critério de jus sanguinis de seus pais, ela não precisaria renunciar a elas para se naturalizar brasileira.

A alternativa E está incorreta. A exigência de residência por mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal refere-se à naturalização extraordinária (Art. 12, II, 'b'). O caso de Ana se enquadra

na naturalização ordinária, que possui requisitos distintos e, geralmente, um tempo de residência menor, definidos em lei.

QUESTÃO 60. Em razão de uma calamidade natural de grandes proporções, a ordem pública em duas regiões do país foi seriamente comprometida.

Ato contínuo, a partir de uma grande mobilização de organizações da sociedade civil, o Presidente da República, entre outras medidas, apresentou proposição legislativa à Câmara dos Deputados dispendo sobre as condições de integração de regiões em desenvolvimento, o que traria benefícios indiretos às duas regiões atingidas pela calamidade. A proposição, apesar de aprovada pela Casa Iniciadora, ficou paralisada na Casa Revisora, o que levou o Presidente da República a editar a Medida Provisória nº X (MPX), de idêntico teor.

Sobre a MPX, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Não apresenta qualquer vício.**
- b) Somente apresenta vício em relação ao seu objeto.**
- c) Somente apresenta vício por afrontar uma vedação circunstancial à sua edição.**
- d) Deve ter sua eficácia suspensa até a finalização da tramitação da proposição de idêntico teor.**
- e) Somente apresenta vício por ter teor idêntico ao da proposição em tramitação, aprovada pela Câmara dos Deputados.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Processo Legislativo (Medidas Provisórias).

Nos termos da Constituição Federal: “Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. § 1º Lei complementar disporá sobre: I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento”. E, ainda: “Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: [...] III - reservada a lei complementar”.

A alternativa A está incorreta. A Medida Provisória (MPX) possui um vício claro em seu objeto.

A alternativa B está correta. A proposição legislativa e a MPX de idêntico teor versam sobre "condições de integração de regiões em desenvolvimento". De acordo com o Art. 43, § 1º, da Constituição Federal, essa matéria é reservada à lei complementar. O Art. 62, § 1º, III, da CRFB/88, por sua vez, veda expressamente a edição de Medida Provisória sobre matéria reservada à lei complementar. Portanto, a MPX apresenta um vício material insanável em relação ao seu objeto.

A alternativa C está incorreta. A situação descrita, "calamidade natural", não configura, por si só, uma das vedações circunstanciais à edição de Medida Provisória, como o estado de defesa ou o estado de sítio.

A alternativa D está incorreta. A Medida Provisória tem força de lei e produz efeitos imediatos a partir de sua publicação. Não há previsão constitucional para a suspensão de sua eficácia em razão da tramitação de um projeto de lei de mesmo teor.

A alternativa E está incorreta. Embora a edição de uma MP com teor idêntico a um projeto de lei em avançada tramitação seja uma prática questionável por interferir no processo legislativo, o vício mais claro e direto no caso é o material, referente ao objeto.

QUESTÃO 61. Pedro, Prefeito do Município Beta, apresentou contas de gestão correspondentes ao exercício financeiro X. Ao apreciá-las, o corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado Alfa constatou a existência de irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa, tendo sido gerado dano ao patrimônio público.

O Tribunal de Contas do Estado Alfa observou, corretamente, que lhe compete

a) emitir parecer prévio, cabendo à Câmara Municipal proferir decisão, com observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, em relação à imputação de débito e à aplicação de sanções administrativas.

b) julgar as contas e, em caso de rejeição, Pedro ficará inelegível para as eleições que se realizarem nos oito anos seguintes, contados a partir da data da decisão, salvo se a decisão for suspensão ou anulada pelo Poder Judiciário.

c) emitir parecer prévio, a exemplo do que se verifica com as contas de governo, competindo à Câmara Municipal apreciar as contas, somente podendo decidir em sentido contrário ao do parecer pelo voto de dois terços dos seus membros.

d) julgar as contas, podendo realizar a imputação de débito e aplicar as sanções administrativas cabíveis, competindo à Câmara Municipal apreciar as contas para os fins da configuração da causa de inelegibilidade referida na Lei Complementar nº 64/1990.

e) julgar as contas e, em caso de rejeição e ausência de reforma dessa decisão pela Câmara Municipal, tornar-se-ão efetivas a imputação de débito e as sanções administrativas aplicadas, estando configurada a causa de inelegibilidade referida na Lei Complementar nº 64/1990.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Competência dos Tribunais de Contas no Julgamento de Contas de Prefeitos.

Segundo o STF: “No âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando

identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo (ARE 1.436.197/RO - Repercussão Geral – Tema 1.287)”.

A alternativa A está incorreta. A emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas (TC) ocorre para as "contas de governo". No caso de "contas de gestão", como as do enunciado (em que o prefeito atua como ordenador de despesas), a competência do TC é para julgar as contas de forma definitiva na esfera administrativa.

A alternativa B está incorreta. Embora a rejeição das contas pelo TC seja o fato gerador da inelegibilidade prevista na Lei da Ficha Limpa, quem declara a inelegibilidade é a Justiça Eleitoral, e não o Tribunal de Contas. Assim: “Art. 2º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade”.

A alternativa C está incorreta. O procedimento descrito é aplicável às "contas de governo", e não às "contas de gestão" tratadas na questão.

A alternativa D está correta. Conforme a tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral 1287, compete ao Tribunal de Contas julgar as contas de gestão do prefeito, podendo, em caso de irregularidade, imputar débito e aplicar sanções. Essa decisão definitiva do TC é o ato que será considerado para fins de análise da inelegibilidade pela Justiça Eleitoral.

A alternativa E está incorreta. O julgamento das contas de gestão pelo TC é definitivo e não está sujeito à apreciação ou reforma pela Câmara Municipal. A competência da Câmara se restringe ao julgamento político das contas de governo.

QUESTÃO 62. João, sua esposa Maria e seu filho adolescente Pedro, que pautam suas vidas pelos dogmas religiosos adotados pelas Testemunhas de Jeová, foram vitimados em um acidente automobilístico, sendo levados inconscientes a um hospital.

Sabedores do risco de que um acidente dessa natureza pudesse ocorrer a qualquer momento, tinham elaborado um documento escrito, igualmente subscrito por testemunhas, com diretivas antecipadas de vontade, informando que se recusavam a se submeter a qualquer procedimento médico que envolvesse transfusão de sangue. A existência desse documento foi imediatamente informada à direção e aos médicos do hospital.

Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

a) Na ponderação entre o direito à vida e à liberdade religiosa, o primeiro tem mais peso e deve preponderar, pois é condição para o exercício da última, logo a transfusão pode ser realizada.

b) Os pacientes, em razão da legítima recusa à transfusão de sangue, fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde, desde que sejam oferecidos em seu domicílio.

c) João e Maria não podem receber a transfusão de sangue, pois sua escolha está legitimada na liberdade religiosa, fazendo jus ao tratamento alternativo disponível no Sistema Único de Saúde, ainda que fora do seu domicílio.

d) Em razão da existência de prévia e expressa manifestação de vontade vedando a realização da transfusão de sangue, deve ser respeitada a autonomia de vontade e a liberdade religiosa, o que impede que os médicos a realizem.

e) A liberdade religiosa deve ser delineada no momento subjacente ao seu exercício, logo não pode limitar o direito contemporâneo à vida com base em declaração anterior ao fato que colocou esta última em risco, de modo que a transfusão pode ser realizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Direitos Fundamentais.

O STF decidiu que: “1. Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa. 2. Como consequência, em respeito ao direito à vida e à saúde, fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde - SUS, podendo, se necessário, recorrer a tratamento fora de seu domicílio. STF. Plenário. RE 979.742/AM, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 25/09/2024 (Repercussão Geral – Tema 952)”.

A alternativa A está incorreta. O STF não estabelece uma preponderância abstrata do direito à vida sobre a liberdade religiosa. Para pacientes adultos e capazes, a autonomia da vontade, manifestada de forma livre e informada (inclusive por diretivas antecipadas), tem grande peso.

A alternativa B está incorreta. O direito a tratamentos alternativos não se restringe ao domicílio do paciente. O Sistema Único de Saúde (SUS) deve oferecê-los conforme a disponibilidade na rede de saúde, o que pode implicar o deslocamento do paciente.

A alternativa C está correta. O direito a tratamentos alternativos não se restringe ao domicílio do paciente. O Sistema Único de Saúde (SUS) deve oferecê-los conforme a disponibilidade na rede de saúde, o que pode implicar o deslocamento do paciente.

A alternativa D está incorreta. A afirmação é excessivamente ampla, pois não distingue a situação do filho adolescente, Pedro. Em relação a crianças e adolescentes, o entendimento majoritário é que, em caso de risco iminente de morte, o direito à vida prevalece sobre a vontade dos pais, e os médicos devem realizar o procedimento necessário para salvá-lo.

A alternativa E está incorreta. As diretivas antecipadas de vontade são um instrumento legítimo de exercício da autonomia e da liberdade. A jurisprudência valoriza essa manifestação prévia, considerando-a uma expressão contemporânea da vontade do indivíduo para situações futuras.

QUESTÃO 63. Em razão de uma grande mobilização de vereadores da oposição, foi aprovada a Lei nº X, no Município Alfa, de iniciativa parlamentar, poucos meses antes da tradicional festa de aniversário da cidade.

De acordo com esse diploma normativo, passava a ser vedada, no território de Alfa, a soltura de fogos de artifício e de artefatos pirotécnicos que produzissem estampidos; em complemento, ainda ressaltava que essa determinação deveria ser observada nas festividades organizadas pelo Poder Público Municipal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X

a) invadiu competência legislativa privativa da União, que é indelegável.

b) apesar de incursionar em típico interesse local, afronta o direito fundamental à livre expressão da atividade artística.

c) somente deve ser considerada constitucional caso não tenha colidido com as normas federais e estaduais afetas à temática.

d) somente deve ser considerada constitucional caso haja lei complementar federal autorizando a disciplina da matéria por lei municipal.

e) somente é inconstitucional na parte em que influi sobre as atribuições dos órgãos públicos, isso ao dispor sobre sua incidência nas festividades organizadas pelo Poder Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Competência Legislativa Municipal (Interesse Local).

Segundo o Supremo Tribunal Federal: “É constitucional — por dispor sobre a proteção do meio ambiente e a proteção e defesa da saúde, matérias de competência legislativa concorrente entre a União, estados e DF (art. 24, VI e XII, CF/88), e estabelecer restrição necessária, adequada e proporcional no âmbito de sua competência suplementar e nos limites de seu interesse local (art. 30, I e II, CF/88) — lei municipal que veda a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos. STF. Plenário. RE 1.210.727/SP, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 9/5/2023 (Repercussão Geral – Tema 1056)”.

A alternativa A está incorreta. Conforme o STF (Tema 1056), a proibição de fogos de artifício com estampido é matéria de competência legislativa do Município, por se tratar de proteção ao meio ambiente e à saúde (interesse local), não invadindo competência privativa da União.

A alternativa B está incorreta. O STF entende que a restrição à poluição sonora causada por fogos de artifício não representa uma afronta desproporcional à livre expressão da atividade artística, sendo uma ponderação válida em favor da saúde pública e do meio ambiente.

A alternativa C está correta. A tese fixada no Tema 1056 do STF estabelece que os municípios têm competência para legislar sobre a matéria, mas essa competência é suplementar. Isso significa que a lei

municipal deve estar em harmonia com as normas gerais editadas pela União e pelo respectivo Estado, não podendo contradizê-las.

A alternativa D está incorreta. Não há necessidade de lei complementar federal autorizando os municípios a legislar sobre assuntos de seu interesse local, pois essa competência já é diretamente outorgada pelo Art. 30, I, da Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. A lei é de caráter geral e abstrato. Ao determinar sua observância nas festividades organizadas pelo próprio Poder Público, ela apenas garante a aplicação isonômica da norma, não havendo inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

QUESTÃO 64. Iran, candidato a Prefeito do Município Alfa, no curso da campanha eleitoral, marcou encontro com um grupo de eleitores, em frente à lanchonete de uma feira agropecuária realizada na cidade, e ofereceu insumos agrícolas em troca do voto desses eleitores, além da futura utilização, nas propriedades privadas, de tratores pertencentes ao Poder Público, caso viesse a ser eleito. Próximo ao local dos fatos, se encontrava Manoel, correligionário de outro partido político, o qual, sem que os participantes da conversa percebessem, gravou o seu inteiro teor e encaminhou a gravação ao Ministério Público, visando à adoção das medidas necessárias à cassação do registro de Iran.

Em relação à prova obtida, assinale a afirmativa correta.

- a) Pode ser usada, considerando o local em que o ilícito foi praticado.**
- b) Não pode ser usada, considerando a necessidade de autorização judicial para a gravação da conversa.**
- c) Não pode ser usada, pois a gravação não foi realizada por um dos interlocutores, o que afrontou a sua intimidade.**
- d) Não pode ser usada, considerando a inexistência de correlação dos fatos com a esfera jurídica pessoal de Manoel.**
- e) Pode ser usada, pois a gravação foi realizada em uma situação de flagrância, o que é suficiente para caracterizar a sua juridicidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema provas lícitas/ilícitas.

De acordo com o STF: “(i) No processo eleitoral, é ilícita a prova colhida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial e com violação à privacidade e à intimidade dos interlocutores, ainda que realizada por um dos participantes, sem o conhecimento dos demais. (ii) A exceção à regra da ilicitude da gravação ambiental feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e sem autorização judicial ocorre na hipótese de registro de fato ocorrido em local público desprovido de qualquer controle de acesso, pois, nesse caso, não há violação à intimidade ou quebra da expectativa de

privacidade. STF. Plenário.RE 1.040.515/SE, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 26/04/2024 (Repercussão Geral – Tema 979)”.

A alternativa A está correta. O STF, no julgamento do RE 1040515 (Tema 979 de Repercussão Geral), decidiu que, embora a gravação ambiental feita por terceiro sem autorização judicial seja, em regra, ilícita, ela pode ser considerada lícita se captada em local público, onde não há expectativa de privacidade. A conversa gravada ocorreu em frente a uma lanchonete em uma feira, um ambiente público, o que torna a prova utilizável.

A alternativa B está incorreta. A autorização judicial não é necessária, pois a gravação se enquadra na exceção estabelecida pelo STF para registros feitos em locais públicos.

A alternativa C está incorreta. A regra de que a gravação por terceiro (não interlocutor) é ilícita foi excepcionada pelo STF no caso de ambientes públicos, como o da questão.

A alternativa D está incorreta. Qualquer cidadão tem legitimidade para noticiar a prática de um ilícito, especialmente um crime eleitoral, que é de natureza pública. Não é necessário que o fato afete a esfera jurídica pessoal do delator.

A alternativa E está incorreta. Embora a situação pudesse configurar um flagrante de crime eleitoral, o fundamento jurídico utilizado pelo STF para validar a prova não foi a flagrância, mas sim a publicidade do local da gravação, que afasta a expectativa de privacidade.

QUESTÃO 65. Determinado Juiz de Direito, ao interpretar os preceitos constitucionais, parte da premissa de que a higidez textual não deve desnaturar a evolutividade da norma constitucional. Afinal, a polissemia textual e as vicissitudes da realidade fazem com que o intérprete desenvolva uma atividade essencialmente decisória, de modo que, a partir da resolução das conflitualidades intrínsecas que podem se apresentar no curso do processo de interpretação, deve atribuir o significado adequado ao significante interpretado. Considerando a forma de compreensão do Juiz de Direito a respeito da interpretação constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Há uma separação entre os momentos de criação e aplicação da norma constitucional.**
- b) Concepções originalistas devem ser preferidas por se aproximarem da concepção de justiça material.**
- c) Aproxima-se da constituição em sentido sociológico, mas se distancia de sua perspectiva puramente cultural.**
- d) Referenciais axiológicos não podem influir no delineamento de conteúdos deontológicos com alicerce semiótico.**
- e) Apesar de não se harmonizar com as bases de desenvolvimento da tópica pura, não é refratária ao pensamento problemático.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Hermenêutica e Métodos de Interpretação Constitucional.

A alternativa A está incorreta. A premissa do juiz, que vê a interpretação como uma "atividade essencialmente decisória" a partir das "vicissitudes da realidade", sugere uma integração entre os momentos de criação e aplicação da norma, e não uma separação rígida.

A alternativa B está incorreta. O juiz adota uma visão evolutiva ("evolutividade da norma"), que é diametralmente oposta às concepções originalistas, que buscam o significado original do texto constitucional.

A alternativa C está incorreta. A visão do juiz aproxima-se de uma perspectiva hermenêutica ou culturalista, que vê o direito como um fenômeno cultural em constante evolução, e não da concepção sociológica, que enxerga a Constituição como um mero reflexo das relações de poder na sociedade.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, a perspectiva adotada pelo juiz indica que referenciais axiológicos (valores) são fundamentais para dar sentido e delinear o conteúdo deontológico (normativo) do texto constitucional.

A alternativa E está correta. A "tópica pura" é um método de interpretação mais casuístico e menos sistemático. A visão do juiz, por ser evolutiva e decisória, não se alinha a essa abordagem mais tradicional. Contudo, ela é totalmente compatível com o "pensamento problemático", que parte de um problema concreto para construir a solução a partir da interpretação do texto legal, o que é a essência da atividade jurisdicional descrita.

QUESTÃO 66. Em razão de uma grande mobilização de diferentes correntes políticas do Estado Alfa, a competência do Tribunal de Justiça foi alterada, de modo a prever que o processo e julgamento dos mandados de segurança que viessem a ser impetrados contra atos de certas autoridades não mais fossem julgados por Juízos monocráticos, mas, sim, pelo referido Tribunal.

Sobre a referida alteração, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) É materialmente inconstitucional, por afrontar as regras afetas ao foro por prerrogativa de função.**
- b) É materialmente constitucional, e a alteração deve ter sido promovida por meio de emenda à Constituição Estadual.**
- c) É materialmente constitucional, e a alteração deve ter sido prevista na lei de organização e divisão judiciária, de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça.**
- d) É materialmente constitucional, e a alteração deve ter sido prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, por se tratar de matéria *interna corporis*.**

e) Somente pode ser considerada materialmente constitucional se houver simetria entre autoridades estaduais e federais consoante a Constituição da República, e a proposição legislativa deve ter sido apresentada pelo Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Organização do Poder Judiciário e Definição de Competência.

Dispõe a CRFB/88: “Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição. § 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça”.

A alternativa A está incorreta. Os Estados possuem autonomia para organizar sua justiça, e a alteração da competência para julgar mandados de segurança não é, em si, materialmente inconstitucional, desde que respeitados os limites constitucionais.

A alternativa B está incorreta. Embora a competência geral dos tribunais seja definida na Constituição Estadual, a sua organização e divisão detalhada são matéria de lei específica, não sendo necessária uma emenda constitucional para esse tipo de alteração.

A alternativa C está correta. De acordo com o Art. 125, §1º, da Constituição Federal, a competência dos tribunais estaduais é definida na Constituição do Estado, sendo que a lei de organização judiciária, que detalha essa estrutura, é de iniciativa privativa do respectivo Tribunal de Justiça. Portanto, a alteração é materialmente constitucional e deve seguir este rito.

A alternativa D está incorreta. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça regula o funcionamento de seus órgãos, mas não pode criar ou alterar competências jurisdicionais, que devem ser estabelecidas por lei.

A alternativa E está incorreta. O princípio da simetria não exige uma correspondência exata de competências entre as justiças estadual e federal. A principal exigência constitucional para a validade da alteração é que a iniciativa da lei de organização judiciária seja do Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 67. No curso da campanha eleitoral para o cargo de Deputado Federal pelo Estado Sigma, foi constatada a realização de propaganda eleitoral na internet em benefício de João, candidato devidamente registrado. Esse fato foi objeto de representação ajuizada com base na Lei nº 9.504/1997.

Ao apreciar os fatos, o Juiz Eleitoral competente observou, corretamente, que

a) é vedada a propaganda eleitoral na internet, o que permite a responsabilização de João.

b) a propaganda eleitoral na internet somente pode vir a ser considerada ilícita se demonstrada a sua realização por João, não por terceiros.

c) a propaganda eleitoral na internet somente deve ser considerada ilícita se houver impulsionamento, e a responsabilização de João exige o seu prévio conhecimento.

d) a propaganda eleitoral na internet somente deve ser considerada ilícita se houver Impulsionamento e potencial para desequilibrar a eleição, e a responsabilização de João independe do seu prévio conhecimento.

e) a propaganda eleitoral na internet somente deve ser considerada ilícita se tiver potencial para desequilibrar a eleição, o que pode acarretar a cassação do registro de João, mas a inelegibilidade exige o seu prévio conhecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre propaganda eleitoral, mais especificamente, na internet.

A alternativa A está incorreta. Art. 57-B da Lei 9.504/97 autoriza a propaganda na Internet, vedando somente certas práticas abusivas. A saber: “A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) (Vide Lei nº 12.034, de 2009) I - em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) II - em sítio do partido ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) III - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por: (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017) a) candidatos, partidos ou coligações; ou (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017) b) qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos. (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017).”

A alternativa B está incorreta. A propaganda eleitoral irregular pode ser praticada por terceiros, e o candidato pode ser responsabilizado por ela, se houver prova de seu prévio conhecimento, pois o candidato é sempre o responsável pela confecção do seu material de propaganda, bem como pelas pessoas e/ou colaboradores que o distribuem durante a campanha eleitoral.

E nesse sentido, a Súmula nº 71/TSE - que possuía entendimento ao contrário - foi cancelada, devida decisão em questão de ordem formulada no julgamento do REspe nº 19.600/CE. Assim determinava: “Não é admissível a presunção de que o candidato, por ser beneficiário de propaganda eleitoral irregular, tenha prévio conhecimento de sua veiculação (arts. 36 e 37 da Lei n. 9.504, de 30/9/97).”

A alternativa C está correta. A ilicitude da propaganda na internet frequentemente se manifesta através do impulsionamento irregular ou não identificado, conforme o Art. 57-C, § 3º, da Lei 9.504/97: § 3º É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros. Nesse sentido, para o candidato João ser responsabilizado por propaganda irregular (inclusive por impulsionamento não autorizado ou por atos de terceiros), é requisito essencial a demonstração de seu prévio conhecimento da irregularidade.

A alternativa D está incorreta. O prévio conhecimento é requisito para responsabilização, mesmo havendo potencial lesivo.

A alternativa E está incorreta. Confunde cassação com inelegibilidade; ambas demandam demonstração de prévio conhecimento para responsabilizar.

QUESTÃO 68. O Partido Político Delta recebeu doações da cooperativa Alfa, destinadas ao uso na campanha eleitoral para as eleições do ano X, o que decorria do fato de muitos dos cooperativados serem correligionários de Delta e estarem registrados para concorrer nas referidas eleições. Essa doação foi impugnada pelo Partido Político Beto.

O Juiz Eleitoral competente, ao analisar a temática, observou corretamente, entre outros aspectos, que a doação de Alfa

- a) foi ilícita, de modo que os valores recebidos por Delta deveriam ter sido devolvidos a Alfa.**
- b) foi ilícita, de modo que os valores recebidos por Delta deveriam ter sido direcionados ao Fundo Partidário.**
- c) foi ilícita, de modo que os valores recebidos por Delta deveriam ter sido transferidos para a conta única do Tesouro Nacional.**
- d) deveria ter sido expressamente prevista na receita e na despesa estimadas por Delta, conforme informado à Justiça Eleitoral.**
- e) não poderia ter ultrapassado o valor pro rata dos dividendos atribuídos aos respectivos cooperativados no exercício anterior.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre doações de pessoas jurídicas, especificamente cooperativas, para campanhas eleitorais.

Para responder a essa questão, o candidato precisava ter conhecimento sobre doações para campanhas e o destino dos recursos quando a doação é considerada ilícita.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 31, §4º, da Lei nº 9.504/1997, é vedado o recebimento de recursos provenientes de fontes vedadas, devendo estes ser devolvidos imediatamente ao doador ou, na impossibilidade, ao Tesouro Nacional, corroborado com os art. 21, §3º e Art. 32, §2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Vejamos: § 3º As doações financeiras recebidas em desacordo com este artigo não podem ser utilizadas e devem, na hipótese de identificação da doadora ou do doador, ser a ela ou a ele restituídas ou, se isso não for possível, devem ser consideradas de origem não identificada e recolhidas ao Tesouro Nacional, na forma prevista no caput do art. 32 desta Resolução.

A alternativa B está incorreta. O destino não é o Fundo Partidário, mas o Tesouro Nacional, conforme art. 31, §4º, da Lei nº 9.504/1997, art. 21, §3º e art. 32, §2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 21, §3º e art. 33, §2º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, bem como, art. 31, §4º, da Lei nº 9.504/1997, os recursos de fonte vedada devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional. A saber: Resolução TSE nº 23.607/2019 - Art. 21. As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de: § 3º As doações financeiras recebidas em desacordo com este artigo não podem ser utilizadas e devem, na hipótese de identificação da doadora ou do doador, ser a ela ou a ele restituídas ou, se isso não for possível, devem ser consideradas de origem não identificada e recolhidas ao Tesouro Nacional, na forma prevista no caput do art. 32 desta Resolução. § 4º No caso da utilização das doações financeiras recebidas em desacordo com este artigo, ainda que identificada(o) a doadora ou o doador, os valores devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, na forma do disposto caput do art. 32 desta Resolução. (...) Art. 32. Os recursos de origem não identificada não podem ser utilizados por partidos políticos e candidatas ou candidatos e devem ser transferidos ao Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU). Lei nº 9.504/1997 - § 4 O partido ou candidato que receber recursos provenientes de fontes vedadas ou de origem não identificada deverá proceder à devolução dos valores recebidos ou, não sendo possível a identificação da fonte, transferi-los para a conta única do Tesouro Nacional.

A alternativa D está incorreta. A previsão em prestação de contas não convalida a origem ilícita dos recursos.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão legal sobre limitação pro rata para doações ilícitas de cooperativas, mas vedação absoluta.

QUESTÃO 69. O Partido Político Sigma registrou candidatos à Câmara Municipal de Alfa em número correspondente ao total de lugares a preencher mais um. Do total, 30% dos candidatos eram de um sexo, e 70% de outro.

No curso da campanha eleitoral, a maior parte dos candidatos que representava o percentual de 30% de um sexo não realizou a propaganda eleitoral, não recebeu recursos de Sigma e não promoveu gastos de campanha.

No dia da apuração do resultado da eleição, ainda se constatou que a maior parte não recebera votos e, em relação aos que receberam votos, o quantitativo não ultrapassava dois votos para cada. O Partido Político Delta somente veio a tomar conhecimento desses fatos no dia seguinte à diplomação.

Sobre a hipótese apresentada, à luz da sistemática estabelecida na legislação eleitoral, assinale a afirmativa correta.

O Juiz Eleitoral competente, ao analisar a temática, observou corretamente, entre outros aspectos, que a doação de Alfa

a) Não há ilicitude na conduta de Sigma, que agiu amparado pela autonomia partidária.

- b) O quantitativo de candidatos apresentado por Sigma não atende à legislação eleitoral.**
- c) O obrar de Sigma pode ser impugnado em sede de ação de impugnação de mandato eletivo ajuizada por Delta.**
- d) O obrar de Sigma pode ser impugnado em sede de recurso contra a expedição de diploma Interposto por Delta.**
- e) O obrar de Sigma deveria ter sido impugnado por meio de ação de investigação judicial eleitoral, tendo ocorrido a preclusão de qualquer irresignação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre fraude à cota de gênero nas eleições.

A alternativa A está incorreta. A conduta descrita (candidaturas fictícias para preencher a cota) é uma grave ilicitude eleitoral, consoante o disposto na Súmula 73 do TSE, caracterizada como fraude à cota de gênero e abuso de poder, não sendo amparada pela autonomia partidária.

A alternativa B está incorreta. O problema não é o quantitativo formal, mas a substância da conduta, as candidaturas fictícias.

A alternativa C está correta. Conforme a Súmula nº 73 do TSE e o Art. 14, § 10, da CF, a fraude à cota de gênero é considerada abuso de poder e pode ser apurada em AIME.

Assim, o prazo de 15 dias da diplomação permite o ajuizamento por Delta, que tomou conhecimento dos fatos no dia seguinte à diplomação.

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência do TSE (Súmula 73) consolidou a AIME como o instrumento principal e mais adequado para apurar a fraude à cota de gênero, que se enquadra como abuso de poder.

A alternativa E está incorreta. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo poderá ser apresentada até 15 dias após a diplomação, nos termos do art. 15 CF.

QUESTÃO 70. João, com domicílio no Município Gama, partiu do Município Alfa conduzindo um veículo automotor com destino ao Município Beta.

No meio do trajeto, foi parado no Município Sigma em uma operação policial de rotina, momento no qual os policiais localizaram uma elevada importância em dinheiro, além de farto material de campanha eleitoral de um candidato na eleição para vereador do Município Beta.

Ao questionarem João em relação à origem e ao destino desses recursos, foi-lhes Informado que seriam entregues a eleitores em troca do voto no candidato indicado, conforme negociação previamente realizada.

Na situação descrita, é correto afirmar que a competência para acompanhar o inquérito policial instaurado para apurar os fatos, considerando o Juízo competente para processar e julgar uma eventual ação penal, é do Juízo da Zona Eleitoral

- a) com competência sobre Alfa.**
- b) com competência sobre Beta.**
- c) com competência sobre Gama.**
- d) com competência sobre Sigma.**
- e) que primeiro conheça dos fatos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre competência do Juízo Eleitoral, especificamente, para acompanhar o inquérito e julgar a eventual ação penal. Para responder a essa questão, exigiu do candidato o conhecimento da legislação processual penal e a sua aplicabilidade subsidiária, conforme Código Eleitoral. Vejamos: “Art. 364. No processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal.” O art. 70 do Código de Processo Penal estabelece o seguinte: “Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.” No caso da captação ilícita de sufrágio, a consumação do crime ocorre no local onde a vantagem é efetivamente prometida ou entregue ao eleitor em troca do voto. A negociação para a compra de votos estava direcionada aos eleitores do Município Beta, onde o candidato a vereador concorre e onde os votos seriam obtidos. Logo, o Município Beta é o local de consumação pretendido da infração.

A alternativa A está incorreta. Alfa é somente local de origem, sem relação com o ilícito.

A alternativa B está correta. Art. 70 do CPP, aplicado subsidiariamente (Código Eleitoral, art. 364) — competência é do local da consumação, que seria Beta, destino dos recursos para captação ilícita de sufrágio.

A alternativa C está incorreta. Gama é apenas domicílio do investigado.

A alternativa D está incorreta. Sigma foi apenas local de flagrante, não da consumação.

A alternativa E está incorreta. A prevenção não afasta a regra do art. 70 do CPP.

QUESTÃO 71. A sociedade empresária Altaneira, Mauriti & Moraújo Ltda. requereu recuperação judicial na condição de produtor rural. Apresentada a relação de credores e a documentação legal, o juiz deferiu o processamento da recuperação judicial sem adotar o procedimento de

constatação prévia. Publicada a decisão e a relação de credores, a sociedade Monsenhor Tabosa S.A. questionou, em Juízo, a suspensão da execução ajuizada em face da devedora, antes da data do requerimento de recuperação. A questão central a ser dirimida pelo Juízo é a sujeição ou não do crédito aos efeitos da recuperação judicial. Para que a execução seja suspensa com o deferimento do processamento da recuperação judicial, é preciso que o crédito de Monsenhor Tabosa S.A. decorra

a) da atividade rural, do beneficiamento ou da primeira industrialização de produto rural, esteja discriminado no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) e seja existente na data do pedido, ainda que não vencido.

b) da atividade rural ou da primeira industrialização de produto rural, esteja discriminado no Livro Diário e seja existente nos 60 (sessenta) dias anteriores à data do pedido, desde que vencido.

c) exclusivamente da atividade rural, esteja discriminado na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e exista na data do pedido, ainda que não vencido.

d) da atividade rural ou do beneficiamento de produto rural, esteja discriminado no balanço patrimonial e seja existente nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do pedido, ainda que não vencido.

e) exclusivamente da atividade rural, esteja discriminado na Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (DIRPJ) e exista na data do pedido, desde que vencido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a recuperação judicial de produtor rural.

A alternativa A está incorreta. O crédito deverá ser exclusivamente decorrente da atividade rural, conforme determina o art. 49, §6º, da Lei 11.101/2005.

A alternativa B está incorreta. O crédito deverá ser exclusivamente decorrente da atividade rural, conforme determina o art. 49, §6º, da Lei 11.101/2005.

A alternativa C está correta. É o que dispõe o §6º do art. 49 c/c art. 48, §§2º e 3º, ambos da Lei 11.101/2005. Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. [...] § 6º Nas hipóteses de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 48 desta Lei, somente estarão sujeitos à recuperação judicial os créditos que decorram exclusivamente da atividade rural e estejam discriminados nos documentos a que se referem os citados parágrafos, ainda que não vencidos. Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: [...] § 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente. § 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir

o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente.

A alternativa D está incorreta. O crédito deverá ser exclusivamente decorrente da atividade rural, conforme determina o art. 49, §6º, da Lei 11.101/2005.

A alternativa E está incorreta. A Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica não é documento válido para comprovar o crédito sujeito à recuperação judicial, conforme determina o §6º do art. 49 da Lei 11.101/2005 que faz referência aos seguintes documentos: Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) ou Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF).

QUESTÃO 72. Em relação ao comercial paper, denominado oficialmente como nota promissória para distribuição pública, assinale as afirmativas a seguir.

Item I – As sociedades limitadas podem emitir, para distribuição pública, nota promissória que confira a seus titulares direito de crédito contra a emitente.

Item II – O prazo de vencimento da nota promissória deve ser de, no máximo, 720 (setecentos e vinte) dias a contar da data de sua emissão, havendo, obrigatoriamente, apenas uma data de vencimento por série.

Item III – A oferta pública de distribuição de nota promissória está sujeita ao rito automático de registro quando destinada, exclusivamente, a investidores qualificados.

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os commercial papers.

Item I – correta. Resolução CVM nº 163/2002. Art. 2º As companhias e as sociedades limitadas podem emitir, para distribuição pública, nota promissória que confira a seus titulares direito de crédito contra a emitente, observadas as características dos títulos previstas nesta Resolução.

Item II – incorreto. Resolução CVM nº 163/2002. Art. 5º O prazo de vencimento da nota promissória deve ser de no máximo 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data de sua emissão, havendo, obrigatoriamente, apenas uma data de vencimento por série.

Item III – correto. Resolução CVM nº 163/2002. Art. 9º Quando destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos em regra específica, a oferta pública de distribuição de nota promissória: I – está sujeita ao rito automático de registro; e II – não requer a disponibilização de prospecto, mas de lâmina da oferta que siga o modelo e os requisitos de tópicos abordados na ordem apresentada no Anexo A.

QUESTÃO 73. Em relação ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), à Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), assinale a afirmativa correta.

a) A LCA e o CRA são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais e terceiros; o CDCA é vinculado a direitos creditórios originários de financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos usados na atividade agropecuária.

b) Os bancos cooperativos, as confederações de cooperativas de crédito e as cooperativas centrais de crédito, integrantes de sistemas cooperativos de crédito, podem usar, como lastro de CDCA de sua emissão, título de crédito representativo de repasse interfinanceiro realizado em favor de cooperativa singular de crédito do sistema, quando a totalidade dos recursos se destinar a apenas uma operação de crédito rural.

c) Com exceção do CRA, o Conselho Monetário Nacional poderá dispor acerca da emissão de CDCA ou de LCA com cláusula de correção pela variação cambial.

d) Em caso de emissão de CDCA, de LCA ou de CRA vinculados a uma ou mais Cédulas de Produto Rural (CPR), por pessoa jurídica que promova a primeira industrialização de produtos rurais, incidirá o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

e) O CDCA, a LCA e o CRA poderão ser emitidos com cláusula de correção pela variação cambial, desde que integralmente vinculados a direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata sobre títulos de crédito.

A alternativa A está incorreta. Na realidade, a Lei estabelece que tanto a LCA e a CRA, quanto o CDCA, são títulos de crédito vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. Art. 23, §1º, da lei 11.076/2004: § 1º Os títulos de crédito de que trata este artigo são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, a comercialização, o

beneficiamento ou a industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

A alternativa B está incorreta. Traz dispositivo legal revogado (parágrafo 2º, art. 23). Inclusive, a banca inverte o disposto na redação revogada, trocando LCA por CDCA.

A alternativa C está incorreta. O CRA não está excluída da disposição do §4º do art. 23 da Lei 11.076/2004 que prevê que o Conselho Monetário Nacional disporá acerca da emissão dos títulos de crédito com cláusula de correção pela variação cambial.

A alternativa D está incorreta. A única disposição contida na Lei atinente ao IOF trata da isenção do mesmo sobre as negociações do CDA e do WA.

A alternativa E está correta. É o que determina o §3º do art. 23 da Lei 11.076/2004: Art. 23 [...] § 3º Os títulos de crédito de que trata este artigo poderão ser emitidos com cláusula de correção pela variação cambial desde que integralmente vinculados a direitos creditórios com cláusula de correção na mesma moeda.

QUESTÃO 74. Uma sociedade anônima de nacionalidade norte-americana pretende realizar, no Brasil, oferta pública para aquisição do controle de companhia aberta brasileira. Considerando as disposições para a Oferta Pública de Ações (OPA) para este fim e seu procedimento na Lei de Sociedades por Ações, assinale a afirmativa correta.

a) Se o ofertante já é titular de ações votantes do capital da companhia, a oferta poderá ter por objeto o número de ações necessário para completar o controle, mas o ofertante deverá fazer prova, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), das ações de sua propriedade.

b) A oferta pública poderá ser feita sem a participação de instituição financeira que garanta o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante, desde que autorizada previamente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

c) O instrumento de oferta de compra deverá indicar o prazo de validade da oferta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

d) É facultado ao ofertante melhorar, sempre que for necessário, as condições de preço ou a forma de pagamento, desde que em porcentagem igual ou superior a 10% (dez por cento) e até 5 (cinco) dias antes do término do prazo da oferta.

e) Até a data inicial da oferta, o ofertante, a instituição financeira intermediá-la e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) devem manter sigilo sobre a oferta projetada, respondendo o infrator pelos danos que causar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a aquisição de controle mediante oferta pública.

A alternativa A está correta. É a literalidade do §3º do art. 257 da Lei das Sociedades Anônimas. Art. 257. A oferta pública para aquisição de controle de companhia aberta somente poderá ser feita com a participação de instituição financeira que garanta o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante. [...] § 3º Se o ofertante já for titular de ações votantes do capital da companhia, a oferta poderá ter por objeto o número de ações necessário para completar o controle, mas o ofertante deverá fazer prova, perante a Comissão de Valores Mobiliários, das ações de sua propriedade.

A alternativa B está incorreta. A oferta não pode ser feita sem a participação de instituição financeira que garanta o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante, ainda que autorizada previamente pela CVM. Lei das Sociedades Anônimas. Art. 257. A oferta pública para aquisição de controle de companhia aberta somente poderá ser feita com a participação de instituição financeira que garanta o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante.

A alternativa C está incorreta. O prazo de validade da oferta não poderá ser inferior a 20 dias, consoante o disposto no art. 258, V, da Lei das Sociedades Anônimas: Art. 258. O instrumento de oferta de compra, firmado pelo ofertante e pela instituição financeira que garante o pagamento, será publicado na imprensa e deverá indicar: “V - o prazo de validade da oferta, que não poderá ser inferior a 20 (vinte) dias;”.

A alternativa D está incorreta. O ofertante possui a faculdade de melhorar UMA VEZ as condições de preço ou forma de pagamento, e “sempre que for necessário”, conforme trouxe a assertiva. Ademais, o prazo para fazer isso é de até 10 dias antes do término do prazo da oferta, e não 5 dias. Art. 261. A aceitação da oferta deverá ser feita nas instituições financeiras ou do mercado de valores mobiliários indicadas no instrumento de oferta e os aceitantes deverão firmar ordens irrevogáveis de venda ou permuta, nas condições ofertadas, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 262. § 1º É facultado ao ofertante melhorar, uma vez, as condições de preço ou forma de pagamento, desde que em porcentagem igual ou superior a 5% (cinco por cento) e até 10 (dez) dias antes do término do prazo da oferta; as novas condições se estenderão aos acionistas que já tiverem aceito a oferta.

A alternativa E está incorreta. O sigilo deve ser mantido até a PUBLICAÇÃO DA OFERTA, e não “até a data inicial da oferta”, conforme disposto na redação da alternativa. Art. 260. Até a publicação da oferta, o ofertante, a instituição financeira intermediária e a Comissão de Valores Mobiliários devem manter sigilo sobre a oferta projetada, respondendo o infrator pelos danos que causar.

QUESTÃO 75. Em ação judicial proposta contra o Estado X, uma empresa consumidora de grande porte questionou a alíquota de ICMS de 25% aplicada sobre o consumo de energia elétrica, sob o argumento de que a energia elétrica é bem essencial e que a alíquota aplicada excede a incidente sobre as operações em geral (fixada no Estado X em 1896). O Estado X, por sua vez, defende que o princípio da seletividade é facultativo e que o consumo elevado da empresa justifica a tributação mais gravosa, em atenção à capacidade contributiva. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A adoção da seletividade no ICMS é obrigatória para todos os Estados e implica, necessariamente, a aplicação de alíquota reduzida sobre qualquer bem ou serviço essencial, independentemente da destinação.

b) A essencialidade da energia elétrica pode ser relativizada de acordo com o perfil do consumidor, de modo que o consumo de energia elétrica por empresas de grande porte pode ser tributado com alíquotas superiores às aplicadas nas operações em geral.

c) Se adotada a técnica da seletividade pelo legislador estadual, a aplicação de alíquotas maiores sobre serviços essenciais, como energia elétrica, é constitucional desde que prevista em lei complementar e justificada por razões fiscais ou distributivas.

d) A jurisprudência do STF admite que a eficácia da seletividade pode ser compensada pela concessão de benefícios fiscais, desde que a média das alíquotas respeite o teto nacional fixado pelo Senado Federal.

e) O princípio da seletividade no ICMS é facultativo, mas, uma vez adotado, impede a aplicação de alíquota superior à geral sobre bens ou serviços reconhecidamente essenciais, como energia elétrica e telecomunicações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre ICMS.

A alternativa A está incorreta. A adoção da seletividade no ICMS é facultativa e não obrigatória, conforme definido pelo STF no Tema 745 da Repercussão Geral (RE 714.139/SC). Tese: Adotada pelo legislador estadual a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços.

A alternativa B está incorreta. O STF, no julgamento do RE 714.139/SC determinou a essencialidade da energia elétrica e que esta não deve ser relativizada. EMENTA Recurso extraordinário. Repercussão geral. Tema nº 745. Direito tributário. ICMS. Seletividade. Ausência de obrigatoriedade. Quando adotada a seletividade, há necessidade de se observar o critério da essencialidade e de se ponderarem as características intrínsecas do bem ou do serviço com outros elementos. Energia elétrica e serviços de telecomunicação. Itens essenciais. Impossibilidade de adoção de alíquota superior àquela que onera as operações em geral. Eficácia negativa da seletividade. (RE 714139, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-049 DIVUL 14-03-2022 PUBLIC 15-03-2022).

A alternativa C está incorreta. Não podem ser estabelecidas alíquotas superiores àquelas que oneram as operações em geral, sobre serviços essenciais. EMENTA Recurso extraordinário. Repercussão geral. Tema nº 745. Direito tributário. ICMS. Seletividade. Ausência de obrigatoriedade. Quando adotada a seletividade, há necessidade de se observar o critério da essencialidade e de se ponderarem as características intrínsecas do bem ou do serviço com outros elementos. Energia elétrica e serviços de telecomunicação. Itens essenciais. Impossibilidade de adoção de alíquota superior àquela que onera as operações em geral. Eficácia negativa da seletividade. (RE 714139, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-049 DIVULG 14-03-2022 PUBLIC 15-03-2022).

A alternativa D está incorreta. Não há previsão da jurisprudência do STF nesse sentido.

A alternativa E está correta. É a literalidade da tese fixada pelo STF no Tema nº 745 da Repercussão Geral: Tese: Adotada pelo legislador estadual a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços. EMENTA Recurso extraordinário. Repercussão geral. Tema nº 745. Direito tributário. ICMS. Seletividade. Ausência de obrigatoriedade. Quando adotada a seletividade, há necessidade de se observar o critério da essencialidade e de se ponderarem as características intrínsecas do bem ou do serviço com outros elementos. Energia elétrica e serviços de telecomunicação. Itens essenciais. Impossibilidade de adoção de alíquota superior àquela que onera as operações em geral. Eficácia negativa da seletividade. (RE 714139, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-12-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-049 DIVULG 14-03-2022 PUBLIC 15-03-2022).

QUESTÃO 76. O Município X realizou, em janeiro de 2015, o lançamento do IPTU relativo ao exercício daquele ano, com vencimento em 15 de março de 2015. Caio, todavia, não efetuou o pagamento, nem manifestou interesse em parcelar o valor do IPTU. Em 2017, por meio de decreto municipal, a Administração Pública municipal efetuou o parcelamento de ofício de todos os débitos tributários pendentes com valor inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), inclusive o débito do IPTU de Caio. Em abril de 2022, o Município ajuizou execução fiscal, em face de Caio, referente ao débito do IPTU do exercício de 2015. Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) O parcelamento de ofício interrompeu o prazo prescricional da cobrança judicial do IPTU, que voltou a correr por novo quinquênio a partir daquela data.

b) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do IPTU se iniciou no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação, estando, portanto, o crédito prescrito em março de 2020.

c) O crédito tributário não está prescrito, pois o prazo prescricional começa a correr apenas com a constituição definitiva do crédito, o que se deu com a inclusão da dívida em programa de parcelamento, ocorrida em 2017.

d) O parcelamento de ofício suspende a exigibilidade do crédito, não estando, portanto, prescrito o crédito quando do ajuizamento da execução.

e) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do IPTU se iniciou no dia seguinte à data do recebimento do carnê pelo contribuinte, estando, portanto, o crédito tributário prescrito em janeiro de 2020.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre IPTU.

A alternativa A está incorreta. O parcelamento de ofício não interrompe a contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu. Item II da Tese Firmada no Tema Repetitivo 980 do STJ: (i) O termo

inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu.

A alternativa B está correta. É a exata previsão do Item I da Tese Firmada no Tema Repetitivo 980 do STJ: (i) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu.

A alternativa C está incorreta. A inclusão no programa de parcelamento, como visto, não é causa interruptiva da prescrição.

A alternativa D está incorreta. O crédito está prescrito uma vez que o parcelamento de ofício não é causa interruptiva de prescrição.

A alternativa E está incorreta. O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial se inicia no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação e não da data do recebimento do carnê pelo contribuinte. (Inteligência do Tema 980 do STJ).

QUESTÃO 77. Uma sociedade empresária do ramo metalúrgico, regularmente inscrita no Regime Geral de Previdência Social, foi autuada pela Receita Federal do Brasil por deixar de recolher a contribuição previdenciária patronal incidente sobre valores pagos a seus empregados a título de adicional de insalubridade. Considerando a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) O adicional de insalubridade possui natureza indenizatória, não se submetendo à incidência da contribuição previdenciária patronal.

b) O adicional de insalubridade integra a remuneração do empregado e, por possuir natureza remuneratória, está sujeito à incidência da contribuição previdenciária patronal.

c) O adicional de insalubridade, por ser vinculado à condição adversa no ambiente de trabalho, configura compensação financeira por risco ocupacional e é isento das contribuições previdenciárias.

d) Não há incidência do tributo sobre o adicional de insalubridade, pois somente as verbas expressamente previstas em lei podem ser incluídas na base de cálculo da contribuição previdenciária patronal.

e) Ao contrário do imposto sobre a renda, a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas ao empregado independe da natureza jurídica da parcela, alcançando inclusive aquelas de natureza exclusivamente indenizatória, como o adicional de insalubridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Contribuição Previdenciária Patronal.

A alternativa A está incorreta. O Tema 1.252 do STJ definiu que incide a contribuição previdenciária patronal sobre o adicional de insalubridade, em razão da sua natureza remuneratória. Portanto, a alternativa se equivoca ao estabelecer como de natureza indenizatória o adicional de insalubridade. Tese Firmada: Incide a Contribuição Previdenciária patronal sobre o Adicional de Insalubridade, em razão da sua natureza remuneratória.

A alternativa B está correta. É exatamente a tese firmada pelo STJ no Tema 1.252: Incide a Contribuição Previdenciária patronal sobre o Adicional de Insalubridade, em razão da sua natureza remuneratória.

A alternativa C está incorreta. Como vimos, não é isento das contribuições previdenciárias, por possuir natureza remuneratória (Tema 1.252/STJ).

A alternativa D está incorreta. Há incidência da contribuição previdenciária patronal, conforme definido pelo STJ no Tema 1.252/STJ.

A alternativa E está incorreta. A alternativa possui dois erros: (1) apenas verbas de da natureza jurídica remuneratória (salarial) servirão para fins de incidência da contribuição previdenciária; (2) na parte final, o adicional de insalubridade foi considerado como de natureza indenizatória, porém, conforme Tema 1.252 do STJ esta verba tem natureza remuneratória.

QUESTÃO 78. Em investigação de grande repercussão, o Ministério Público Federal (MPF) celebrou acordo de colaboração premiada com diversos investigados, resultando na devolução voluntária de bens, valores e ativos obtidos ilicitamente. O MPF propôs, no próprio termo de colaboração, a destinação dos valores restituídos a um fundo regional de educação e à estrutura de combate à corrupção da própria instituição. O Juízo homologou o acordo nos termos propostos. Destaca-se que inexistente expressa e específica previsão legal quanto à destinação das receitas aqui citadas. Sobre a hipótese narrada, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A destinação dos valores a projetos públicos definidos no acordo é válida por analogia à regra do Código Penal, que autoriza a restituição do produto do crime ao ofendido.

b) A aplicação imediata dos valores devolvidos diretamente a projetos do MPF é compatível com sua autonomia financeira, desde que haja previsão orçamentária em rubrica interna própria e homologação judicial.

c) A participação do MPF no processo orçamentário constitucional inclui iniciativas orçamentárias irrestritas, materializada pela autonomia administrativa e financeira a ele conferida pela Constituição Federal.

d) A destinação direta de receitas públicas recuperadas por meio de colaboração premiada viola o princípio da universalidade orçamentária, pois retira tais ingressos da apreciação legislativa e da consolidação das receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual.

e) A destinação de valores oriundos de acordos de colaboração premiada é matéria afeta exclusivamente ao Poder Judiciário e ao MPF, em razão de natureza extrapatrimonial e excepcional desses recursos, o que dispensa o processo legislativo orçamentário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Destinação de Receitas Públicas.

A alternativa A está incorreta. A destinação desses valores a projetos públicos, por definição no acordo, não é válida, uma vez que, restou definido na ADPF 569/STF a vedação expressa à destinação diversa da prevista no art. 91 do Código Penal (à União). Esta vedação é para garantir que essas receitas se sujeitem à apropriação somente após o devido processo orçamentário constitucional. ADPF 569: 5. Medida Cautelar confirmada. Arguição parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada parcialmente procedente para, conferindo interpretação conforme ao art. 91, II, “b”, do Código Penal; ao art. 4º, IV, da Lei 12.850/2013; e ao art. 7º, I e § 1º, da Lei 9.613/1998, assentar que, não havendo previsão legal específica acerca da destinação de receitas derivadas provenientes de sistemas normativos de responsabilização pessoal, a qual vincula os órgãos jurisdicionais no emprego de tais recursos, tais ingressos, como aqueles originados de acordos de colaboração premiada, devem observar os estritos termos do art. 91 do Código Penal, sendo destinados, à míngua de lesados e de terceiros de boa-fé, à União, para sujeitarem-se à apropriação somente após o devido processo orçamentário constitucional, vedando-se sua distribuição de maneira diversa, seja por determinação ou acordo firmado pelo Ministério Público, seja por ordem judicial, excetuadas as previsões legais específicas.

A alternativa B está incorreta. Como visto no comentário da Letra A, não há autonomia nestes casos. A destinação da receita deve observar os estritos termos do art. 91 do Código Penal que as destina à União.

A alternativa C está incorreta. A participação do MPF no processo orçamentário constitucional não inclui iniciativas orçamentárias irrestritas, conforme previsto na ADPF 569/STF.

A alternativa D está correta. De fato, restou decidido na ADPF 569/STF que a destinação direta das receitas públicas que são recuperadas por meio de colaboração premiada viola o princípio da universalidade orçamentária, exigindo que tais receitas passem pelo devido processo orçamentário constitucional. ADPF 569: 5. Medida Cautelar confirmada. Arguição parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada parcialmente procedente para, conferindo interpretação conforme ao art. 91, II, “b”, do Código Penal; ao art. 4º, IV, da Lei 12.850/2013; e ao art. 7º, I e § 1º, da Lei 9.613/1998, assentar que, não havendo previsão legal específica acerca da destinação de receitas derivadas provenientes de sistemas normativos de responsabilização pessoal, a qual vincula os órgãos jurisdicionais no emprego de tais recursos, tais ingressos, como aqueles originados de acordos de colaboração premiada, devem observar os estritos termos do art. 91 do Código Penal, sendo destinados, à míngua de lesados e de terceiros de boa-fé, à União, para sujeitarem-se à apropriação somente após o devido processo orçamentário constitucional, vedando-se sua distribuição de maneira diversa, seja por determinação ou acordo firmado pelo Ministério Público, seja por ordem judicial, excetuadas as previsões legais específicas.

A alternativa E está incorreta. A ADPF 569/STF expressamente prevê a exigência de que a apropriação seja feita após o devido processo orçamentário constitucional.

QUESTÃO 79. O Estado Beto editou norma para incluir, entre as condutas vedadas por lei e sujeitas à multa por infração administrativa ambiental, a prática de rinha de galos, fixando como incursos nas multas ali previstas os participantes envolvidos no evento, neles incluídos os criadores que pratiquem a atividade em benefício da rinha de galos.

A respeito da legislação citada, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) É inconstitucional, porque, apesar de a lei ser materialmente compatível com a Constituição, por vedar forma de submissão de animais a atos de crueldade, há incompatibilidade formal com a Constituição, por violação da competência legislativa municipal para legislar sobre temas de interesse local.

b) É inconstitucional, porque, apesar de a lei ser formalmente compatível com a Constituição, pela competência estadual concorrente para legislar sobre fauna, há inconstitucionalidade material por violação ao princípio da proporcionalidade e da livre iniciativa, pois a lei estadual presume a responsabilidade objetiva dos criadores apenas em razão da atividade desenvolvida.

c) É constitucional, porque a norma estadual foi editada no regular exercício de competência estadual concorrente para legislar sobre fauna, conservação da natureza e proteção do meio ambiente e de sua competência comum para proteger o meio ambiente; ademais, a lei concretiza a proteção jurídico- constitucional referente à vedação, em cláusula genérica, a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade.

d) É constitucional, porque a norma estadual foi editada no regular exercício de competência estadual concorrente com o Município (mas não com a União) para legislar sobre fauna e conservação da natureza e garante, de forma mais protetiva, a proteção jurídico-constitucional referente à vedação a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade.

e) É inconstitucional, porque apesar de a lei ser materialmente compatível com a Constituição, por vedar forma de submissão de animais a atos de crueldade, há incompatibilidade formal com a Constituição, por violação da competência legislativa federal para legislar, de forma geral, sobre proteção à fauna.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Trata-se de entendimento do STF veiculado no Informativo 1152.

A alternativa A está incorreta. A norma é constitucional. A Constituição Federal, em seu art. 24, VI, estabeleceu a competência legislativa ambiental concorrente. Outrossim, atribuiu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a competência administrativa comum de proteção ao meio ambiente e controle da poluição (art. 23, VI, CF/88). Ademais, previu a proibição da submissão de animais a atos de crueldade (art. 225, § 1º, VII, CF/88).

A alternativa B está incorreta. A referida norma é constitucional, pois respeita as regras de repartição de competência e concretiza a proteção referente à vedação, em cláusula genérica, a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade (art. 225, § 1º, VII, CF/88).

A alternativa C está correta. Trata-se de entendimento do STF veiculado no Informativo 1152. Veja-se: “É constitucional norma estadual que, ao instituir o Código de Proteção aos Animais, proíbe a prática de rinha de galos e fixa multas a todos os participantes envolvidos no evento, independentemente da responsabilidade civil e penal individualmente imputável a cada um, — pois respeita as regras de repartição de competência e concretiza a proteção referente à vedação, em cláusula genérica, a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade (art. 225, § 1º, VII, CF/88) — STF. Plenário. ADI 7.056/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 30/09/2024 (Info 1152)”.

A alternativa D está incorreta. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre fauna, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI, CF/88).

A alternativa E está incorreta. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre fauna, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI, CF/88).

QUESTÃO 80. A sociedade empresária Alfa foi responsável por dano ambiental consistente em desmatamento ilegal, praticado em 2015. O Ministério Público ajuizou ação civil pública, no bojo da qual sobreveio sentença transitada em julgado, em 2018, que condenou Alfa à reparação de dano. Na fase de cumprimento de sentença, foi proferida, em 2019, decisão, já preclusa, que converteu a obrigação de reparar o dano (obrigações de fazer) em indenização por perdas e danos, diante de peculiaridades locais que inviabilizaram a reparação in natura. Somente este mês, o MP requereu judicialmente a execução da obrigação de pagar o valor da citada indenização. A sociedade empresária Alfa, entretanto, requereu o reconhecimento da prescrição intercorrente na execução.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o magistrado

a) não deve reconhecer a prescrição, pois se aplica o prazo decenal previsto no Código Civil para reger a prescrição intercorrente.

b) deve reconhecer a prescrição, pois há imprescritibilidade para pretensão executória da obrigação de reparar o dano ambiental e não da pretensão intercorrente da obrigação de pagar.

c) não deve reconhecer a prescrição, pois a conversão da obrigação de reparar em perdas e danos não altera o caráter imprescritível da pretensão, tendo em vista a natureza do direito fundamental tutelado.

d) deve reconhecer a prescrição, pois há imprescritibilidade para pretensão da obrigação de reparar o dano ambiental no bojo de um processo de conhecimento, mas aplica-se a prescrição quinquenal na fase de execução.

e) deve reconhecer a prescrição, pois a natureza transindividual, transgeracional e indisponível do bem jurídico protegido fundamenta a imprescritibilidade tanto da pretensão reparatória quanto da pretensão executória reparatória, mas não afasta o reconhecimento da prescrição intercorrente a partir da data da decisão preclusa de conversão da reparação dos danos em obrigação de pagar indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme entendimento do STF, considerando o caráter transindividual, transgeracional e indisponível do bem jurídico protegido, é imprescritível a pretensão executória referente a título executivo judicial que reconhece a obrigação de reparação do dano ambiental, mesmo após a conversão da obrigação em prestação pecuniária. Nesse sentido: É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos. STF. Plenário. ARE 1.352.872/SC, Rel. Min. Cristiano Zanin, julgado em 31/03/2025 (Repercussão Geral – Tema 1.194) (Info 1171). As demais alternativas encontram-se incorretas. Conforme exposto acima, trata-se de pretensão imprescritível, não sendo aplicável a prescrição intercorrente.

QUESTÃO 81. Dispõe a Lei no 9.605/98: Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no Art. 69: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; V - destruição ou inutilização do produto; VI - suspensão de venda e fabricação do produto; VII - embargo de obra ou atividade; VIII - demolição de obra; IX - suspensão parcial ou total de atividades; X - [VETADO] XI - restritiva de direitos.

Sobre a responsabilidade administrativa por infração ambiental, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei no 9.605/1998, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência.

b) Há hierarquia entre as penalidades administrativas por descumprimento da legislação e de regulamentos ambientais previstas no Art. 72 da Lei no 9.605/1998.

c) O aspecto decisivo eleito pela lei para balizar a cominação das sanções administrativas por infrações ambientais foi, aprioristicamente, a capacidade econômica do infrator, e não a gravidade do fato.

d) Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-á aplicada apenas a mais grave e, não cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

e) A multa simples não pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme entendimento sedimentado do STJ, “A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei n. 9.605/1998, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência (Tema Repetitivo 1159).

A alternativa B está incorreta. Não há hierarquia entre as penalidades administrativas por descumprimento da legislação e de regulamentos ambientais previstas no art. 72 da Lei n. 9.605/1998.

A alternativa C está incorreta. O aspecto decisivo eleito pela lei para balizar a cominação das sanções administrativas por infrações ambientais foi, aprioristicamente, a gravidade do fato.

A alternativa D está incorreta. Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas (art. 72, § 1º, Lei 9605/98).

A alternativa E está incorreta. A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente (art. 72, § 4º, Lei 9605/98).

QUESTÃO 82. Quanto ao uso de fogo na vegetação, o Código Florestal (Lei n' 12.651/2012) prevê a regra da vedação e as situações de exceção. Sobre essas situações, avalie as afirmativas a seguir.

I. Em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.

II. O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo.

III. Apenas para acessar áreas de risco, para salvaguardar a vida e a integridade física das pessoas, sendo ilegal qualquer outra forma de queima controlada.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Estão corretos os itens I e II. A regra geral de proibição do uso de fogo na vegetação encontra previsão no art. 38 do Código Florestal.

O item I está correto. Código Florestal, art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.

O item II está correto. Código Florestal, art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo.

O item III está incorreto. Não se trata da única exceção. Veja-se: Código Florestal, Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle; II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo; III - atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, mediante prévia aprovação do órgão ambiental competente do Sisnama.

QUESTÃO 83. Após a distribuição de uma complexa demanda envolvendo a sociedade de economia mista XYZ, integrante da Administração Pública Indireta do Estado do Ceará, João, Juiz de Direito, buscou, junto à legislação de regência, informações precisas que verssem sobre a estrutura das estatais em geral.

De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição e o funcionamento do Conselho de Administração devem observar o número mínimo de sete e o número máximo de onze membros.

III. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

III. Requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de três diretores.

À luz das disposições da Lei nº 13.303/2016, a lei que autorizar a criação da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá dispor sobre as diretrizes e restrições a serem consideradas na elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016).

O Item I está correto. A Lei das Estatais determina que a lei autorizadora da criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista deve dispor sobre as diretrizes do Conselho de Administração, que deve ser composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 11 (onze) membros (art. 13, I).

O Item II está correto. A legislação estabelece que o prazo de gestão tanto para os membros do Conselho de Administração quanto para os diretores deve ser unificado e não pode ultrapassar 2 (dois) anos. Além disso, permite um máximo de 3 (três) reconduções consecutivas para esses cargos (art. 13, IV).

O Item III está correto. A lei também exige a definição de requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, estipulando que a diretoria deve ser composta por, no mínimo, 3 (três) diretores (art. 13, II).

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C, e D estão incorretas.

QUESTÃO 84. Após tomar posse no cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Guilherme participou de um seminário sobre o conteúdo da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Sobre as prerrogativas dos Magistrados, considerando as disposições da Lei Complementar nº 35/1979, analise as afirmativas a seguir.

I. Não ser preso senão por ordem escrita do Tribunal ou do Órgão Especial competente para o julgamento, salvo em flagrante de crime contra a Administração Pública, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do magistrado ao Presidente do Tribunal a que esteja vinculado.

II. Ser recolhido a prisão especial, ou a sala especial de Estado- Maior, por ordem e à disposição do Tribunal ou do órgão especial competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final.

III. Ser ouvido como testemunha em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade ou juiz de instância igual ou inferior.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.**
- b) I e II, apenas,**
- c) I e III, apenas.**
- d) II e III, apenas.**
- e) I, II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Magistratura (Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN).

O Item I está incorreto. A prerrogativa de não ser preso, senão por ordem escrita do Tribunal ou Órgão Especial, tem como exceção o flagrante de crime inafiançável: “Art. 33 - São prerrogativas do magistrado: [...] II - não ser preso senão por ordem escrita do Tribunal ou do Órgão Especial competente para o julgamento, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do magistrado ao Presidente do Tribunal a que esteja vinculado”.

O Item II está correto. É prerrogativa do magistrado ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior quando sujeito à prisão antes do julgamento final, por ordem e à disposição do tribunal competente (art. 33, III).

O Item III está correto. A LOMAN assegura ao magistrado a prerrogativa de ser ouvido como testemunha em dia, hora e local que sejam previamente ajustados com a autoridade ou juiz de instância igual ou inferior (art. 33, I).

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 85. O Ministério Público do Estado do Ceará ingressou com ação de improbidade administrativa em face de Caio, Lucas, Matheus e João, servidores públicos, os quais, agindo com dolo, teriam frustrado, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefícios próprios indiretos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

a) O Juiz, oferecidas as contestações e, se for o caso, ouvido o autor, procederá ao julgamento conforme o estado do processo, observada a eventual inexistência manifesta do ato de improbidade, vedado o desmembramento do litisconsórcio.

b) A propositura da ação de improbidade administrativa prevenirá a competência do Juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

c) As partes poderão requerer ao Juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a sessenta dias, havendo a possibilidade de solução consensual.

d) Se a petição inicial estiver em devida forma, o Juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo sucessivo de quinze dias.

e) Caberá agravo de instrumento das decisões interlocutórias, salvo da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelos réus em suas contestações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

A alternativa A está incorreta. A Lei de Improbidade Administrativa prevê expressamente a possibilidade de o juiz desmembrar o litisconsórcio para otimizar a instrução processual: “Art. 17 (...) § 10-B. Oferecida a contestação e, se for o caso, ouvido o autor, o juiz: [...] II - poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual”.

A alternativa B está correta. Conforme disposto na Lei nº 8.429/1992, a propositura da ação de improbidade administrativa previne, de fato, a competência do Juízo para todas as ações que venham a ser intentadas posteriormente e que tenham a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto: “Art. 17 [...] § 5º A propositura da ação a que se refere o caput deste artigo prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto”.

A alternativa C está incorreta. Embora as partes possam requerer a interrupção do prazo para a contestação em caso de possível solução consensual, o prazo máximo para essa interrupção é de 90 (noventa) dias, e não de sessenta, como afirmado: “Art. 17 (...) § 10-A. Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.”.

A alternativa D está incorreta. Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz ordenará a citação dos requeridos para que contestem no prazo comum de 30 (trinta) dias, conforme o Art. 17, § 7º da Lei nº 8.429/1992, e não no prazo sucessivo de quinze dias.

A alternativa E está incorreta. A Lei de Improbidade Administrativa estabelece que: “Art. 17 [...] § 9º-A Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento”.

QUESTÃO 86. Na interpretação de normas sobre gestão pública, em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, serão considerados os obstáculos e as dificuldades

reais do gestor e as exigências das políticas públicas para seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

() Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

() As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-F.

b) V-F-V.

c) V-V-V.

d) F-V-V.

e) V-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

O Item I está correto. A LINDB determina que, em decisões sobre a regularidade da conduta de um agente ou a validade de atos e contratos administrativos, devem ser consideradas as circunstâncias práticas que impuseram, limitaram ou condicionaram a sua ação (art. 22, §1º).

O Item II está correto. Na aplicação de sanções, a lei exige que sejam ponderadas a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à administração, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e os antecedentes do agente (art. 22, §2º).

O Item III está correto. A LINDB estabelece que as sanções já aplicadas a um agente por um determinado fato devem ser levadas em conta na dosimetria de outras sanções de mesma natureza que se refiram ao mesmo fato, evitando o bis in idem (art. 22, §3º).

QUESTÃO 87. O Estado do Ceará publicou edital de licitação visando à celebração de uma parceria público-privada, na modalidade patrocinada. Interessada em participar do referido processo licitatório, a entidade privada Alfa, por meio de seus advogados, consultou a legislação de regência, para conhecer os regramentos aplicáveis ao futuro contrato administrativo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, o contrato de parceria público-privada não deverá prever

a) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução dos custos da operação, em razão da eficiência implementada na prestação dos serviços.

b) a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

c) as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, e às obrigações assumidas.

d) os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia.

e) a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004).

A alternativa A está correta. O contrato de PPP não deverá prever o compartilhamento de ganhos decorrentes da redução de custos operacionais. A lei prevê, especificamente no Art. 5º, IX, o compartilhamento de ganhos econômicos efetivos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos, que é uma hipótese diferente daquela mencionada na alternativa. Vejamos: “Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever: [...] IX – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado”.

A alternativa B está incorreta. O contrato de PPP deve prever a vistoria dos bens reversíveis e a possibilidade de o poder público reter pagamentos para reparar irregularidades, conforme o Art. 5º, X, da Lei nº 11.079/2004.

A alternativa C está incorreta. O contrato deve, obrigatoriamente, prever as penalidades aplicáveis às partes em caso de inadimplemento, de forma proporcional à falta cometida, de acordo com o Art. 5º, II, da Lei nº 11.079/2004.

A alternativa D está incorreta. É cláusula necessária do contrato a que estabelece os fatos que caracterizam a inadimplência pecuniária do parceiro público e a forma de acionamento das garantias, conforme o Art. 5º, VI, da Lei nº 11.079/2004.

A alternativa E está incorreta. A repartição de riscos entre as partes, incluindo caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária, é um dos elementos essenciais e obrigatórios do contrato de PPP, conforme o Art. 5º, III, da Lei nº 11.079/2004.

QUESTÃO 88. Após à observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, a autoridade competente do Estado do Ceará aplicou, em detrimento da sociedade empresária Alfa, a penalidade consistente na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Em face da decisão proferida, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de vinte dias úteis, contado do seu recebimento.

() O pedido de reconsideração, por não ter natureza jurídica de recurso hierárquico próprio, não faz jus ao efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

() Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-F.

b) V-F-V.

c) F-F-F.

d) F-V-V.

e) V-V-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Licitações (Lei nº 14.133/2021).

O Item I está correto. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que, contra a sanção de declaração de inidoneidade, caberá apenas pedido de reconsideração. O prazo para apresentação é de 15 dias úteis e o prazo para decisão é de 20 dias úteis (art. 167).

O Item II está incorreto. A lei é explícita ao determinar que tanto o recurso quanto o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo sobre a decisão até a manifestação final da autoridade competente. (art. 168)

O Item III está correto. A legislação determina que a autoridade competente, ao elaborar suas decisões sancionatórias, será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico para dirimir dúvidas e obter as informações necessárias (art. 168, parágrafo único).

QUESTÃO 89. Ao estruturar uma política pública direcionada a grupos que historicamente ocupavam uma posição de inferioridade no ambiente sociopolítico, discutiu-se, no Poder Executivo do Município Alfa, a importância da teoria do impacto desproporcional na perspectiva do Direito Antidiscriminação e das Ações Afirmativas passíveis de serem promovidas.

Ao fim das discussões, concluiu-se corretamente que, de acordo com a referida teoria,

a) o ônus desproporcional gerado pela igualdade formal pode legitimar o tratamento diferenciado do grupo aquinhoadado com o tratamento diferenciado.

b) a discriminação reversa não pode gerar, para o grupo preterido, não excluído, um ônus superior aos benefícios a serem obtidos com a ação afirmativa.

c) as políticas públicas devem estar lastreadas em uma correspondência biunívoca entre igualdade formal e material, de modo a evitar oscilações desproporcionais.

d) a construção da igualdade material não pode acarretar ônus excessivo aos Poderes constituídos, que também devem fomentar iniciativas no âmbito da própria sociedade.

e) as ações afirmativas que não atendam aos requisitos da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito devem ser reavaliadas durante o ciclo das Políticas Públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da teoria do impacto desproporcional.

A alternativa A está correta. De acordo com a teoria do impacto desproporcional (também chamada de discriminação indireta), normas ou práticas aparentemente neutras podem causar efeitos negativos desproporcionais sobre determinados grupos vulneráveis. Nesse cenário, a igualdade formal, ao tratar todos de maneira idêntica, pode acabar reproduzindo ou agravando desigualdades reais. Assim, para garantir a igualdade material, o ordenamento jurídico pode legitimar tratamentos diferenciados por meio de ações afirmativas. A alternativa reflete corretamente esse raciocínio, ao reconhecer que o ônus gerado por uma igualdade meramente formal pode justificar medidas compensatórias voltadas ao grupo prejudicado.

A alternativa B está incorreta. Baseia-se na ideia de “discriminação reversa” e em uma comparação de ônus entre grupos, o que não é critério válido no Direito Antidiscriminação. Desvia-se da teoria do impacto desproporcional.

A alternativa C está incorreta. A alternativa pressupõe correspondência exata entre igualdade formal e material, o que contraria o fundamento das ações afirmativas, criadas justamente para corrigir efeitos desiguais de normas aparentemente neutras.

A alternativa D está incorreta. A alternativa relativiza o dever do Estado ao condicionar a igualdade material à ausência de ônus. Isso contraria os princípios constitucionais da igualdade e da justiça social.

A alternativa E está incorreta. Embora a alternativa mencione critérios válidos, não responde à questão, que trata da teoria do impacto desproporcional, e por isso está fora do escopo do enunciado.

QUESTÃO 90. João, Juiz de Direito de segunda entrância do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, que faz parte do primeiro quinto da lista de antiguidade, tomou conhecimento de que o Magistrado titular da 2ª Vara Cível da Comarca Beta tinha sido removido, estando vago o respectivo órgão jurisdicional, que integra a entrância especial.

Em razão do seu interesse em ocupar o referido órgão, João consultou a sistemática vigente em relação à possibilidade de se oferecer para a promoção, bem como em relação aos requisitos a serem atendidos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a conclusão a que João chegou.

- a) A remoção somente deve anteceder a promoção no critério de merecimento.**
- b) A promoção somente deve anteceder a remoção no critério de merecimento.**
- c) A promoção somente deve anteceder a remoção caso o critério seja a antiguidade, sendo a antiguidade aferida em todas as entrâncias.**
- d) A remoção deve anteceder a promoção, tanto no critério de antiguidade como no de merecimento, sendo a antiguidade aferida na entrância do interessado.**
- e) A promoção, no critério de antiguidade ou no de merecimento, deve anteceder a remoção em qualquer hipótese, sendo a antiguidade aferida em todas as entrâncias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da ordem de prioridade entre remoção e promoção na magistratura.

A alternativa A está incorreta. A alternativa inverte a ordem correta, já que a remoção sempre precede a promoção, independentemente do critério adotado, conforme a Emenda Constitucional 45/2004 e a ADI 6609 do STF.

A alternativa B está incorreta. Ao estabelecer que a promoção deve preceder a remoção, contraria a regra constitucional e o entendimento do STF, que conferem prioridade à remoção em qualquer critério.

A alternativa C está incorreta. A alternativa condiciona a precedência da promoção ao critério da antiguidade e sugere que a antiguidade é aferida em todas as entrâncias, o que não é correto. A antiguidade deve ser aferida na entrância do magistrado, e a remoção precede a promoção.

A alternativa D está correta. De acordo com o entendimento do STF na ADI 6609, após a EC nº 45/2004, a remoção de magistrado na mesma entrância tem primazia sobre a promoção para outra entrância, independentemente do critério (merecimento ou antiguidade). Além disso, a antiguidade é aferida na entrância do interessado, conforme previsão constitucional.

A alternativa C está incorreta. Ao afirmar que a promoção tem precedência sobre a remoção em qualquer hipótese, contraria a Emenda Constitucional 45/2004 e a jurisprudência do STF que estabelecem a primazia da remoção.

QUESTÃO 91. Em uma relação processual, instaurou-se um debate em relação ao sentido a ser atribuído a determinada norma na perspectiva da lógica do razoável.

Foram apresentados três argumentos que, de acordo com o autor, decorreriam do uso desse método de interpretação:

I. Os métodos clássicos de interpretação devem direcionar, mas não exaurir, a atuação do intérprete, que não pode descurar do justo no caso concreto, devendo complementá-los com a lógica do razoável.

II. O julgamento pelo Poder Judiciário importa em um juízo cognoscitivo, não estimativo.

III. A sentença enuncia um juízo normativo, realizado a partir de pontos de vista valorativos.

Ao analisar os argumentos, o Juiz de Direito observou corretamente, em relação à sua compatibilidade com a lógica do razoável, que

a) todos são compatíveis.

b) apenas o argumento I é compatível.

c) apenas o argumento III é compatível.

d) apenas os argumentos I e III são compatíveis.

e) apenas os argumentos II e III são compatíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da lógica do razoável na interpretação jurídica.

O item I está correto. De fato, os métodos clássicos de interpretação devem orientar, mas não esgotar a atuação do intérprete, que precisa também considerar o justo e o razoável no caso concreto.

O item II está incorreto. O julgamento pelo Poder Judiciário não é apenas um juízo cognoscitivo; ele envolve também juízos valorativos, o que está em desacordo com a lógica do razoável.

O item III está correto. De fato, a sentença enuncia um juízo normativo que incorpora pontos de vista valorativos, compatível com a lógica do razoável.

QUESTÃO 92. Durante o processo de discussão de uma política pública a ser implementada em determinado ente federativo, um dos presentes questionou os demais em relação ao comprometimento da referida política, na perspectiva da formação de agenda e das medidas a serem adotadas, com a denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Um dos presentes respondeu, corretamente, que o comprometimento estava presente porque

a) foram observados os objetivos de desenvolvimento do milênio instituídos pela Agenda 2030.

b) foi concretizada a igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas, o que deve nortear todos os objetivos e metas.

c) foi adotada uma visão prospectiva da igualdade, desprendendo-se da fase primária retratada nos objetivos de desenvolvimento do milênio.

d) foram seguidos os novos objetivos e as novas metas que entraram em vigor em 2020, os quais orientarão as decisões a serem tomadas nos 15 (quinze) anos subsequentes.

e) foi observado o fio comum de desenvolvimento a ser alcançado entre os países, de modo que a especificidade de cada qual ceda a uma visão holística e geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do compromisso das políticas públicas com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A alternativa A está incorreta. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são anteriores à Agenda 2030 e foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A alternativa B está correta. De fato, o ODS 5 da Agenda 2030 trata especificamente da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas, destacando que essa meta deve ser promovida em todos os níveis da sociedade. Portanto, ao incluir essa preocupação, a política pública demonstra compromisso com a Agenda 2030.

A alternativa C está incorreta. A Agenda 2030 amplia os ODM, não rompe completamente com eles.

A alternativa D está incorreta. Os objetivos da Agenda 2030 entraram em vigor em 2016, não em 2020.

A alternativa E está incorreta. A Agenda 2030 valoriza as especificidades nacionais, não impondo uma visão única e geral a todos os países.

QUESTÃO 93. Joana, Maria e Antônio realizaram um debate a respeito de alguns aspectos afetos ao conceito de Direito em H. L.A. Hart. Joana sustentou que o Direito apresentaria um modelo complexo, sendo a união de regras primárias e secundárias, caracterizadas as últimas não pela imposição de obrigações, mas pela criação de Poderes. De acordo com Maria, o mundo pré-jurídico era caracterizado pela inclusão das regras secundárias no sistema. Por fim, Antônio defendeu que a validade das regras jurídicas é influenciada pela regra de reconhecimento.

Em relação às assertivas de Joana, Maria e Antônio, considerando os alicerces teóricos da doutrina de H. L. A. Hart, é correto afirmar que

- a) todas estão certas.
- b) apenas Joana está certa.
- c) apenas Maria está certa.
- d) apenas Joana e Antônio estão certas.
- E) apenas Maria e Antônio estão certas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da teoria do Direito de H. L. A. Hart.

A alternativa A está incorreta. Maria comete um equívoco ao afirmar que o mundo pré-jurídico era caracterizado pela presença de regras secundárias. Segundo Hart, nesse estágio só existiam regras primárias.

A alternativa B está incorreta. Embora Joana esteja certa, Antônio também está correta. Logo, a alternativa que diz que apenas Joana está certa está incompleta.

A alternativa C está incorreta. Maria erra ao afirmar que o mundo pré-jurídico já contava com regras secundárias, o que não condiz com a teoria de Hart.

A alternativa D está correta. Joana acerta ao afirmar que o Direito é formado pela união de regras primárias (que impõem deveres) e secundárias (que conferem poderes, como as regras de alteração, adjudicação e reconhecimento). Antônio também está certo ao apontar que a regra de reconhecimento é o critério utilizado para verificar a validade das normas jurídicas dentro do sistema proposto por Hart.

A alternativa E está incorreta. Embora Antônio esteja certo, Maria está equivocada, conforme já explicado.

QUESTÃO 94. No Estado do Ceará, os Municípios X, Y e Z são contíguos entre si, mas apenas X possui Comarca implantada, sendo os demais qualificados como Comarcas Vinculadas. Acresça-se que X conta com duas unidades jurisdicionais implantadas.

Sobre a hipótese, à luz da Lei Estadual nº 16.397/2017, assinale a afirmativa correta.

- a) Compete à unidade jurisdicional da Comarca X com menor acervo absorver os processos oriundos de Y e Z.
- b) O Juiz titular com menor antiguidade na Comarca X será designado para cumular as Comarcas Vinculadas Y e Z.
- c) Os atos processuais que exijam o comparecimento em Juízo de pessoas residentes em Y e Z serão realizados nessas Comarcas Vinculadas.
- d) As Comarcas Y e Z, em que tramitarão os respectivos processos, serão cumuladas por cada um dos Magistrados das unidades jurisdicionais de X.
- e) O atendimento ao público será concentrado na Comarca X, o que não obsta que atos processuais específicos sejam praticados em Y e Z.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do funcionamento das Comarcas Vinculadas, à luz da Lei Estadual nº 16.397/2017 do Estado do Ceará.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 16.397/2017 não estabelece que a unidade com menor acervo da Comarca sede absorverá automaticamente os processos das Comarcas Vinculadas. A distribuição de processos seguirá os critérios do art. 12, § 2º da referida lei.

A alternativa B está incorreta. Conforme estipulado pelo art. 13 da Lei Estadual 16.397/2017, a designação para atuar nas Comarcas Vinculadas ficará sob a responsabilidade de juiz titular de unidade instalada na sede, em sistema de rodízio anual onde houver mais de uma, ou ainda por juiz auxiliar da respectiva Zona Judiciária, mediante prévia designação do Tribunal de Justiça em quaisquer dos casos.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 12, § 3º da Lei Estadual nº 16.397/2017, os atos processuais que exigem o comparecimento pessoal das partes ou de testemunhas devem ocorrer, sempre na Comarca Vinculada, ainda que o processo tramite na Comarca sede.

A alternativa D está incorreta. A lei não exige que cada comarca vinculada seja cumulada por um magistrado diferente. O acúmulo pode ser feito por apenas um juiz, conforme definido pela Lei Estadual.

A alternativa E está incorreta. Como já explicado, embora o atendimento ao público possa ocorrer na Comarca sede, atos processuais que exijam comparecimento pessoal devem ser realizados nas Comarcas Vinculadas, conforme o §3º do art. 12 da Lei nº 16.397/2017.

QUESTÃO 95. João, magistrado no Estado do Ceará, foi designado para responder pela unidade judiciária da Comarca X, situada no interior do Estado, efetivamente instalada e em funcionamento, que estava vaga em razão da remoção do titular. Ao chegar, constatou que a unidade não contava com supervisor, agente que é nomeado em comissão.

Após analisar a sistemática instituída pela Lei Estadual nº 16.208/2017, João concluiu corretamente, em relação à referida nomeação em comissão, que

- a) somente é realizada nas unidades judiciárias de entrância especial.
- b) somente pode alcançar profissional de nível superior, formado em Direito ou Administração.
- c) deve seguir o programa de paulatina universalização da supervisão, conforme escala de implementação estabelecida em lei.
- d) apesar de estar em respondência pela unidade, ele próprio pode indicar, à autoridade competente, a pessoa a ser nomeada.
- e) pode solicitar a realização da nomeação pela Presidência do Tribunal de Justiça, desde que demonstre que o movimento forense a justifica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da designação de supervisor nas unidades judiciárias do Estado do Ceará, conforme a Lei Estadual nº 16.208/2017.

A alternativa A está incorreta. A nomeação de supervisor não é restrita à entrância especial.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 54, da Lei Estadual nº 16.208/2017, a exigência dentre profissionais de nível superior é preferencialmente em Direito ou Administração, sendo necessário competência técnica reconhecida.

A alternativa C está incorreta. O artigo art. 54 da Lei Estadual nº 16.208/2017 não menciona escala de implementação ou programa gradual. A previsão de nomeação pode ocorrer conforme necessidade e viabilidade administrativa.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 54 da Lei Estadual nº 16.208/2017, na hipótese de vacância da titularidade da unidade, o juiz em respondência pode fazer a indicação à Presidência do Tribunal para a nomeação do Supervisor. Portanto, mesmo não sendo o titular, João está autorizado a indicar o nome, respeitando a legislação específica.

E alternativa E está incorreta. O juiz não precisa justificar o pedido com base no movimento forense. A indicação é livre por parte do juiz em respondência, conforme o art. 54.

QUESTÃO 96. Em determinada relação processual, o demandante-sustentou que celebrara um contrato inteligente, de modo que a análise de uma pretensão deveria levar em consideração os requisitos que deveriam estar presentes em ajustes dessa natureza.

Para ele, esses requisitos são os seguintes:

I. Estruturação em plataforma descentralizada.

II. Necessidade de sujeição a interrupções programadas para manutenção da plataforma.

III. Utilização de um banco de informações com funcionamento em redes *peer to peer*.

Em relação ao preenchimento dos requisitos indicados pelos contratos inteligentes, o Magistrado observou, corretamente, que

a) todos devem ser observados.

b) apenas o requisito I deve ser observado.

c) apenas o requisito II deve ser observado.

d) apenas os requisitos I e III devem ser observados.

e) apenas os requisitos II e III devem ser observados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de contratos inteligentes (smart contracts).

O item I está correto. Contratos inteligentes operam em plataformas descentralizadas, como o blockchain.

O item II Incorreto. A lógica dos smart contracts não admite interrupções programadas, pois são sistemas projetados para funcionar de forma contínua e descentralizada.

O item III está correto. Utilizam redes peer-to-peer, que garantem segurança e transparência.

Fonte: LDI Legislação Civil Especial, Professor Paulo Sousa, Capítulo Tecnologia.

QUESTÃO 97. Maria, Joana e Andrea realizaram um debate em relação à possível existência de mecanismos não convencionais de proteção dos Direitos Humanos no plano do Direito Internacional Público, que poderiam acarretar consequências diretas para-o Estado de Direito responsável por violações a esses direitos.

Maria afirmou que o reconhecimento da soberania estatal é a base de desenvolvimento do Direito Internacional Público, logo, a existência dos referidos mecanismos seria uma *contradictio in terminis*.

Joana defendeu que violações massivas a esses direitos poderiam acarretar, no extremo, o uso da força pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Andrea, por fim, defendeu que os mecanismos não convencionais existem e são operativos, mas devem observar o requisito da exaustão das vias internas. Em relação às assertivas de Maria, Joana e Andrea concluiu-se, corretamente, que

- a) todas estão certas.**
- b) apenas Maria está certa.**
- c) apenas Joana está certa.**
- d) apenas Maria e Andrea estão certas.**
- e) apenas Joana e Andrea estão certas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre mecanismos não convencionais de proteção dos Direitos Humanos. Para responder a essa questão, o candidato precisava indicar quem possuía a afirmação certa, se Joana, Maria ou Andrea, ou todas elas.

A afirmação de Maria está incorreta. Embora a soberania estatal seja um pilar do Direito Internacional, a evolução dos Direitos Humanos pós-Segunda Guerra Mundial levou a uma relativização (não negação) da soberania em face de violações graves de Direitos Humanos. E o papel do Conselho de Segurança da ONU, nos termos do artigo 39 da Carta das Nações Unidas. A saber: “O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas.” A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Nesse sentido, a ideia de que a soberania impede qualquer intervenção ou escrutínio internacional é uma visão ultrapassada no contexto dos Direitos Humanos. Analisando a afirmação de Joana, percebemos que ela está correta, em consonância com artigo 42 da Carta das Nações Unidas. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) consegue determinar ações para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, incluindo o uso da força. A saber: “No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.” A afirmação de Andrea também é falsa. Os mecanismos não convencionais (como a ação do Conselho de Segurança da ONU, missões de inquérito ad hoc, ou relatorias especiais da ONU que atuam com base em violações *prima facie* independentemente do esgotamento interno) não se submetem, necessariamente, a esse requisito. A

urgência e a gravidade de violações massivas podem, inclusive, justificar uma intervenção imediata sem a prévia exaustão, conforme prevê o artigo 45 da Carta das Nações Unidas, vejamos: “A fim de habilitar as Nações Unidas a tomarem medidas militares urgentes, os Membros das Nações Unidas deverão manter, imediatamente utilizáveis, contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional. A potência e o grau de preparação desses contingentes, como os planos de ação combinada, serão determinados pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado-Maior, dentro dos limites estabelecidos no acordo ou acordos especiais a que se refere o Artigo 43.” A alternativa C está correta, somente Joana está correta, nos termos do Art. 42, Carta da ONU.

QUESTÃO 98. O Poder Executivo Federal instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de analisar se, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, há a faculdade ou obrigação de ser implementado um mecanismo de natureza propositiva, crítica e fiscalizadora dos direitos ali previstos, bem como a posição que deve ocupar no âmbito das estruturas estatais de poder e se a sociedade civil deve integrá-lo.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a conclusão a que o grupo de trabalho, ao fim de sua análise, amparado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, chegou.

- a) A organização interna de cada Estado Parte não é tratada na Convenção, não havendo obrigatoriedade de se criar uma estrutura específica com a funcionalidade de zelar pela sua observância.**
- b) Deve existir uma estrutura específica em cada Estado Parte, de natureza não estatal, com viés democrático e gestão da sociedade civil organizada, incumbida de fiscalizar a aplicação da Convenção.**
- c) É cogente a existência de mecanismo independente, não se admitindo qualquer ingerência unilateral da estrutura estatal a que está vinculado, assegurando-se, ademais, a participação da sociedade civil organizada.**
- d) Deve existir uma estrutura específica, de viés estatal, dotada de autonomia, de composição paritária, sendo a participação da sociedade civil organizada norteadada pelo sistema de mérito, com a realização de processo seletivo próprio.**
- e) É facultada a criação de estrutura específica, em prol da especialização de funções e do aumento da eficiência, assegurando-se a participação da sociedade civil organizada, sem a ingerência do Poder Público na chancela das escolhas realizadas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a criação dessa estrutura é uma obrigação, não uma faculdade, ainda que o Estado tenha flexibilidade na forma, conforme a inteligência

do art. 33 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “1.Os Estados Partes, de acordo com seu sistema organizacional, designarão um ou mais de um ponto focal no âmbito do Governo para assuntos relacionados com a implementação da presente Convenção e darão a devida consideração ao estabelecimento ou designação de um mecanismo de coordenação no âmbito do Governo, a fim de facilitar ações correlatas nos diferentes setores e níveis. 2.Os Estados Partes, em conformidade com seus sistemas jurídico e administrativo, manterão, fortalecerão, designarão ou estabelecerão estrutura, incluindo um ou mais de um mecanismo independente, de maneira apropriada, para promover, proteger e monitorar a implementação da presente Convenção. Ao designar ou estabelecer tal mecanismo, os Estados Partes levarão em conta os princípios relativos ao status e funcionamento das instituições nacionais de proteção e promoção dos direitos humanos. “

A alternativa B está incorreta. Não há a exigência de que essa estrutura seja exclusivamente de natureza não estatal. Ela pode ser estatal, desde que garanta independência e participação da sociedade civil, conforme o artigo 33.3 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: A sociedade civil e, particularmente, as pessoas com deficiência e suas organizações representativas serão envolvidas e participarão plenamente no processo de monitoramento.

A alternativa C está correta. O emprego dos termos "deverão manter, fortalecer, designar ou estabelecer uma estrutura, incluindo um ou mais mecanismos independentes" indica a obrigatoriedade nos termos do Art. 33. 2 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Vejamos: 2.Os Estados Partes, em conformidade com seus sistemas jurídico e administrativo, manterão, fortalecerão, designarão ou estabelecerão estrutura, incluindo um ou mais de um mecanismo independente, de maneira apropriada, para promover, proteger e monitorar a implementação da presente Convenção. Ao designar ou estabelecer tal mecanismo, os Estados Partes levarão em conta os princípios relativos ao status e funcionamento das instituições nacionais de proteção e promoção dos direitos humanos. “ Ainda, nesse sentido, as decisões do STF asseguram direitos de pessoas com deficiência. E entre os processos de maior destaque sobre o tema está a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357, em que o Plenário decidiu que escolas particulares devem cumprir normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). A lei obriga essas instituições a inserir pessoas com deficiência no ensino regular e prover as adaptações necessárias sem repassar custos às mensalidades, anuidades e matrículas.

A alternativa D está incorreta. A Convenção não foca na forma de seleção da sociedade civil com tal rigidez.

A alternativa E está incorreta. Conforme o Art. 33.3, a criação ou manutenção de um mecanismo de monitoramento é uma obrigação do Estado Parte.

QUESTÃO 99. A República Federativa do Brasil (RFB) figura como parte em convenção internacional, celebrada pela Organização dos Estados Americanos, que foi devidamente ratificada pelo Congresso Nacional em 2000, sendo depositado o instrumento de ratificação e promovida a sua promulgação na ordem interna no ano subsequente.

A convenção tem por objeto o reconhecimento de determinado direito social de viés não prestacional. No início do corrente ano, o Presidente da República decidiu que iria denunciá-la.

A respeito da situação descrita, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) Como a convenção tem o status de emenda constitucional, a denúncia não é possível.**
- b) A denúncia a ser realizada no corrente ano não prescinde da sua aprovação pelo Congresso Nacional.**
- c) A denúncia de convenções internacionais consubstancia ato de competência privativa do Presidente da República.**
- d) Caso a denúncia não acarrete ônus para a RFB, consubstancia ato de competência privativa do Presidente da República.**
- e) Em razão de sua natureza supralegal, a denúncia de convenções Internacionais sobre direitos humanos sempre pressupõe a aprovação pelo Congresso Nacional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre denúncia. A denúncia de um tratado internacional é a declaração formal pela qual um país informa aos demais que não mais se obriga a cumprir o que foi pactuado no seu texto.

A alternativa A está incorreta. O enunciado indica que a convenção foi ratificada em 2000 e promulgada em 2001. Antes da Emenda Constitucional nº 45/2004, tratados de direitos humanos não tinham status de emenda constitucional.

A alternativa B está correta. Essa alternativa está conforme a jurisprudência do STF (ADI 1.625-DF), que estabelece que a competência do Presidente da República para celebrar tratados se sujeita à aprovação do Congresso Nacional. Como a ADI 1.625 trata exatamente da mesma controvérsia decidida na ADC 39, o Tribunal decidiu aplicar a esta ação direta de inconstitucionalidade a conclusão fixada naquele julgamento. Neste caso, o decreto não havia sido validado pelo Congresso Nacional, e a dúvida girava em torno da validade de um decreto não analisado pelos parlamentares. No julgamento de outra ação constitucional – a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 39 – realizado em junho de 2023, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a aprovação do Congresso Nacional é necessária para que a denúncia de tratados internacionais, feita pelo Presidente da República, produza efeitos no Brasil. Isso porque o art. 49, I, da Constituição prevê que compete ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados internacionais, e o art. 84, VIII, da Constituição estabelece que a competência do Presidente da República para celebrar tratados se sujeita à aprovação do Congresso Nacional.

A alternativa C está incorreta. Embora o ato de denunciar seja formalmente do Presidente da República ele não é privativo no sentido de ser unilateral e dispensar a participação do Congresso, quando a aprovação para a ratificação exigiu essa participação, conforme verificamos ao analisar o teor da ADC 39 e ADI 1625 do STF.

A alternativa D está incorreta. O critério é o paralelismo das formas: se o tratado foi aprovado pelo Legislativo para sua internalização, sua denúncia também exige essa aprovação, conforme verificamos ao analisar a ADI 1625 do STF.

A alternativa E está incorreta. A denúncia da convenção internacional pelo Presidente da República exige a aprovação prévia do Congresso Nacional, em respeito ao princípio do paralelismo das formas e à jurisprudência do STF, conforme o entendimento jurisprudencial pacífico sobre a matéria, apreciado na ADI 1625 e na ADC 39, que tratam exatamente da mesma controvérsia.

QUESTÃO 100. Georg Jellinek, ao se referir à origem da "ideia de consagrar legislativamente os direitos gerais do homem" nas colônias angloamericanas, observou que:

O "brownismo" foi perseguido na Inglaterra e refugiou-se na Holanda, onde, sob a influência de John Robinson, transforma-se em "congregacionalismo". Os princípios do "congregacionalismo" consistem, então, na separação da Igreja e do Estado e, em seguida, no direito de cada comunidade de administrar, de maneira autônoma e independente, as questões espirituais com o livre e comum consentimento do povo, sob a autoridade direta de Jesus Cristo.

JELLINEK, Georg. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Contribuição para a História do Direito Constitucional moderno. Trad. de Emerson Garcia. São Paulo: Editora Atlas, 2015, p.75.

Sobre a correlação da apregoada separação entre a Igreja e o Estado, na perspectiva da consagração dos direitos dos seres humanos, assinale a afirmativa correta.

a) Foi um obstáculo ao seu reconhecimento, pois os direitos humanos, ainda que umbilicalmente ligados ao plano espiritual, não prescindem da força, a serviço do Estado, para a sua implementação.

b) Ajusta-se às bases de desenvolvimento do contrato social, segundo o qual a alienação dos direitos do indivíduo à comunidade não abrange a liberdade de consciência, que configura um direito natural do homem.

c) Indica que o surgimento do Estado decorre do contrato social, estruturado para assegurar a segurança do indivíduo e a posteridade pública, não para consagrar o direito inalienável e inato da liberdade de consciência.

d) Configura um individualismo absoluto em matéria religiosa, que redundaria em uma liberdade de consciência não concedida e impassível de ser restringida, o que faz que a doutrina "independencialista" se estenda ao domínio político.

e) Legitima uma análise historicista dos direitos humanos, que decorrem de um processo de construção contínua, em que os limites da esfera individual são delineados pelo Estado, não pelo direito natural ou por outras teorias de atribuição inata.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A ideia de que o Estado não deve interferir na fé individual abriu caminho para a proteção de outras liberdades fundamentais. Nesse sentido, são invioláveis as liberdades de consciência, crença e culto, artigo 5º, inciso VI, CF.

A alternativa B está correta. Esta alternativa conecta a ideia de separação Igreja-Estado com o contratualismo, especialmente o de John Locke. Para Locke, no estado de natureza, os indivíduos possuem direitos naturais (vida, liberdade e propriedade). Ao formarem o contrato social para sair do estado de natureza e garantir a segurança, os indivíduos alienam alguns de seus direitos ao poder civil, mas não todos. O estado de natureza para Locke era caracterizado por ambiente de relativa paz e harmonia, no qual os homens detinham plena liberdade e igualdade. Segundo Leonel Itaussu Almeida Mello (2006, p. 84-85): Locke afirma ser a existência do indivíduo anterior ao surgimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza.

A alternativa C está incorreta. A tradição liberal do contratualismo defende que o Estado também surge para proteger e garantir os direitos naturais, entre os quais a liberdade de consciência é central. Segundo Leonel Itaussu Almeida Mello (2006, p. 85): Nesse estado pacífico os homens já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade que, numa primeira acepção genérica utilizada por Locke, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano.

A alternativa D está incorreta. Embora a liberdade de consciência seja um direito fundamental e natural, ela não é "impassível de ser restringida" de forma absoluta. Mesmo em democracias liberais, há limites para o exercício da liberdade religiosa (ex: limites relacionados à ordem pública, segurança, saúde pública, etc.).

A alternativa E está incorreta. A alternativa contradiz o espírito do texto de Jellinek ao afirmar que os limites da esfera individual são delineados pelo Estado. Dentre os quatro status de Jellinek, no status *activus* (ou ativo) as pessoas detêm o poder de interferir ou influenciar na formação da vontade do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](#) / [yasminushara](#)